

FMI prevê queda de 5,3% da economia brasileira

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

Devidos aos efeitos da pandemia de Covid-19, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta queda de 5,3% da economia brasileira este ano. A previsão para a queda do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, foi publicada ontem pelo FMI no relatório Perspectiva Econômica Mundial (World Economic Outlook, no título em inglês).

No relatório divulgado em janeiro, antes dos efeitos da

pandemia de Covid-19 na economia brasileira, a previsão do FMI era que a economia brasileira cresceria 2,2% neste ano.

Para 2021, a previsão é de recuperação, com crescimento do PIB em 2,9%. A estimativa anterior para o próximo ano era 2,3%.

A previsão para América Latina e Caribe é de queda de 5,2% da economia, neste ano, e crescimento de 3,4%, em 2021. A economia mundial deve apresentar queda de 3%, em 2020, e crescer 5,8% no próximo ano. Em janeiro, o FMI previa alta 3,3% este ano.

COVID-19 Equipe econômica apresentou novas medidas de combate à pandemia

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

A equipe econômica do governo federal propôs ontem novas medidas de ajuda aos estados e municípios, de R\$ 77,4 bilhões, em substituição ao Projeto de Lei Complementar 149/19 (Plano Mansueto), aprovado segunda-feira na Câmara dos Deputados.

O texto substitutivo do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) ao Plano Mansueto, que prevê ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios para o enfrentamento à pandemia de Covid-19, seguiu para tramitação no Senado.

A proposta da equipe econômica, apresentada no início da tarde de ontem, prevê a transferência direta de R\$ 40 bilhões para estados e

municípios, sendo que 80% desse valor pelo critério per capita. Serão R\$ 21 bilhões para os municípios e R\$ 19 bilhões para os estados. "Desses R\$ 40 bilhões, mais de 80% desenharemos para que seja pelo critério per capita e não traga distorções de concentração [de transferência de recursos] em alguns estados ou municípios", explicou o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Desses R\$ 40 bilhões, R\$ 14 bilhões são para a saúde (R\$ 7 bilhões para estados e R\$ 7 bilhões para municípios); R\$ 2 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social (Suas) nos municípios; R\$ 1,5 bilhão para o programa de alimentação nas escolas (R\$ 750 milhões para

UNIÃO PROPÕE R\$ 77,4 BI PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Julio Nascimento / FFB



Equipe econômica apresentou propostas ontem

estados e o mesmo valor para municípios); e R\$ 22,5 bilhões de transferências livres (R\$ 11,25 bilhões para estados e o mesmo valor para municípios), pelo critério per capita.

Dívidas

A equipe econômica também propôs a suspensão de R\$ 22,6 bilhões em dívidas com a União, sendo a maior parte dos estados (R\$ 20,6 bilhões), e a suspensão de dívidas dos estados e municípios com a Caixa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de R\$ 14,8 bilhões (R\$ 10,6 bilhões dos estados e R\$ 4,2 bilhões dos municípios).

De acordo com o secretário especial de Fazenda, se as medidas anunciadas ontem

forem somadas às já anunciadas, o total chega a R\$ 127,3 bilhões.

O valor das medidas anunciadas anteriormente somam R\$ 49,9 bilhões, sendo transferência de R\$ 4 bilhões para estados e R\$ 4 bilhões para os municípios aplicarem na saúde; suplementação de R\$ 2 bilhões para os

A equipe também propôs a suspensão de R\$ 22,6 bilhões em dívidas com a União

municípios; recomposição de R\$ 16 bilhões aos fundos de participação dos estados e do Distrito Federal (FPE) e municípios (FPM); atraso no pagamento de PIS/Pasep e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no total de R\$ 3,9 bilhões; e renegociação de dívida com garantia da União, sendo R\$ 15 bilhões no caso dos estados e R\$ 5 bilhões, dos municípios.

Segundo Waldery Rodrigues, a transferência de recursos pode ser feita por meio de medida provisória, e a suspensão das dívidas precisaria ser feita por projeto de lei complementar.

O assessor especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia, Esteves Colnago, disse que ha-

verá negociação no Senado para fazer o ajuste no texto do PL 149-19, aprovado ontem (13), agora em tramitação na Casa, para adequar a proposta do governo. "É uma opção natural", disse.

Projeto

O projeto aprovado terça-feira na Câmara prevê compensar a queda de arrecadação do Imposto de Circulação, Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) de 2020 em relação ao ano passado.

Waldery disse que o projeto é um "incentivo perverso" para os estados e municípios não cuidarem da arrecadação. "Esse projeto pode ser um cheque em branco e trazer ônus para a sociedade, para o contribuinte".

Veículo: Site A Tarde	Caderno: Economia
Data: 14/04/2020	Página: --

A TARDE



Ter, 14/04/2020 às 21:17 | Atualizado em: 14/04/2020 às 21:28

Proposta do governo é insuficiente para três meses, diz Rodrigo Maia

Luciano Nascimento | Agência Brasil

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou nesta terça-feira, 14, que a ajuda de R\$ 77,4 bilhões a estados e municípios anunciada pelo governo federal é insuficiente. A proposta faz parte de um plano de socorro apresentado nesta terça-feira em substituição ao Projeto de Lei Complementar 149/19 (Plano Mansueto), aprovado nesta segunda, 13, na Câmara dos Deputados.

Segundo o deputado, o governo incluiu nos cálculos ajudas já liberadas, e o valor final que deve ser repassado é menor do que o anunciado - em torno de R\$ 22 bilhões. A soma seria insuficiente para a manutenção de serviços fundamentais para combater a pandemia do novo coronavírus no país.

“A ajuda do governo é de R\$ 22 bilhões. Isso não resolve três meses [de perda na arrecadação] dos estados. Muito menos de municípios. Três meses de imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) são R\$ 36 bilhões. Três meses de imposto sobre serviços (ISS), R\$ 5 bi. Não se resolve com menos de R\$ 41 bi. O governo está propondo R\$ 22 bi o resto está em outras medidas, do passado”, disse.

Maia disse ainda que a proposta de transferência direta de R\$ 40 bilhões para estados e municípios vai causar uma “divisão na federação”. A medida integra o pacote de ajuda apresentado nesta terça-feira. De acordo com equipe econômica, 80% dos R\$ 40 bilhões serão repassados pelo critério per capita.

De acordo com Maia, a proposta deveria levar em conta as regras já existentes, como as adotadas no texto da Câmara, que prevê que o cálculo da distribuição dos recursos leva em consideração critério de repasse dos fundos de participação de estados e municípios e também da arrecadação de tributos como o ICMS, estadual, e o ISS, municipal.

A medida já foi adotada no ano passado, no projeto de repasse da parcela do bônus de assinatura da cessão onerosa, quando parte do repasse foi calculado com base nessa regra.

“São poucos os estados que serão prejudicados por essa regras. Então o justo é você fazer o que nós fizemos na cessão onerosa, com duas regras: o Fundo Permanente dos Estados (FPE) compensa por um lado e o ICMS por outro, assim todos ficam com a sua arrecadação nominal garantida”, disse. “Se a regra que o governo faz for aprovada, você terá vários estados que terão a arrecadação nominal menor do que a arrecadação do ano passado”, acrescentou.

Segundo o deputado, as perdas com arrecadação podem chegar a 30% para estados e municípios, e sem a recomposição nominal das receitas dos fundos, os entes federados terão dificuldades para manter a máquina funcionando.

“A União é o único poder que tem condição de emitir moeda, [fazer] dívida. Não há outro caminho que não seja garantindo a esses entes [a ajuda] pelo período necessário”, disse Maia, que afirmou também que acha que o período de ajuda deverá ser maior do que três meses.

Críticas

Maia criticou declarações de técnicos do Ministério da Economia de que o projeto aprovado pela Câmara não previa contrapartidas de estados e municípios e que seria um “incentivo perverso” para os entes não cuidarem da arrecadação.

“Fico pensando como alguém pode, em um momento desse, avaliar que porque está sendo recomposta a receita de estados e municípios, alguém vai pensar em chamar uma empresa e falar: 'vamos fazer uma esperteza aqui, eu vou diferir o seu imposto e depois a gente resolve. É para parecer uma queda maior de arrecadação para ter um benefício'. Isso não existe”, criticou.

Segundo o presidente da Câmara, o governo exige que os deputados aprovem contrapartidas para os governadores, mas não faz o mesmo quando edita as Medidas Provisórias.

“O governo editou uma MP de transferência de recursos para o Fundo Permanente dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM). Eu estava tentando achar gatilho para controle de gastos de estados e municípios e não achei”, indagou.

Maia disse ainda que o governo não tem coragem de bancar medidas como o congelamento de salário dos servidores e quer usar o parlamento como “barriga de aluguel”, que fica responsável pelas contrapartidas.

“O que o governo não pode é tratar o parlamento como barriga de aluguel. Se ele tem uma proposta de congelamento de salários para União, estados e municípios, ele pode encaminhar essa proposta para o parlamento. Eu já disse ao ministro (Luiz Eduardo) Ramos (da Secretaria de Governo) que eu pauto a proposta, a urgência, pauto o mérito e vamos tocar a matéria”, disse. “A minha opinião é que o presidente não quer mandar essa proposta e se for assim, isso tem que ficar claro para a sociedade”, afirmou.

Maia disse ainda que pretende votar na próxima semana a Medida Provisória (MP) 936/2020, que permite a suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias. A MP também permite a redução na jornada de trabalho, em percentuais que podem variar de 25% a 70%, com redução nos salários. Para os casos de redução de jornada de trabalho e de salário, será pago um benefício emergencial com o percentual do seguro-desemprego equivalente ao percentual da redução.

Maia disse que deve escolher o relator da MP até esta quarta, 15. Com as regras aprovadas para a tramitação de MPs no Congresso, não há a necessidade de a proposta tramitar em comissão mista e o relatório pode ser apresentado diretamente no plenário.

De acordo com o Ministério da Trabalho e Emprego (MTE), nos casos de redução de jornada com pagamento do benefício emergencial, haverá a preservação do valor do salário-hora de trabalho pago pela empresa. O texto diz que a redução poderá ser feita por acordo individual, nos percentuais de 25%, para todos os trabalhadores, e de 50% e 70% para os que recebem valor inferior ou igual a R\$ 3.135.

Para os trabalhadores que recebem mais de R\$ 12.202,12 e com curso superior, os percentuais de redução serão pactuados entre as partes, sempre com o direito a recebimento do benefício emergencial. Por meio de acordo coletivo, a medida poderá ser pactuada com todos os empregados. O prazo máximo de redução em todas as situações é de 90 dias e a jornada de trabalho deverá ser restabelecida quando for decretado o fim do estado de calamidade pública.

O texto diz ainda que o encerramento da redução da jornada deverá ocorrer após o encerramento do período pactuado no acordo individual ou antecipação pelo empregador do fim do período de redução pactuado. A MP diz ainda que o trabalhador terá garantia provisória no emprego durante o período de redução e após o restabelecimento da jornada por período equivalente ao da redução.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 15/04/2020	Página:

Correio*

ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DEVEM CADASTRAR CPF

MERENDA A Secretaria da Educação do Estado (SEC) está realizando a atualização cadastral dos estudantes da rede estadual cujo CPF da mãe, do pai ou responsável não foi informado à escola, no ato da matrícula. O objetivo é fornecer o número do CPF dos estudantes da rede, para que tenham acesso à alimentação direto no supermercado ou receba o cartão alimentação do banco durante a pandemia - as aulas estão suspensas.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 15/04/2020	Página:

Correio*

24h

ECONOMIA

Montadoras ofertam financiamento com parcelas para 2021

INDÚSTRIA Com projeção de queda de vendas de mais de 80% neste mês em relação ao previsto antes da pandemia do coronavírus e necessidade urgente de caixa, montadoras e concessionárias lançam medidas para tentar movimentar o mercado de carro novo. Em ação iniciada ontem e com validade até o dia 30, a Fiat oferece seus modelos com financiamento em até 48 meses e primeira parcela a ser paga só em janeiro de 2021. O consumidor precisa dar de 40% a 50% de entrada do preço do carro novo - valor muitas vezes obtido na troca pelo usado. "O cliente que fizer a compra em 48 parcelas vai pagar 43", diz Herlander Zola, diretor comercial da Fiat.

Com carência oferecida pela empresa, as cinco primeiras parcelas a serem cobradas a partir de agosto serão bancadas pela fabricante. "É importante tentar criar atratividade que possi-

bilite ao cliente que tem disponibilidade e necessidade de adquirir um veículo neste momento a fazer o negócio em condições melhores", afirma Zola. Chamado de "Forza 2021", o plano oferece juros de 1,12% ao mês. Na opção de 36 parcelas, a taxa é de 0,99%.

Na semana passada, a Jeep, outra marca do grupo FCA Fiat Chrysler, já tinha lançado ação propondo assumir o pagamento das oito primeiras parcelas dos SUVs Renegade e Compass.

A Ford criou um canal de atendimento chamado de "Compre Sem Sair de Casa", que permite ao interessado fazer todo o processo de negociação, desde a procura até a decisão de compra sem precisar ir à revenda. No mês passado, a Ford foi a primeira a oferecer aos clientes a possibilidade de suspensão do pagamento das parcelas de financiamentos em andamento por três meses.

A Hyundai vende seus modelos via Instagram, WhatsApp e Messenger, já que a maioria das vendas está funcionando só para serviços de manutenção

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 15/04/2020	Página:



Preços da gasolina e do diesel têm nova queda

COMBUSTÍVEIS A Petrobras anunciou, ontem, uma nova redução nos preços médios dos combustíveis vendidos nas refinarias. A gasolina ficará 8% mais barata e o diesel terá queda de 6%. No acumulado do ano, o preço da gasolina já caiu 48,2% e o do diesel (tipos S10 e S500) caiu 35,4%. Os preços valem a partir de hoje e são referentes ao valor vendido pelas refinarias para as distribuidoras. O valor final ao motorista dependerá do mercado, já que cada posto tem sua própria política de preços, sobre os quais incidem impostos, custos operacionais e de mão de obra. Segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço médio para a gasolina nos postos do país, entre 29 de março e 4 de abril, era de R\$ 4,298. O valor do diesel, era de R\$ 3,437. O do etanol, de R\$ 3,039.

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS CHEGA A 66,6% EM ABRIL

CRISE O percentual de famílias com dívidas, em atraso ou não, chegou a 66,6% em abril deste ano. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O patamar é recorde no levantamento iniciado em janeiro de 2010. Em março deste ano, a taxa havia ficado em 66,2% e em abril de 2019, em 62,7%. Essa foi a primeira Peic realizada no país após o início da pandemia do coronavírus.

Correio*

miriam leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Difícil previsão no meio do nevoeiro

O que é uma recessão global de 3%? Ninguém sabe ao certo, porque não há precedente recente. Por isso o FMI foi buscar paralelo em 1929. Da mesma forma que desde que há estatísticas do PIB do Brasil não há registro de uma queda de 5,3% em um ano, número previsto pelo Fundo para a economia brasileira para 2020. Hoje há muitos números pessimistas e é difícil saber qual é o mais realista. Faltam certezas mínimas para se fazer qualquer projeção. Mas não há dúvida de que estão mais certos os que projetam uma queda forte.

"Há uma extrema incerteza sobre a previsão de crescimento global", diz o FMI. Para fazer qualquer cálculo é preciso saber antes quantos dias trabalhados deixarão de acontecer, quanto tempo durará a paralisação de atividades ou as medidas de distanciamento social. O mundo está diante de um enorme desconhecido. Não conhece o inimigo, não sabe como vencê-lo e pode apenas supor seus efeitos na economia.

Há pelo menos uma vertente de projeções que considera a recuperação em V, ou seja, a economia cai agora fortemen-

te, mas se recupera de maneira vigorosa em 2021. O FMI acha isso. No cenário básico, que assume a hipótese de que a pandemia vai arrefecer no segundo semestre e as medidas de contenção vão sendo gradualmente reduzidas, a economia global crescerá então 5,8% no ano que vem. Outros economistas e centros de estudos acham que o mais provável é uma volta mais lenta. Até porque há riscos de ressurgência, até que se encontre vacina que neutralize o vírus. Nesse nevoeiro, em que há tantos fatos desconhecidos, é difícil qualquer projeção.

A queda prevista pelo FMI para as economias avançadas é de 6,1%, enquanto os países emergentes, puxados pela China e Índia, terão retração mais branda, de 1%. "É uma re-

cessão profunda. Uma recessão que envolve questões de solvência e desemprego subindo e isso deixará cicatrizes", diz a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath. No Brasil, pode significar, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas, uma volta de dez anos. O país, que teve recessão em 2015 e 2016, e nos anos seguintes se recuperou muito lentamente, voltará ao PIB de 2010.

A mudança de cenário é brusca como nunca foi. O relatório do FMI de janeiro previa crescimento de 3% na economia do mundo e agora haverá uma queda de 3,3%, tirando 6,3 pontos do que poderia ter sido. Para se ter uma ideia da dimensão das perdas, o resultado negativo do PIB global em 2009, em decorrência da crise financeira que estourou em 2008,

foi de 0,1%. Os Estados Unidos, que estavam com pleno emprego antes do coronavírus - uma taxa de desemprego de apenas 3,7% - deve ir para 10,4%, mesmo percentual da Europa.

Nem o relatório nem a economista-chefe do FMI concluem, diante desse desastroso cenário, que se deve retomar a atividade econômica a qualquer custo. Disse que não existe esse "trade-off", como se diz no jargão econômico, entre salvar vidas e salvar a economia.

O governo brasileiro ainda mantém uma estimativa deslocada da realidade. Crescimento zero. Já está muito distante da mediana do mercado financeiro de -1,96%, e que está em queda há nove semanas consecutivas, desde antes do

coronavírus no país. A projeção mais pessimista do Boletim Focus aponta retração de 6%. Quando o governo brasileiro revisar o seu número, terá que mudar as estimativas de receita, déficit e endividamento público.

Dos Estados Unidos, onde mora e dá aulas na Universidade Johns Hopkins, a economista Monica de Bolle foi uma das primeiras a alertar para o tamanho da crise que chegaria ao Brasil. Desde o início de março Monica já projetava recessão no país. No dia 10, criticada por vários analistas, ela escreveu "lembrem do dia de hoje quando o pessoal do mercado começou a temer a recessão". No dia 20, refez o cálculo para -6%. Por isso, foi enfática em defender que o governo fosse rápido na adoção de medidas de estímulo e de proteção social, quando o mantra na equipe e no mercado ainda era de que a melhor resposta seria a aprovação das reformas. Essa demora em entender a mudança radical de ambiente econômico explica como até hoje o governo erra. A burocracia atrapalha a ajuda aos pobres, a luta política retarda as transferências para os estados.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 15/04/2020	Página:

Correio*

Contra projeto da Câmara, governo propõe aumento de R\$ 77 bilhões em ajuda

ESTADOS E MUNICÍPIOS Contrário ao projeto de socorro aos estados na crise do novo coronavírus aprovado pela Câmara, o Ministério da Economia insiste em uma proposta que prevê uma transferência de recursos menor e, em troca, amplia a suspensão de pagamento de dívidas. O pacote de novas medidas defendido pelo governo soma R\$ 77,4 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões de repasses diretos aos estados e municípios, R\$ 22,6 bilhões de suspensão de dívidas com a União e R\$ 14,8 bilhões, de dívidas com bancos públicos federais. O projeto aprovado, com ampla maioria na Câmara, anteontem, determina que a União transfira R\$ 80 bilhões, segundo cálculos de líderes partidários, por seis meses, como forma de compensação pelas perdas de ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal) diante da crise econômica. Considerando a suspensão de dívidas o pacote dos deputados chegaria R\$ 89,6 bilhões.

89,6

bilhões de reais é o impacto do projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados

Brasil terá a pior recessão em 119 anos, prevê FMI

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@reddebahia.com.br

PIB do país deve encolher 5,3% este ano, diz estudo do Fundo

A pandemia de coronavírus vai levar a economia mundial a registrar este ano pior desempenho desde a Grande Depressão de 1929, segundo relatório "Perspectiva Econômica Mundial", divulgado, ontem, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O órgão passou a estimar que o Produto Interno Bruto (PIB) global deve recuar 3% - a previsão anterior era de alta de 3,3%. No caso do Brasil, o PIB vai encolher 5,3% este ano. Antes, a expectativa era de alta de 2,2%. Se a nova previsão do Fundo se confirmar, a economia brasileira vai alcançar uma marca bastante negativa: será o pior desempenho econômico desde 1901.

O Fundo não divulgou as premissas que levaram a tais previsões e nem fez comentários sobre o cenário para a economia do Brasil até o final do próximo ano. Um dos fatores que devem afetar a economia do país neste ano é a forte queda de preços de commodities gerada pelos impactos da covid-19 para a demanda agregada global.

O Fundo prevê que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil deverá registrar uma alta de 3,6% neste ano e elevação de 3,3% em 2021. A aguda desa-

●● A magnitude e a velocidade do colapso da atividade econômica que se seguiu à pandemia é diferente de tudo o que ocorreu em nossas vidas. E há uma incerteza substancial sobre seu impacto na vida e nos empregos
Gita Gopinath
economista-chefe do FMI

3%

é a previsão de queda da economia mundial este ano, segundo o FMI

celeração econômica deverá levar a taxa de desemprego para 14,7% neste ano, que baixará para 13,5% no próximo, segundo o FMI.

Ainda segundo o relatório do FMI a economia do Brasil deve se recuperar em 2021, com expansão de 2,9%, em dado 0,6 ponto percentual acima do que era previsto anteriormente.

AMÉRICA LATINA

O cenário para o Brasil fica em linha com aquele esperado tanto para a América Latina e Caribe quanto para América do Sul. A América Latina deve encolher 5,2% este ano e se recuperar parcialmente em 2021, com alta de 3,4%, segundo as contas do FMI. A América do Sul, por sua vez, deve diminuir 5% agora e expandir 3,4% no próximo ano.

Considerando a América Latina, contrações mais fortes devem ser registradas este ano por Venezuela (-15,0%), Argentina (-5,7%) e Equador (-6,3%), além de México (-6,6%).

A economista-chefe do Fundo, Gita Gopinath, apontou que a atual crise não tem paralelo com outras por várias razões, entre elas o fato de que países precisaram fechar suas economias com o isolamento social, o que provocou imediata retração do nível de atividade com impactos bem maiores do que os registrados na Grande Recessão de 2008.

"Em segundo lugar, como em guerra ou crise política, há uma grave e contínua dúvida sobre a duração e intensidade do choque", afirmou. "É muito provável que este ano a economia global experimente a sua pior recessão desde a Grande Depressão, superando a que foi observada uma década atrás durante a crise financeira".

Segundo o FMI, a crise deve ser mais severa nas economias desenvolvidas. A projeção é a de que os países mais ricos tenham uma retração na atividade de 6,1%, enquanto a atividade dos países emergentes e das economias em desenvolvimento deve recuar 1%.

Os EUA deverão ter uma queda do PIB de 5,9% em 2020, ao invés de uma alta de 2% prevista no início do ano, enquanto que para 2021 ocorrerá uma elevação de 4,7%, bem acima da projeção anterior de 1,7%. A zona do euro deve ter uma retração ainda maior neste ano, de 7,5%, número bem diferente da estimativa de alta de 1,3% divulgada em janeiro. Para 2021, também deve ocorrer uma elevação de 4,7%, número bem superior à previsão de 1,4%. A Alemanha deve ter uma contração da economia de 7% em 2020, mas o PIB avançará 5,2% no próximo ano.

Cem países já buscaram ajuda

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera sua capacidade de empréstimo - de US\$ 1 trilhão (cerca de R\$ 5 trilhões) - como "bastante substancial" para auxiliar os membros a lidar com a pandemia do coronavírus, mas outros recursos podem ser necessários à medida que o impacto da crise atinge os países em desenvolvimento, afirmou, ontem, Gita Gopinath, economista-chefe do Fundo.

Gita Gopinath afirmou que 100 dos 189 membros do FMI

O FMI projeta uma recuperação no próximo ano com a expectativa de que a pandemia do coronavírus seja superada

- com metade sendo países de baixa renda - entraram em contato com o credor global acerca do recebimento de fundos de emergência para reforçarem seus esforços em conter a disseminação do novo coronavírus e mitigar seu impacto econômico.

DÍVIDAS

Ela saudou um acordo entre credores internacionais para suspender o pagamento da dívida dos países mais pobres até o final do ano como um "passo muito, muito bom", mas disse que as medidas de alívio da dívida podem ter de serem estendidas até 2021, já que o pior dos efeitos da pandemia ainda não havia sido sentido em muitos dos países mais pobres.

PREVISÕES DO FMI PARA PIB 2020 (EM %)



Tribuna

Auxílio

Apesar da orientação do governo de votar contra, a Câmara aprovou o projeto de lei complementar (PLP 149/19) que garante auxílio financeiro para estados, municípios e DF. O PLP substituiu o Plano Mansueto após recuo do presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do autor do substitutivo Pedro Paulo (DEM-RJ). O texto incorporou a proposta da oposição, que havia obstruído votação do Plano na semana anterior, e negociou a inclusão de dispositivos, como a recomposição do ICMS e ISS. Coordenador da oposição nas articulações, o deputado federal Afonso Florence (PT-BA) criticou a proposta do governo, considerada por ele como “ajuste fiscal no meio de uma guerra”, e destacou o papel do Estado em adotar medidas para mitigar os efeitos da crise.

Proposta

O vereador Edvaldo Brito (PSD) espera revolucionar a votação remota que ocorrerá pela manhã desta quarta-feira (15). Sua expectativa é colocar em votação o Projeto de Lei determinando o parcelamento de tributos municipais, requerendo tramitação de urgência urgentíssima. O PL determina que, em função da pandemia relacionada com o coronavírus, os prazos de recolhimento dos tributos municipais relativos a março e abril deste ano sejam pagos nos próximos meses de julho e setembro, respectivamente, mediante comprovada carência de recursos do contribuinte.

Alimentação

O governador Rui Costa (PT) apresentou novidades sobre o vale-alimentação que será concedido a todos os alunos da rede estadual de ensino durante o período de pandemia da Covid-19. Durante a edição do Papo Correia na noite de ontem, Rui Costa informou que está estabelecendo negociação com redes de supermercados presentes em aproximadamente 40 cidades baianas.



Rui Costa

Transporte

O vereador Duda Sanches, presidente municipal do Democratas, rebateu ontem as críticas feitas por integrantes da oposição em Salvador contra a compra de R\$ 5 milhões em passagens de ônibus pela prefeitura. Segundo o vereador, toda a operação foi feita pelo prefeito ACM Neto (Democratas) com o máximo de transparência e teve o objetivo de evitar um colapso do transporte coletivo da capital, além de garantir o pagamento dos salários dos rodoviários.

Isenção

O vereador Sidinho (Podemos) propôs ao prefeito ACM Neto, por meio do Projeto de Indicação nº 121/2020, a isenção pelo prazo de 90 dias do pagamento dos tributos que integram o Sistema Tributário do Município. De acordo com o parlamentar, a medida visa ajudar os contribuintes nesse momento de isolamento social e de falta de emprego.

Tribuna

VOTAÇÃO

AL-BA aprova estado de calamidade em mais 86 municípios

Foto: <https://alobahia.com/>



A AL-BA aprovou o estado de calamidade em mais 86 municípios baianos

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) aprovou o estado de calamidade em mais 86 municípios baianos. No total, 272 cidades do estado já tiveram o reconhecimento aprovado pelo conjunto dos deputados estaduais em consequência da pandemia do novo coronavírus. Na prática, o decreto reduz a burocracia para acelerar as etapas de liberação do dinheiro para contribuir no combate à propagação do coronavírus em cada município.

Integram a lista dos Decretos Legislativos aprovados nesta tarde as cidades

de Coração de Maria, Lençóis, Mirante, Macururê, Arataca, Varzedo, Serra Dourada, Cravolândia, Água Fria, Belmonte, Boa Vista do Tupim, Cabaceiras do Paraguaçu, Chorrochó, Cordeiros, Dario Meira, Gandu, Ibotirama, Ituberá, Marcionílio Souza, Mirangaba, Nazaré, Nova Itarana, Nova Redenção, Pirai do Norte, Planaltino, Porto Seguro, Presidente Dutra, Santo Amaro, Sapeçu, Tanque Novo, Teofilândia, Teolândia, Ubatã, Varzea do Poço, Piaçã, Acajutiba, Anguera, Araçás, Aracatu, Banzaê, Barra da Estiva, Barra do Choça, Ibiritinga, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cairú, Camacã, Camamu, Cardeal da Silva, Correntina, Entre Rios, Guanambi, Ipecaetã,

Ipupiara, Itagimirim, Itamarí, Itaquirara, Itiruçu, Itiúba, Jacaraci, Jacobina, João Dourado, Juazeiro, Juciapé, Lagedo do Tabocal, Luís Eduardo Magalhães, Maetinga, Maiquinique, Maragogipe, Mata de São João, Milagres, Mucugê, Nilo Peçanha, Paripiranga, Pintadas, Santa Cruz da Vitória, São Felipe, Serra Preta, Serrolândia, Valença, Brumado, Brejões, Contendas do Sincorá e Rodelas.

Ainda na sessão, foi aprovado o projeto Vale Alimentação Estudantil, que prevê a distribuição de auxílio em dinheiro para estudantes de escolas públicas estaduais, que não estão usufruindo da merenda escolar, já que foi suspensa por causa da determinação de iso-

lamento pela pandemia do novo coronavírus. A medida vai beneficiar cerca de 800 mil alunos e o Governo do Estado vai investir R\$ 44 milhões com recursos próprios. O governador explicou que a Secretaria da Fazenda do Estado avalia junto às instituições financeiras a forma de viabilizar que o recurso chegue o mais rápido possível aos estudantes.

Antes da votação, o presidente da Casa, Nelson Leal, destacou a rapidez que marca as votações de matérias relacionadas com o combate ao Covid-19, que é inédita. "Esse projeto será votado menos de 24 horas após a sua chegada ao Parlamento. É um fato único que demonstra a maturidade do conjunto dos deputados".

Rui vai trabalhar para derrubar eventual veto de Bolsonaro

O governador Rui Costa (PT) anunciou que vai trabalhar junto ao Congresso para derrubar o eventual veto ao projeto de socorro aos estados na crise causada pelo coronavírus, aprovado na Câmara dos Deputados. Apesar de desidratada, a versão não agrada o ministro Paulo Guedes (Economia), que, em caso de aprovação pelo Congresso, defende veto à proposta. "Acho que o Congresso deve derrubar o veto, se isso acontecer. [Vamos trabalhar com] os deputados e senadores, sensíveis ao povo e a causa dos Estados", ressaltou, ontem.

Segundo líderes da Câmara, o efeito do texto-base aprovado nas contas públi-

cas é de R\$ 89,6 bilhões. A versão original, apresentada na semana passada, tinha um impacto calculado em R\$ 220 bilhões pelo Ministério da Economia, que classificou a proposta como bomba fiscal.

O gestor também prepara um conjunto de ações para reduzir o custeio da máquina pública e manter o funcionamento saudável da máquina. "Vamos cortar muita coisa. Estou marcando uma reunião com o Tribunal de Justiça, de Contas, com a Assembleia Legislativa para cada um dar a sua contribuição no corte de despesas. Estamos preparando várias ações. Desde que assumi, estamos reduzindo o custeio". Ele ne-

gou que haja ameaça de corte nos salários dos servidores estaduais, ao menos no "curto prazo". "Espero que a crise não se agrave a esse ponto".

Rui remanejou, pela terceira vez, recursos dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social a outras áreas do estado que necessitam de uma atenção maior em meio à pandemia pelo novo coronavírus.

Desta vez, além da Saúde, que recebeu mais de R\$ 80 milhões, a maior beneficiada foi a Secretaria de Justiça, que vai receber R\$ 35 milhões para custear os gastos com ações de combate à Covid-19. A medida foi publicada no Diário Oficial. (HB)

Tribuna

Rui Costa anuncia negociação com supermercados

G1

O governador Rui Costa apresentou novidades sobre o vale-alimentação que será concedido a todos os alunos da rede estadual de ensino durante o período de pandemia da Covid-19. Na edição do #PapoCorreria da noite desta terça-feira (14), Rui informou que está estabelecendo negociação com redes de supermercados presentes em aproximadamente 40 cidades baianas. O Governo da Bahia vai destinar R\$ 44 milhões para que cerca de 800 mil estudantes possam ter acesso ao recurso, que vai reforçar a alimentação das famílias.

Segundo o governador, a negociação envolve quatro grandes redes de supermercados presentes em municípios que conseguem contemplar aproximadamente 60% dos estudantes matriculados na rede estadual. Para os demais estudantes, será entregue um cartão emitido pela Caixa Econômica ou Banco do Brasil. "Nós estamos realizando esforços para que este benefício chegue rápi-

do para as famílias desses estudantes. Para aqueles que forem fazer a compra diretamente no supermercado, será necessário apresentar o documento com RG e CPF e poderá levar para casa apenas itens de alimentação. Acredito que ainda esta semana conseguiremos viabilizar essa logística", explicou Rui.

Ainda de acordo com o governador, as instituições financeiras estão solicitando prazo médio de 15 dias para a emissão do cartão. O Governo do Estado irá fornecer os dados do estudante com nome dos pais e os bancos irão fornecer a abertura desta conta para o recebimento do vale-alimentação. Rui ainda citou que alguns alunos não forneceram o número do CPF durante a matrícula e orientou que os estudantes entrem em contato com a escola por telefone para informar esse dado. "Estamos pedindo para que os estudantes não se dirijam às escolas, pois poderá gerar aglomeração e não quero isso neste momento por conta do coronavírus.

Tribuna

Relatório da FIEB estima impactos da pandemia de Covid-19 na economia baiana

A disseminação do covid-19 impôs medidas de isolamento social que paralisaram boa parte da atividade econômica, gerando incertezas sobre o futuro. Num cenário de alto impacto, que aparenta estar se configurando, o PIB baiano cairia 6,4%, a maior queda desde 2003, e cerca de 134 mil postos de trabalho seriam eliminados em relação ao ano passado.

Esta projeção de alto impacto e outra, de um cenário menos temerário, compõem o relatório técnico Estimativas dos Impactos da Epidemia do COVID-19, publicado nesta semana pela

gerência executiva de Desenvolvimento Industrial da FIEB, disponível no site da instituição bit.ly/FIEBrelatorio.

O documento, baseado em análises de dados elaborados pelo IBGE, traça estimativas em meio a este contexto singular e ainda sem respostas. "O cenário mais provável é o mais negativo, até porque estamos vendo perspectiva de extensão de prazo do isolamento. Mas estamos acompanhando e, claro, sempre revisando nossas estimativas", afirma o diretor executivo da FIEB, Vladson Menezes.

O PIB baiano pode cair 6,4%, a maior queda desde 2003, e cerca de 134 mil postos de trabalho seriam eliminados

No relatório, a equipe de estudos também sugere a adoção de medidas que amenizem os efeitos desta crise, a fim de que a estrutura econômica não se desorganize por completo, tornando mais difícil a retomada após o controle da pandemia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPIUNA
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PE0042020. Objeto: Destina-se contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamento digitalizador de raio - x monocassete novo, completo, de primeira linha, conforme especificação, compatível com o aparelho radiológico novo, marca Philips modelo compacto plus 500 n° de serie padhpe03001, tubo 1382217, kvp (kv) = 125, corrente (ma) = 500, por fornecimento integral e a pedido, com

IGRAPIUNA

Tribuna

Coluna

ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



JORNADA & SALÁRIO

● Acordos individuais sobre redução de jornada e salário, ou de suspensão de contratos de trabalho previstos na MP 936 só serão válidos se as empresas negociarem antes com os sindicatos de trabalhadores, conforme liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal. A Central Brasileira do Setor de Serviços solicitou o ingresso como "Amicus Curiae" no julgamento por videoconferência que será realizado amanhã. "A situação de pandemia que vivemos por si só fragiliza e enfraquece investimentos e a própria retomada da economia. Não se pode tomar as soluções mais burocráticas, menos céleres e menos eficientes", avalia João Diniz.

Na rua

● Segundo dados do Sebrae, desde início de março 600 mil empresas fecharam as portas e houve 9 milhões de demissões no País.

Dia D

● Dia 4 de Maio. Esta é a data-chave no Governo para que o País volte às ruas, no comércio, indústria, educação etc. É questão de sobrevivência, não apenas de saúde.

Tribuna

PIB do Brasil vai cair cinco vezes mais que média dos emergentes em 2020, prevê FMI

BBC NEWS

A economia brasileira terá uma queda cinco vezes maior que a média dos países emergentes neste ano, de acordo com a previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgada nesta terça-feira (14).

Diante da pandemia de coronavírus, o FMI diz que o Grande Confinamento (The Great Lockdown) vai diminuir drasticamente o crescimento global, com previsão de retração de 3%.

O FMI aponta que é muito provável que a economia global registre em 2020 a pior recessão desde a Grande Depressão, superando a crise financeira global na década passada.

A previsão da entidade é que o PIB brasileiro vai cair 5,3% neste ano, enquanto os países com economias em desenvolvimento vão registrar, em média, uma queda de 1%.

A retração prevista pelo FMI significa uma diminuição de quase R\$ 400 bilhões na economia brasileira neste ano. Se a retração de 5,3% for confirmada, será a maior

queda anual que o Brasil já viu pelo menos desde 1901.

O grupo das economias emergentes inclui a China e a Índia, que devem apresentar crescimento neste ano, mesmo com a crise do coronavírus, segundo o FMI: 1,2% e 1,9%, respectivamente. Na mesma categoria, dos países emergentes, também está o México - que, no entanto, vai apresentar uma retração ainda maior que a do Brasil, de 6,6%. A economia da Rússia, segundo o FMI, deve cair em proporção semelhante à do Brasil: 5,5%.

O FMI diz que, apesar de ter se baseado em conversas com epidemiologistas e outros especialistas em saúde pública que trabalham com a covid-19, ainda há incerteza considerável em tomo da própria pandemia, de suas consequências macroeconômicas e as tensões relacionadas a elas nos mercados financeiro e de commodities.

RECUPERAÇÃO EM 2021

A recuperação do PIB do Brasil em 2021 também ficará aquém da média das economias emergentes.

A previsão de crescimento para a economia brasileira em 2021 é de 2,9%, segundo o FMI. No mesmo período, a média de crescimento dos emergentes será de 6,6%.

Enquanto o México deve ter um crescimento de 3% em 2021, em patamar próximo ao do Brasil, a Rússia deve crescer 3,5%; a China, 9,2%; e a Índia, 7,4%.

O ritmo da economia brasileira, no entanto, já vinha abaixo de outros emergentes. No ano passado, enquanto a economia brasileira subiu apenas 1,1%, os emergentes cresceram, em média, 3,7%.

MEDIDAS ESSENCIAIS

O FMI aponta que medidas que ajudem a combater o vírus por meio do isolamento são essenciais.

"Quarentena, paralisações e distanciamento social são fundamentais para diminuir a transmissão, dando tempo ao sistema de saúde para lidar com o aumento da demanda por seus serviços e ganhando tempo para os pesquisadores tentarem desenvolver tratamentos e vacina.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 15/04/2020	



NA BAHIA, CRISE DO CORONAVÍRUS JÁ REPRESENTA R\$ 1,5 BILHÃO DO PIB DO ESTADO



admin 15 Abril, 2020

Por: João Paulo Almeida

O impacto das medidas adotadas para conter a pandemia do novo coronavírus nas operadoras de turismo brasileiras já soma R\$ 3,9 bilhões em adiamentos e cancelamentos de viagens, que já passam de 90% até maio. A informação foi divulgada pela Agência Brasil. O dado foi divulgado ontem (14) pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), que pede a implementação rápida de políticas públicas de apoio ao setor turístico.

Em entrevista ao portal Bahia Econômica, o presidente da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) Luciano Lopes afirmou que o prejuízo na Bahia passa de R\$ 1,5 bilhões. “Diante desta crise, há um impacto de quase R\$ 1,5 bi no PIB da Bahia em cada mês que perdurar esta crise. Em março, Salvador apresentou a taxa de ocupação mais baixa da história do setor hoteleiro. Os dados evidenciam que até o dia 15 do mês a ocupação estava em ritmo normal. Posteriormente caiu e na última semana chegou a 4%. As reservas dos hotéis foram reduzidas a praticamente zero, além do cancelamento total de eventos, o que evidencia que a crise já comprometeu o ano de 2020”.

As operadoras de turismo são empresas que montam pacotes e programas de viagens que são comercializados pelas agências. A perda contabilizada em 2020 já equivale a cerca de 25% de todo o faturamento das operadoras em 2019, que foi de R\$ 15,1 bilhões. Os adiamentos e cancelamentos já atingem 63,5% das viagens vendidas para junho, e, em média, 26,9% de

todos os embarques programados para o segundo semestre de 2020. O impacto se estende até 2021, ano em que já há 3,8% de viagens adiadas ou canceladas.

Os cancelamentos de viagens afetaram 98% das operadoras ouvidas pela pesquisa, e 36% delas afirmam que o percentual de embarques cancelados passou de 75% do total previsto.

Foto : Fernando Frazão/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 14/04/2020	



RUI NEGA QUE SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS SERÃO CORTADOS



admin 14 Abril, 2020

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), negou, no Papo Correria desta terça (14), que não há previsão de corte nos salários dos servidores públicos do estado, por conta da pandemia do coronavírus.

“Não há previsão de corte nos salários. Espero que a situação não se agrave a esse ponto. Estamos fazendo redução de custos, por isso, peço ajuda dos servidores nesse sentido”, disse Rui.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 13/04/2020	



SERVIDORES DE SP TERÃO 13º SALÁRIO E BÔNUS SUSPENSO, ANUNCIA DORIA



admin 14 Abril, 2020

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou, nesta terça-feira (14), a suspensão da antecipação de pagamento do 13º salário e do terço de férias remuneradas dos servidores públicos do estado, além de corte dos bônus por resultados. No caso do bônus, o pagamento será feito apenas a profissionais da saúde e integrantes das forças de segurança.

As medidas anunciadas fazem parte de um pacote de austeridade econômica e corte de despesas do estado no enfrentamento à pandemia de coronavírus. De acordo com Doria, os cortes têm como objetivo garantir o “cumprimento de compromissos financeiros ao longo dos próximos três meses e assegurar recursos e investimentos nas áreas da saúde e segurança pública”, além de preservar salários e empregos.

A previsão do governo é de que a arrecadação do estado tenha queda de R\$ 10 bilhões entre abril e junho, período que deverá abranger o pico da pandemia em São Paulo. As medidas foram definidas por decretos publicados no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (14).

O Estado também faz negociações para interromper o pagamento de dívidas bancárias e de precatórios durante a crise.

Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 15/04/2020	



Coronavírus

Abertura de crédito suplementar destinado à Sesab chega a R\$ 170 milhões em uma semana



15 de Abril de 2020 às 06:43 Por: Arquivo BNews Por: Yasmin Garrido 0 comentários

O governador Rui Costa (PT) decretou, pela quarta vez, a abertura de crédito suplementar com destinação à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), desta vez no valor de R\$ 87,5 milhões. Com isso, a realocação de valores dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social à pasta já chegam a R\$ 170 milhões.

A publicação foi feita no Diário Oficial desta quarta-feira (15) e ainda prevê a destinação de verba à Secretaria de Turismo. A abertura de crédito suplementar nada mais é do que a realocação de verbas de uma área para a outra por parte de um governo. Ou seja, dentro do orçamento já estipulado para aquele exercício, é possível, diante da necessidade, que se retire peça crédito suplementar para cobrir as despesas extras de um setor.

Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 15/04/2020	



Coronavírus

Pressionado por Maia e governadores, Senado deve frustrar Guedes em pacote a estados



15 de Abril de 2020 às 05:27 Por: *Agencia Senado* Por: *Folhapress* 0 comentários

Defendida pela equipe econômica, a estratégia de insistir em um pacote mais enxuto de socorro aos estados na crise do novo coronavírus deve esbarrar na articulação de governadores no Senado. A Casa no Congresso representa os estados.

Chefes de Executivos estaduais recorrem a aliados pela liberação de dinheiro para cobrir até despesas obrigatórias, como salários. O recuo da economia neste ano já afeta as contas de governadores e prefeitos.

Líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que a votação expressiva da Câmara, que aprovou um plano de ajuda mais amplo nesta segunda-feira (13), não pode ser desprezada.

Sob críticas do governo e de economistas, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), conseguiu aprovar, por 431 votos a 70, o projeto de auxílio mais vantajoso a governadores e prefeitos. O plano não exige medidas de ajuste nas contas públicas, como controle das despesas com servidores.

Nesta terça, um dia após a derrota, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) se reaproximou do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para tentar costurar na Casa uma solução. "Conversei com ele [Alcolumbre] esta manhã [terça]. Vai votar, mas não deve ser nesta semana", afirmou Bolsonaro.

Vetar um projeto de socorro ao enfrentamento da pandemia teria um desgaste político muito alto. O veto foi sugerido pelo ministro Paulo Guedes (Economia) caso o governo não consiga desidratar a proposta encampada por Maia.

O ministro insiste em uma versão que prevê uma transferência de recursos menor que a definida pela Câmara e, em troca, amplia a suspensão de pagamento de dívidas com a União e com bancos federais.

O pacote defendido pelo governo soma R\$ 77,4 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões de repasses diretos aos estados e municípios, ou seja, dinheiro no caixa de governadores e prefeitos para o enfrentamento da crise.

A proposta da Câmara teria um impacto de R\$ 89,6 bilhões, sendo que R\$ 80 bilhões seriam de compensação da União pelas perdas de ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal) diante da crise econômica, segundo cálculos de líderes.

Alcolumbre passou a negociar com o governo o envio de um projeto para substituir o texto aprovado pelos deputados. A ideia é manter alguns dispositivos da proposta da Câmara, como a suspensão das dívidas com bancos públicos.

O presidente do Senado também sinalizou que espera um aceno de Maia no sentido de votar medidas já aprovadas pelos senadores, como a ampliação do auxílio emergencial (R\$ 600) e de crédito para micro e pequenas empresas.

"Não vamos pautar o projeto que eles [deputados] votaram ontem. Agora é princípio da reciprocidade", disse Alcolumbre.

Se o Senado não apresentar um novo projeto e fizer alterações na proposta encaminhada pela Câmara, a palavra final é dos deputados que tendem a manter um pacote aos estados mais amplo do que deseja o Ministério da Economia. Maia trava um embate com Guedes e ministros que cuidam da articulação política desde a semana passada.

O governo chegou a abrir canal de negociação direta com líderes da Câmara, escanteando o presidente da Casa, que assumia a linha de frente do plano de socorro.

As críticas a Maia não cessaram mesmo após ele recuar na ideia de ampliar a margem de endividamento dos governadores (inclusive os que já estão com baixa capacidade de pagamento) e abrir mão de um dispositivo que poderia beneficiar o estado do Rio de Janeiro, em recuperação judicial.

A proposta do presidente da Câmara privilegia os estados do Sul e Sudeste na distribuição do dinheiro. Segundo estimativas da equipe econômica, 60% da transferência direta da União para recompor ICMS iria para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, além de Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesses dois últimos estados, os governadores Wilson Witzel (PSC-RJ) e João Doria (PSDB-SP) tentaram se capitalizar politicamente com a pandemia ao assumir posicionamento público contra a postura de Bolsonaro no combate ao coronavírus.

Maia se alinhou a ambos, sustentando ainda um modelo de divisão de recursos menos vantajoso ao Norte e Nordeste. Para o governo, o amplo repasse a governadores desestimularia o fim de medidas restritivas por causa da Covid-19 e que, na avaliação de Bolsonaro, estendem a crise econômica.

Nesta terça, Maia contestou a contraproposta do governo e acusou a equipe econômica de usar dados distorcidos para atacar o projeto aprovado pelos deputados.

"O que o governo quer fazer, do meu ponto de vista, é criar um conflito político federativo que deveria ser deixado para outro momento. As eleições nacionais acontecerão em 2022."

Para o presidente da Câmara, a conta do governo de oferecer R\$ 40 bilhões de repasses diretos a estados e municípios está inflada, pois contabiliza recursos destinados à saúde. Segundo ele, a ideia tem que ser manter o funcionamento da máquina pública em tempos de forte retração na receita.

A equipe econômica questiona o período da ajuda a governadores e prefeitos. O projeto da Câmara prevê repasses por seis meses. O governo defende três meses, mesmo intervalo previsto para socorro a trabalhadores informais e empresas paralisadas. Guedes estima que R\$ 40 bilhões são necessários para suprir a demanda na crise.

Porém, esse valor poderia ser elevado após avaliação a ser feita em meio à pandemia.

O modelo de repasse aprovado pela Câmara é baseado na compensação de ICMS e ISS. Ou seja, dependerá da queda em cada mês registrada pelos estados e municípios.

Assim, o governo federal transferiria o valor para que a arrecadação permaneça no mesmo patamar do ano passado. Para a equipe econômica, isso não dá previsibilidade de gastos.

Segundo o Ministério da Economia, em caso de queda de 10% da receita, o gasto seria de R\$ 30 bilhões (por seis meses). O desembolso subiria para R\$ 85,5 bilhões em seis meses de receita 30% menor. Se a arrecadação cair pela metade, o gasto seria de R\$ 142,5 bilhões, nos termos do projeto aprovado pela Câmara.

Para o coordenador do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda), Rafael Fonteles, o plano aprovado na Câmara atende apenas a uma parte das necessidades dos governadores e prefeitos.

"Estados e municípios precisam de muito mais recurso", disse.

Fonteles defende ampliação do limite de endividamento, mais repasses do governo federal, novas linhas de financiamento, além da postergação do pagamento de empréstimos internacionais e precatórios (dívidas a pessoas físicas ou empresas por decisão judicial).

Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 15/04/2020	



Coronavírus

Proposta do governo para estados 'não faz sentido', diz Meirelles



15 de Abril de 2020 às 07:50 Por: *Gilberto Júnior / Bocão News* Por: *Folhapress** 0comentários

Secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, o ex-ministro Henrique Meirelles afirmou que "não faz sentido" a proposta do governo federal para compensar a queda de arrecadação dos estados com a crise do coronavírus.

Ele disse que, uma vez que a dimensão e a duração da recessão são imprevisíveis, o plano não pode valer por apenas três meses e não deve prever um teto de repasses aos governos locais -como quer o ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Não sabemos qual será a duração e o tamanho da recessão. São questões que não dependem da nossa decisão. Vamos fazer um acordo com quem? Com Deus?", declarou Meirelles à reportagem. "Não podemos combinar que a pandemia só vai durar três meses. Se demorar mais, vai custar mais, não só em termos de recursos do Tesouro, mas em termos de vidas humanas."

O secretário defendeu o projeto de socorro que foi aprovado pela Câmara na segunda-feira (13) e criticado pela equipe econômica do governo federal.

O texto determina que a União repasse recursos aos estados e municípios, por seis meses, como forma de compensação pelas perdas com o recolhimento de ICMS (imposto estadual) e ISS (imposto municipal), provocadas pela paralisação de atividades econômicas no combate ao coronavírus.

A equipe do ministro Paulo Guedes, no entanto, insiste em uma proposta que prevê uma transferência menor de recursos, por apenas três meses.

"O governo tem o direito de fazer isso. O que os estados apontam é que isso não faz sentido. Não cabe aos estados determinar que vamos encerrar o isolamento na data tal e que a economia voltará ao normal imediatamente", afirmou Meirelles.

Líderes da Câmara, onde o projeto foi aprovado por ampla maioria, calculam em R\$ 80 bilhões os repasses que serão feitos nos próximos meses, mas o texto não estabelece um teto para essas compensações.

O Ministério da Economia afirma que esse modelo não dá previsibilidade aos gastos. Em caso de queda de 10% da receita, a despesa seria de R\$ 30 bilhões. O desembolso subiria para R\$ 85,5 bilhões em seis meses se a receita for 30% menor. Caso a arrecadação caia pela metade, o gasto seria de R\$ 142,5 bilhões, nos termos do projeto aprovado pela Câmara.

O governo apresentou nesta terça um pacote alternativo de medidas, no valor de R\$ 77,4 bilhões –sendo R\$ 40 bilhões de repasses diretos aos estados e municípios, R\$ 22,6 bilhões de suspensão de dívidas com a União e R\$ 14,8 bilhões, de dívidas com bancos públicos federais.

"A crítica que se faz, de que não se sabe o valor [dos repasses], também não faz sentido", reagiu Meirelles.

"Todos estamos trabalhando pra ser o menor possível. Se durar mais, a tragédia humana será maior e a consequência econômica também. A sociedade brasileira vai ter que enfrentar. Vai aumentar a dívida? Vamos ter que enfrentar esse problema."

O secretário, subordinado ao governador João Doria (PSDB), diz considerar "correta e equilibrada" a versão de socorro aos estados aprovada pela Câmara. O texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado e pode ser vetado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

"O projeto não permite um aumento das despesas dos estados. Pelo contrário, porque não aumenta o limite de crédito. Houve falatório sobre isso antes, mas os

estados não propuseram isso", declarou, acrescentando que o texto veda também a concessão de subsídios fiscais pelos governos locais.

Em confronto político com Doria, o presidente Jair Bolsonaro já insinuou que não daria ajuda financeira a governadores que impuseram medidas de isolamento, com impacto sobre a economia e a arrecadação.

"Quer agora vir para cima de mim? Não, ele tem que se responsabilizar pelo que ele fez", disse Bolsonaro no dia 2 de abril, referindo-se a um pedido de compensação feito por governadores numa carta assinada por Doria. "Não vai cair no meu colo essa responsabilidade."

Meirelles defendeu as medidas de isolamento e disse que as consequências econômicas também são negativas para os estados. "Ninguém tomou uma atitude simplesmente pela vontade de diminuir a atividade econômica. Elas foram necessárias para proteger a população", afirmou.

[Leia Mais](#)

Veículo: G1	Economia
Data: 15/04/2020	



Impostos, tributos e contribuições: veja o que foi adiado, suspenso ou reduzido durante a pandemia

Mudanças beneficiam não só empresas, mas também pequenos negócios, microempreendedores individuais, empregadores de trabalhadores domésticos e pessoas físicas.

Por Darlan Alvarenga, G1

15/04/2020 05h01 Atualizado há uma hora

governo anunciou uma série de medidas tributárias que adia, suspende ou altera o valor a ser recolhido aos cofres públicos e também os prazos de pagamento ou entrega de declarações.

- **Medidas econômicas na crise do coronavírus: veja perguntas e respostas**
- **Coronavírus: veja as medidas econômicas já anunciadas pelo governo federal e pelo BC**

As mudanças atingem e beneficiam não só empresas, mas também pequenos negócios, microempreendedores individuais, empregadores de trabalhadores domésticos e pessoas físicas.

O conjunto de medidas inclui:

1. Prorrogação do pagamento dos tributos do Simples Nacional
2. Adiamento e parcelamento do FGTS dos trabalhadores
3. Adiamento do PIS, Pasep, Cofins e da contribuição previdenciária
4. Redução da contribuição obrigatória ao Sistema S
5. Redução do IOF sobre operações de crédito

6. Prorrogação do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda
7. Redução de IPI de produtos médico-hospitalares
8. Redução de imposto de importação de produtos médico-hospitalares
9. Prorrogação da validade de certidões de débitos e créditos tributários

Veja abaixo o que já foi anunciado até o momento, por tributo:



Entenda as medidas econômicas anunciadas para pessoas físicas e jurídicas

1. Prorrogação do pagamento dos tributos do Simples Nacional

O governo prorrogou, por 6 meses, o **prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional**, relativos aos períodos de março, abril e maio. A medida vale para pequenas empresas e também se aplica aos Microempreendedores Individuais (MEIs). Assim:

- a apuração **março**, que seria paga em 20 de abril, fica com vencimento **para 20 de outubro**;
- a apuração de **abril**, que seria paga em 20 de maio, fica com vencimento **para 20 de novembro**;
- a apuração de **maio**, que seria paga em 22 de junho, fica com vencimento **para 21 de dezembro**.

Já os **tributos estaduais e municipais (ICMS e ISS)** do Simples foram prorrogados por 90 dias, ficando assim:

- a apuração **março**, que seria paga em 20 de abril, fica com vencimento **para 20 de julho**;
- a apuração de **abril**, que seria paga em 20 de maio, fica com vencimento **para 20 de agosto**;
- a apuração de **maio**, que seria paga em 22 de junho, fica com vencimento **para 21 de setembro**.

Foi prorrogado também o prazo de apresentação da **Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis)** para as empresas do Simples Nacional e da **Declaração Anual Simplificada para o Microempendedor Individual (DASN-Simei)**, referentes ao ano calendário de 2019. O prazo agora se estenderá **até o dia 30 de junho**.

2. Adiamento e parcelamento do FGTS dos trabalhadores

Foi autorizado o **adiamento e pagamento parcelado do depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** dos trabalhadores. O **pagamento poderá ser feito só a partir de julho, em 6 parcelas fixas**. Todos os empregadores, inclusive o empregador de trabalhador doméstico, poderão se beneficiar da medida. Funcionará assim:

- fica suspensa a obrigatoriedade do recolhimento referente aos períodos de março, abril e maio, com vencimento em abril, maio e junho;
- Para ter direito ao benefício, o empregador é obrigado a declarar as informações no eSocial até o dia 7 de cada mês e a emitir a guia de recolhimento do Documento de Arrecadação (DAE);
- o recolhimento do FGTS poderá ser feito em 6 parcelas fixas com vencimento no dia 7 de cada mês, com início em julho e fim em dezembro.

3. Adiamento do PIS, Pasep, Cofins e da contribuição previdenciária

O governo adiou o **pagamento do PIS, Pasep, Cofins e também da contribuição previdenciária patronal** de empresas e empregadores de trabalhadores domésticos. O **vencimento de abril e maio, relativo às competências de março e abril, passou para agosto e outubro**.

O governo estima que são R\$ 80 bilhões que ficarão no caixa dessas empresas com esta postergação.

4. Redução da contribuição obrigatória ao Sistema S

As contribuições obrigatórias das empresas ao Sistema S serão **reduzidas em 50% por 3 meses**. A estimativa é que as empresas deixem de pagar R\$ 2,2 bilhões no período. Serão afetadas pela medida as seguintes instituições: Senai, Sesi, Sesc, Sest, Sescoop, Senac, Senat e Senar. Os percentuais de contribuição, que até então variavam de 0,2% a 2,5%, passam a ser os seguintes:

- Sescoop: 1,25%
- Sesi, Sesc e Sest: 0,75%
- Senac, Senai e Senat: 0,5%
- Senar: 1,25% a contribuição incidente sobre a folha de pagamento; 0,125% da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria; e 0,1% da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial

5. Redução do IOF sobre operações de crédito

O governo também **reduziu a zero – por 90 dias – a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito**. A alíquota era de 3% ao ano.

O benefício vale para as operações de crédito contratadas entre 3 de abril e 3 de julho. Com a medida, o governo deixará de arrecadar R\$ 7 milhões, segundo estimativa da Receita Federal.

6. Prorrogação do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda

Em razão da pandemia, a Receita Federal prorrogou o prazo de entrega da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) por 60 dias. O **prazo final passou de 30 de abril para 30 de junho**.

Também foi prorrogado para o dia 30 de junho o prazo para a apresentação da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País para estrangeiros ou brasileiros que moram no exterior.

7. Redução de IPI de produtos médico-hospitalares

Decreto do governo federal **zerou até 30 de setembro as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** de artigos de laboratório ou de farmácia, luvas, termômetros clínicos e outros produtos utilizados na prevenção e tratamento do coronavírus.

A renúncia fiscal decorrente desta medida é estimada em R\$ 26,6 milhões.

8. Redução de imposto de importação de produtos médico-hospitalares

O governo federal zerou tarifas de importação de produtos farmacêuticos e equipamentos médico-hospitalares utilizados no combate ao novo coronavírus. O **período com alíquotas zeradas vai até 30 de setembro**. Conforme o Ministério da Economia, **61 itens** ficam com a tarifa de importação zerada.

A lista abrange itens que tinham tarifas de importação de até 35%, incluindo kits para testes de coronavírus, luvas de proteção, termômetros e agulhas, equipamentos de intubação e aparelhos de respiração artificial (ventiladores).

9. Prorrogação da validade de certidões de débitos e créditos tributários

Foi anunciada também a **prorrogação por 90 dias do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas (CNEND)** já emitidas, ambas relativas à Créditos Tributários federais e à Dívida Ativa da União.

Essas duas certidões são necessárias para que as pessoas jurídicas exerçam uma série de atividades, como, por exemplo, participar de licitações ou obter financiamentos.

O que não mudou ou não tem definição

Nada mudou até o momento nos prazos e regras em tributos como o Imposto sobre a Renda (IR) das empresas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

“O governo federal veio concedendo, paulatinamente, medidas pretendendo aliviar os encargos tributários das empresas. Iniciou com as micro e pequenas empresas, postergando os tributos recolhidos no regime do Simples Nacional, depois com os tributos que incidem sobre mercadorias importantes para o combate à pandemia e, por último, lançou um pacote mais abrangente que incide sobre as demais empresas”, afirma Felipe Fleury, sócio da área tributária do Zockun & Fleury Advogados. “Mas nem todos os tributos foram postergados. Por isso, muitas empresas continuam com o seu pleito perante o poder judiciário, para que esses tributos também sejam postergados”.

No âmbito estadual e municipal, em meio ao temor de queda na arrecadação, foram prorrogados os pagamento do ICMS e do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) apenas para empresas e Microempreendedores Individuais (MEI) que estejam enquadradas no **Simples Nacional**.

- **Câmara aprova projeto que repõe a estados e municípios perdas com ICMS e ISS**
- **Governo propõe R\$ 127,3 bilhões para estados e municípios como alternativa a texto da Câmara**

Algumas prefeituras decidiram adiar o cronograma de pagamento do IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana), mas em diversas capitais nada mudou. Em São Paulo, o prefeito Bruno Covas (PSDB) disse que **é contra a prorrogação ou isenção de IPTU**.

Veículo: G1	Economia
Data: 15/04/2020	



Rui diz que não há previsão para corte de salários de servidores e prevê multa para estabelecimentos

Estabelecimentos que descumprirem a lei que determina que os funcionários usem máscaras terão que arcar com multa alta, de acordo com governador.

Por TV Bahia

15/04/2020 06h00 Atualizado há 4 horas



Governador Rui Costa conversou com internautas na noite desta terça-feira — Foto: Reprodução/TV Bahia

Após a publicação, no Diário Oficial desta terça-feira (14), da lei que determina a obrigatoriedade do uso de máscara no local de trabalho, o governador da Bahia, Rui Costa, avisou que o valor da multa para quem descumprir a determinação será alto.

- **Coronavírus: o que se sabe sobre o novo vírus**
- **Veja o que é #FATO ou #FAKE sobre o coronavírus**

- **Veja perguntas e respostas sobre a doença**

De acordo com a nova lei, os empregadores devem fornecer e fiscalizar o uso das máscaras por seus funcionários em estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, no transporte rodoviário, metroviário e de passageiros em geral, tanto público quanto privado.

Em **conversa pelas redes sociais**, realizada na noite desta terça para tirar dúvidas da população, Rui afirmou o valor será definido em breve. “Estou definindo daqui a pouco o valor da multa. Não temos braço para fiscalizar todas as unidades. O valor da multa vai ser alto, porque, como não temos braço, as pessoas serão fiscalizadas por amostragem. Vamos aplicar multas altas para as pessoas tomarem consciência”, disse. A máscara fornecida pelos empregadores pode ser de tecido, oriunda de produção caseira. A lei passa a valer 72 horas após a publicação no Diário Oficial.

O governador da Bahia tranquilizou os servidores públicos em relação a cortes nos salários. De acordo com Rui Costa, ainda não há, no momento, previsão de que isso aconteça.

“Até o momento, não há previsão de corte nos salários. O que estamos buscando é redução de custeio. Mas não temos, no horizonte de curto prazo, o corte de salários. Espero que isso não venha a acontecer. Peço ajuda de todos os servidores na economia das despesas”, afirmou. Rui também informou que está fazendo esforço para que os órgãos dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) reduzam os gastos públicos.

“Estamos cortando coisas. Vamos cortar muito mais. Estou marcando uma reunião com todos os poderes para que a gente possa conversar sobre a redução de custeio, de cortes de despesas que não sejam estritamente essenciais, já que a arrecadação vai cair drasticamente. Estamos preparando um conjunto de ações”, disse.

Rui Costa ainda falou sobre o fornecimento de máscaras para pessoas de baixa renda, confeccionadas por costureiras contratadas pelo Estado.

“Estamos com um grupo de costureiras contatadas pelo Governo. A ideia é chegar a 3 milhões. Vamos começar entregando a pessoas mais pobres que precisam estar nas ruas para garantir o seu sustento. Agora, não é para esperar por essa. Se você conhece alguém que costura, peça a ela”, disse.

Veículo: Política Livre	
Data: 15/04/2020	Caderno: Economia



15 de abril de 2020 | 09:08

Gasolina nas refinarias atinge menor patamar em ao menos 15 anos

ECONOMIA

Os preços da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobras chegaram nesta quarta-feira (15) ao menor valor desde ao menos 2005, segundo dados compilados pelo CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) e corrigidos pela inflação do período.

Na terça (14), a estatal anunciou cortes de 8% no preço da gasolina e 6% no preço do diesel, acompanhando o recuo das cotações internacionais do petróleo em meio à pandemia do novo coronavírus. No primeiro caso, é o décimo corte do ano. No segundo, o nono.

Desde o início de janeiro, a gasolina já caiu 48% nas refinarias da Petrobras, chegando nesta quarta a R\$ 0,99 por litro. O diesel tem queda acumulada de 35% e é vendido, em média, a R\$ 1,52 por litro. No início de 2005, os produtos eram vendidos pela estatal, em valores corrigidos, a R\$ 1,92 e R\$ 2,14 por litro, respectivamente.

O movimento reflete o excedente global de petróleo e combustíveis, fruto da redução da demanda e de divergência entre os exportadores sobre cortes na produção, que levou a cotação do Brent, referência internacional de preços, ao menor valor em 18 anos na terceira semana de março.

Com possibilidade de acordo entre Arábia Saudita e Rússia, os dois maiores exportadores, as cotações se recuperaram nas últimas semanas. Nesta terça, porém, voltaram a cair: negociado em Londres, o barril do Brent fechou o pregão a US\$ 29,60 (R\$ 152), 6,74% a menos que no dia anterior.

Antes do ciclo de queda atual, o momento anterior de gasolina mais barata nas refinarias da Petrobras ocorreu em julho de 2017, quando o litro do combustível foi vendido a R\$ 1,38, em

valores corrigidos pela inflação. No caso do diesel, o menor preço foi verificado em agosto de 2017: R\$ 1,69.

Naquele ano, os preços o petróleo era negociado na casa dos US\$ 50 por barril (cerca de R\$ 155 pela cotação da época), valor que levou a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) a promover cortes de produção.

No ano seguinte, com a disparada das cotações internacionais, os preços nas refinarias tiveram alta histórica, cenário que levou à greve dos caminhoneiros que paralisou o país por duas semanas. Em maio daquele ano, chegou a sair das refinarias da estatal a R\$ 2,55 por litro. A gasolina atingiu o pico de R\$ 2,38 em setembro.

Ao contrário de outros ciclos de queda no passado, o atual não chegará a beneficiar muitos consumidores, já que grande parte da população vive em estados ou municípios com restrições à movimentação. “É um momento inédito, que preços baixos e consumo baixo”, diz o diretor do CBIE, Adriano Pires.

No Brasil, as primeiras semanas de isolamento derrubaram as vendas de gasolina em 60%, segundo estimativas da Petrobras. Para evitar gargalos na infraestrutura de armazenagem, a Petrobras reduziu a produção em suas refinarias.

O repasse ao consumidor dos cortes nos preços da gasolina e do diesel acelerou nas últimas semanas. Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço da gasolina e do diesel nas bombas caiu cerca de 8% em um mês.

Considerando valores corrigidos pela inflação, o preço médio da gasolina nos postos brasileiros (R\$ 4,15 por litro) é o menor desde agosto de 2017. Já o diesel (R\$ 3,34) está no menor patamar desde julho do mesmo ano.

O cenário levou usinas de cana-de-açúcar a pedir socorro ao governo para enfrentar a concorrência com a gasolina em um período de demanda despencando. Entre as medidas em estudo, estão a isenção de PIS/Cofins sobre o etanol hidratado e a concessão de crédito para estoque do produto enquanto o consumo não volta.

O setor quer também elevação da alíquota da Cide sobre a gasolina, hoje em R\$ 0,10 por litro. A medida já vinha sendo estudada pelo MME (Ministério de Minas e Energia) antes do início

da pandemia, como alternativa para reduzir o repasse de volatilidades internacionais ao consumidor.

A ideia é cobrar um imposto maior quando a gasolina está barata e reduzir a alíquota em momentos de picos de preços. Para especialistas, se a medida for tomada, o momento agora seria ideal. Defensor da proposta, Pires argumenta que o consumo atual não é tão atrelado aos preços, já que só está na rua quem precisa trabalhar.

“Além disso, geraria recursos para estados, municípios e para a própria União enfrentar a crise”, diz. Ele propõe que o imposto seja elevado na mesma proporção dos cortes promovidos nas refinarias.

A proposta, porém, enfrenta resistência de distribuidoras de combustíveis, pelo potencial de gerar mais perdas nas vendas de gasolina, do Ministério da Economia e da própria Petrobras, que veem no uso da Cide um instrumento artificial para regular o mercado.

O próprio presidente Jair Bolsonaro (sem partido) chegou a negar a possibilidade de aumento do tributo no início de março, após as primeiras declarações favoráveis do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, à proposta.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, diz que, embora faça sentido apoiar a produção de etanol, ainda não há visibilidade sobre o cenário de preços de petróleo para avaliar qual seria a alta necessária na Cide para melhorar a competitividade do produto.

A queda do preço da gasolina nos postos reduz ainda mais a arrecadação dos estados, que já sofrem também efeitos do sumiço dos consumidores. O ICMS sobre os combustíveis, que é parcela relevante da receita estadual, é calculado sobre um preço de referência reajustado a cada quinze dias com base no preço de bomba.

Para a segunda quinzena de abril, ainda que em ritmo lento, 21 estados reduziram o preço de referência. Em São Paulo, é a quarta queda seguida. Entre a segunda quinzena de fevereiro e a segunda de abril, o valor foi reduzido em 3,83%. O MME não respondeu ao pedido de entrevista sobre o tema.

COVID-19

Publicado em 14/04/2020 às 17h43.

Economia propõe ajuda de R\$ 77,4 bilhões a estados e municípios

Executivo procura alternativa ao texto do Plano Mansueto aprovado pela Câmara dos Deputados na segunda-feira

Redação



Foto: Júlio Nascimento/Agência Brasil

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou nesta terça-feira (14) novas medidas de ajuda aos estados e municípios, no montante de R\$ 77,4 bilhões. A proposta visa substituir o Projeto de Lei Complementar 149/19, chamado de Plano Mansueto, na versão aprovada na Câmara dos Deputados na segunda-feira. O texto do relator, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), não agradou ao governo e começa a tramitar nesta terça no Senado. As informações são da Agência Brasil.

O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, classifica o relatório do parlamentar de “incentivo perverso” para estados e municípios não cuidarem da arrecadação. Enquanto o governo defende a liberação de ajuda por habitante, o texto do Câmara repõe perdas nas arrecadações de ICMS e ISS que se verificarem este ano.

montante, R\$ 14 bilhões serão voltados à saúde, R\$ 2 bilhões para o sistema único de Assistência Social (Suas) nos municípios; R\$ 1,5 bilhões para o programa de alimentação nas escolas; e R\$ 22,5 bilhões de transferências livres, distribuídos por número de habitantes.

Também foi proposta a suspensão de R\$ 22,6 bilhões em dívidas com a União, sendo a maior parte dos estados (R\$ 20,6 bilhões), e a suspensão de dívidas dos estados e municípios com a Caixa e o BNDES, que correspondem a mais R\$ 14,8 bilhões (R\$ 10,6 bilhões dos estados e R\$ 4,2 bilhões dos municípios). Waldery Rodrigues argumenta que, somadas a outras medidas já anunciadas, o total da ajuda a estados e municípios chegaria a R\$ 127,3 bilhões.



PUBLICIDADE

Governo da Bahia

MAIS NOTÍCIAS

COVID-19 07h10 de 15/04/2020

Transporte intermunicipal em 63 cidades baianas seguirá suspenso até 3 de maio

Decreto do governo estadual foi prorrogado por meio de publicação no Diário Oficial desta quarta-feira (15)



COVID-19 07h00 de 15/04/2020

Após acatar indicação de Geraldo Jr., Neto envia à CMS PL que amplia auxílios para taxistas

Projeto estabelece um auxílio emergencial no valor de R\$ 270,00



COVID-19 06h44 de 15/04/2020



Dívida bruta deve chegar a 100% do PIB em dez anos, prevê IFI

COVID-19 06h33 de 15/04/2020



Coronavírus provoca inflamação no coração e pode levar a infarto

Impacto está sendo avaliado pela Sociedade de Cardiologia, que monta registro nacional de complicações cardíacas

COVID-19 06h16 de 15/04/2020

Mandetta avisa equipe interna que será demitido por Jair Bolsonaro

De acordo com a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, presidente procura nome para substituir ministro ainda esta semana

COVID-19 22h40 de 14/04/2020

Covid-19: Brasil tem 1,5 mil mortes e 25,2 mil casos confirmados

O número de curados é estimado em cerca de 14 mil

Governo propõe alternativa a projeto de auxílio a Estados e municípios

Proposta foi criticada pelo presidente da Câmara

Por **Lu Aiko Otta, Fabio Murakawa, Matheus Schuch, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Mariana Ribeiro** — De Brasília

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Medidas federativas

Alívio financeiro potencial para Estados e municípios em 2020 - R\$ bi

	Estados	Municípios	Total
A - Medidas já em andamento			
Fundo a fundo - Saúde (MP940)	4	4	8
Suplementação SUAS	0	2	2
Recomposição FPE/FPM	7,7	8,3	16
Diferimento Pasep RGPS	1,6	2,3	3,9
Securitização dívidas	15	5	20
Total medidas em andamento	28,3	21,6	49,9
B - Proposta			
I- Transferências diretas			
Fundo a fundo saúde	7	7	14
SUAS	0	2	2
Programa alimentação nas escolas	0,75	0,75	1,5
Transferência livre per capita	11,25	11,25	22,5
II- Suspensão dívidas União			
RRF e liminares STF pré-covid	10,6	0	10,6
Liminares STF covid	9,9	0	9,9
Demais Estados e municípios	0,1	2	2,1
III - Suspensão dívidas com CEF e BNDES em 2020			
	10,6	4,2	14,8

Total I+II+III	50,2	27,2	11,4
Total medidas federativas (A+B)	78,5	48,8	127,3

Fonte: Ministério da Economia

Um dia depois de derrotado na Câmara dos Deputados com a aprovação do substitutivo do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) para o projeto de lei complementar do Plano Mansueto, o governo apresentou ontem um plano alternativo de apoio aos Estados e municípios no valor de R\$ 77,4 bilhões. Desses, R\$ 40 bilhões serão recursos novos injetados nos caixas e os R\$ 37,4 bilhões restantes, suspensão temporária do pagamento de dívidas com o Tesouro Nacional e com os bancos oficiais.

Somados às medidas já anunciadas, o apoio chega a R\$ 127,3 bilhões. Ao longo do dia, porém, prosseguiu a queda de braço com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que acusou o governo de buscar um “conflito federativo”. “A nova proposta é de R\$ 77,4 bilhões e supera, em termos conceituais, a proposta aprovada na Câmara”, afirmou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Na realidade, o plano já havia sido rejeitado pelos deputados na manhã de segunda-feira. “Essa proposta do governo não resolve”, afirmou ontem o presidente da Câmara, reforçando a posição da vésperas. Ele acrescentou que, no pacote, há apenas R\$ 22 bilhões em recursos “novos”.

O texto de Pedro Paulo propõe o que Waldery chamou de “cheque em branco”. Isso porque cria um “seguro receita” que obrigaria o governo federal a complementar as receitas de Estados e municípios, de forma a manter os níveis de 2019.

O assessor para Relações Institucionais do Ministério da Economia, Esteves Colnago, disse que num cenário de perda de 100% das receitas, a conta do “seguro receita” chegaria a R\$ 284 bilhões. Acrescentou que se trata de uma despesa que, em algum momento, a sociedade vai pagar, com mais tributos, mais dívida ou inflação.

Ele defendeu uma ajuda deve ter um valor fixo. Do contrário, segundo Colnago fica impossível planejar a ajuda a outros segmentos da economia, como as microempresas.

O governo aposta suas fichas no Senado, onde o texto aprovado pela Câmara pode ser alterado. Na visão do Ministério da Economia, o “seguro receita” poderia levar Estados e municípios a “descuidar” da arrecadação. Isso poderia ser feito, por exemplo, com programas de diferimento de impostos. Governadores e prefeitos poderiam adiar o recolhimento de tributos para após o período coberto pelo “seguro receita”. Dessa forma, “ganharia a receita duas vezes, com o seguro e depois com o imposto diferido que seria pago em momento seguinte”, explicou um técnico do ministério.

“Você está sinalizando que há prefeitos e governadores que são desonestos por princípio, e isso não é verdade”, rebateu Maia. O presidente da Câmara acrescentou que o governo está maquiando os números e vendendo como recursos novos dinheiro que já foi prometido aos Estados e municípios. Incluindo o dinheiro da suspensão das dívidas, uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

A equipe econômica apresentou cálculos para mostrar que o “seguro receita” concentraria o dinheiro nos Estados e nas cidades mais ricas. Os cinco maiores Estados do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná) ficarão com quase 60% do valor do seguro. Como contraponto, o governo oferece os R\$ 40 bilhões de transferência direta de recurso, dos quais pelo menos 80% seriam distribuídos conforme a população.

“A gente precisa garantir recursos para saúde de Estados e municípios, não compensar por perdas econômicas”, afirmou o secretário executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys.

Maia avalia que as regras de divisão dos recursos que o governo está propondo vão criar um conflito entre os Estados porque a divisão per capita beneficiará apenas quatro governadores e prejudicará os demais. “O que o governo quer fazer, do meu ponto de vista, é criar um conflito político federativo que deveria ser deixado para outro momento. As eleições nacionais acontecerão em 2022, é lá que deveremos fazer a disputa política”, disse Maia à imprensa.

Além do “cheque em branco”, o governo federal aponta um problema de redação no texto aprovado pela Câmara. “O texto visa a impedir que união execute as garantias”, disse Colnago. “Mas, na prática, União poderá executar as contragarantias e o BB, as garantias.”

Em tom mais conciliador, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse esperar um acordo. “Temos que ter maturidade para todos sentarem à mesa e terem uma discussão transparente, falar as alternativas.” **(Colaborou Edna Simão)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

VITAL 4K

Governo propõe a Estados R\$ 77,4 bi, entre recursos e adiamento de dívida

Junto com outras medidas já anunciadas, socorro da União a Estados e municípios somaria R\$ 127,3 bilhões e seria alternativa a projeto aprovado na Câmara

Por Lu Aiko Otta, Fabio Murakawa, Matheus Schuch e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

14/04/2020 14h10 · Atualizado há 15 horas

O governo apresentou hoje um plano alternativo de apoio aos Estados e municípios de R\$ 77,4 bilhões, dos quais R\$ 40 bilhões serão recursos novos injetados diretamente no caixa e os R\$ 37,4 bilhões restantes, suspensão temporária do pagamento de dívidas com o Tesouro Nacional e com os bancos oficiais.

Somados às medidas já anunciadas pelo governo federal, o apoio aos entes subnacionais chega com isso a R\$ 127,3 bilhões.

É uma tentativa de reverter a derrota sofrida na Câmara na noite desta segunda-feira, com a aprovação do substitutivo do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) ao chamado Plano Mansueto. O texto propõe o que o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, chamou de "cheque em branco" do Tesouro Nacional. Isso porque o texto cria um "seguro receita" para Estados e municípios, que obrigaria o governo federal a complementar suas arrecadações, de forma a manter os mesmos níveis de 2019.

O assessor para Relações Institucionais do Ministério da Economia, Esteves Colnago, disse que o governo federal não se recusa a ajudar Estados e municípios, mas essa ajuda deve ter um valor fixo. Dessa forma, permite o planejamento da ajuda a outros segmentos da economia, como as microempresas.

A proposta alternativa já havia sido apresentada na manhã de ontem aos deputados, que a rejeitaram por considerá-la "tímida". O governo aposta suas fichas no Senado, onde o texto aprovado pela Câmara pode ser alterado. "É um caminho natural", disse Colnago.

Mas é uma aposta de risco, segundo se avalia no Congresso. Não é certo que os senadores apoiarão a proposta do governo. Se sair do Legislativo um texto em desacordo com o que deseja o Executivo, existe a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro vetá-lo. No entanto, o veto é posteriormente apreciado por deputados e senadores e pode ser derrubado.

Na visão do Ministério da Economia, o "seguro receita" cria um incentivo perverso a Estados e municípios, que poderiam "descuidar" da arrecadação, uma vez que a reposição das receitas pelo governo federal estaria garantida.

Além disso, o mecanismo concentraria o dinheiro nos Estados e nas cidades mais ricas, que são os que têm maior arrecadação. Os cinco maiores Estados do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná) ficarão com quase 60% do valor do seguro. Entre os municípios, a capital paulista receberia 51,42% do benefício.

Como contraponto, o governo oferece os R\$ 40 bilhões de transferência direta de recurso, dos quais pelo menos 80% seriam distribuídos conforme a população. O critério ainda está em discussão com o Ministério da Saúde. Mas a ideia é distribuir o dinheiro da forma mais efetiva possível para atender à população diante da crise da covid-19.

Além do "cheque em branco", o governo federal aponta outro problema no texto aprovado pela Câmara. Da forma como está redigido, o dispositivo que trata da

execução de garantias dadas por Estados e municípios nas operações de crédito com o Banco do Brasil gera o efeito oposto ao supostamente pretendido. A ideia seria proibir o governo de executar as garantias em caso de inadimplência ocorrida este ano. Mas a redação gera efeito contrário.



Waldery Rodrigues, secretário especial da Fazenda — Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola****LINK PATROCINADO**

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia.
CURAPROST

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Pescoço de tartaruga? Faça isso 2x ao dia e veja esticar!
NOVA SÉRUM

LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro intensifica campanha pela hidroxicloroquina e 'cutuca' governo de SP

VALOR INVESTE

Bolsonaro terá primeiro encontro com Mandetta após reunião tensa

VALOR INVESTE

Mandetta defende discurso unificado do governo sobre o coronavírus

Mais do Valor **Econômico**

Goldman Sachs fecha trimestre com lucro 46% mais enxuto

Lucro foi de US\$ 1,21 bilhão no período e receita foi de US\$ 8,74 bilhões



15/04/2020 09:17 — Em Finanças

O que você precisa saber e acompanhar nesta quarta-feira

Aqui estão as notícias para você começar o dia



15/04/2020 09:16 — Em Finanças

China critica EUA por decisão de suspender repasses à OMS

Para Pequim, a medida comprometerá a capacidade da entidade de coordenar a luta global contra a pandemia



15/04/2020 09:08 — Em Mundo

Espanha tem alta no número de casos de covid-19, mas mortes seguem em queda

Por considerar que já atingiu o pico de contágio, país vem retomando parcialmente a atividade econômica



15/04/2020 09:03 — Em Mundo

IGP-10 acelera alta para 1,13% em abril

Com o resultado, o índice acumula alta de 2,88% no ano e de 6,73% em 12 meses, aponta FGV



15/04/2020 08:59 — Em Brasil

ANP registra 74 casos de covid-19 em instalações petrolíferas em alto-mar

Agência contabiliza 126 casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus em empresas que atuam em exploração e produção de petróleo de gás natural no Brasil



15/04/2020 08:39 — Em Brasil

[VEJA MAIS](#)

Nó fiscal dificulta saída do Brasil da crise, diz Wichmann

Para ex-Verde, agentes ficam preocupados com o excesso de endividamento do governo

Por **Adriana Cotias** — De São Paulo

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Países emergentes, com menor espaço fiscal e poupança doméstica como o Brasil vão ter mais dificuldade para sair da crise após políticas anticíclicas usadas para mitigar os efeitos da pandemia de covid-19, segundo o ex-Verde Arthur Wichmann, sócio do multi family-office Citrino Gestão de Recursos.

“Se a política fiscal é forte demais, os agentes ficam preocupados com o excesso de endividamento do governo, a dívida/PIB alta pode não convergir no médio prazo e demandar mais prêmios em títulos públicos”, disse ao participar de conferência online da XP. Do lado da política monetária, o BC brasileiro vive o dilema de cortar demais os juros sob o risco de colocar as taxas futuras para cima e acentuar a desvalorização do real.

Ele ponderou que políticas de isolamento social e de paralisação têm que ser muito bem pensadas porque se depois de 20 dias um autônomo ou profissional liberal não conseguem colocar comida em casa isso pode virar uma insurgência social. Wichmann citou pesquisa de regional do Fed que remete à década de 1990 que a cada aumento de 1% de desemprego em 12 meses morrem 40 mil pessoas.

“Você não está escolhendo entre o bom e o ótimo, mas entre o ruim e o péssimo. Tem a morte da pandemia e a morte do desalento de quem teve infarto

contra a asma. Há um cálculo social a ser feito, por isso a importância da política integrada.”

Com os mesmos remédios fiscais e monetários da crise e 2008, com a diferença de que agora a ação veio mais cedo e em dose cavalgar, o gestor disse que a pergunta de “cem trilhões de dólares” é se a injeção de liquidez vai acarretar inflação, o que não se viu nos anos pós-quebra do Lehman Brothers. Como há um choque de demanda sem precedentes, no primeiro momento, ele não vê pressão inflacionária, mas não dá para saber até quando. “Alguém vai rejeitar o dólar porque o balanço do Fed subiu US\$ 4 trilhões, e vai para onde? A questão da moeda é qual a camisa menos suja.”

Já as moedas emergentes são imediatamente afetadas. “Se a inflação é muito baixa, você pode escolher financiar o governo americano e não o brasileiro.”

Em termos de alocação, Wichmann disse que algo útil que aprendeu na crise de 2008 é fazer uma espécie de filtro negativo e tirar do mapa empresas alavancadas. Uma armadilha que o investidor deve evitar é se apegar a múltiplos baixos porque algumas companhias vão deixar de existir.

Ele acha que o mundo das novatas de tecnologia que conseguiam atrair recursos e valiam US\$ 1 bilhão acabou. “O capital ficou mais escasso por definição. Não vai ter dinheiro para as ‘ventures’ mais arriscadas.” Wichmann concluiu que não apostaria estruturalmente contra a tecnologia e o capitalismo. “A crise está sendo dura, vai ser dolorosa, mas vai passar.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Famosos falidos trabalhando em empregos comuns
FREE HUB

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!
DENTENOL



A pandemia e os crimes fiscais

Não obstante o entendimento final do STF sobre o assunto, as circunstâncias determinarão a sua rejeitura

Por **Jair Jaloreto**

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

No fim de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o não recolhimento do ICMS incidente em operações próprias, ainda que tenham sido devidamente declaradas ao Fisco - e independente de fraude - é crime.

De acordo com a decisão do Supremo, mesmo que se declare adequadamente o ICMS, o inadimplente pode ser condenado a uma pena que varia de seis meses a dois anos de detenção mais multa. Assim, foi chancelada definitivamente a instrumentalização da Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário como órgãos arrecadadores de tributos.

Não obstante o entendimento final do STF sobre o assunto, as circunstâncias determinarão a sua rejeitura

Nada seria pior ao contribuinte honesto - aquele que declara - e não sonega impostos que, maltratado por anos de recessão econômica, carga tributária massacrante, concorrência desleal e inadimplência, teve que escolher entre pagar seus funcionários, aluguel da sua fábrica, fornecedores ou o Fisco.

A comunidade jurídica recebeu a notícia do fatídico julgamento como uma bomba. Ora, a Corte Suprema acabara de colocar no mesmo patamar o inadimplente e o criminoso! Igualmente ficou indignada a classe empresarial. Porém, nada estava

esse tipo de pecado. Os erros do passado seriam perdoados mediante parcelamentos factíveis, e a pujança econômica vindoura anularia os efeitos negativos e profundamente injustos do novo entendimento, pois uma economia ativa e próspera possibilitaria ao empresário pagar suas contas - incluindo os impostos.

Pois bem. Primeiro trimestre de 2020. Nossa economia estava finalmente começando a dar sinais de recuperação, após anos de estagnação e retrocesso: segundo ano do novo governo federal, otimismo nas relações internacionais, reforma previdenciária entregue, reforma tributária a caminho. Bolsa ultrapassando a marca de cem mil pontos, projetos saindo do papel. Quase céu de brigadeiro.

Então, Coronavírus. O mundo e o Brasil já sentem os fortes impactos econômicos da pandemia, que infelizmente vieram para ficar por algum tempo. As relações jurídicas entre as pessoas, entre parceiros comerciais, consumidor e empresa, entre patrão e empregado e principalmente entre o Estado e o jurisdicionado vão ser largamente impactadas.

O entendimento do Poder Judiciário em relação a velhas questões agora necessariamente será redesenhado, a partir de outra ótica. As demandas levadas aos tribunais certamente serão vistas a partir da premissa da teoria da imprevisão. Quer dizer que, diante da existência de algo novo, imprevisível (caso fortuito, força maior), os pactos antes firmados devem ser avaliados a partir de nova perspectiva.

Em nosso entender, a criminalização da inadimplência do ICMS declarado não terá tratamento diferente pelo Poder Judiciário, que deverá rever seus conceitos, a partir de uma análise 360 graus. Teremos pela frente no mínimo duas situações distintas, mas muito parecidas entre si. A primeira é o caso do empresário que, investigado por sonegação fiscal, optou por parcelar débito de ICMS declarado, não pago no vencimento por falta de caixa, para mitigar o risco de uma condenação criminal. Sem recursos para honrar os pagamentos do parcelamento, estará, novamente, com a espada da persecução penal no pescoço e, nestas condições, dificilmente conseguirá pagar ou parcelar o seu débito, indo para o banco dos réus.

A outra situação é a do empresário que, a partir da crise provocada pela

um bom empresário, honesto. Não é criminoso, não é fraudador. Priorizará outros pagamentos como meio de sobrevivência de sua empresa, tais como salários, fornecedores, aluguéis etc. e, em pouco tempo, terá igual sorte ao personagem do primeiro exemplo. Irá ao banco dos réus, em tratamento idêntico ao dado aos fraudadores e criminosos, por força daquela decisão do Supremo.

Mas as regras deste jogo vão ter que mudar. Em Direito Penal vale o instituto da inexigibilidade de conduta diversa, como causa supralegal (não é previsto em lei) excludente de culpabilidade do agente do crime. A jurisprudência maciça de nossos tribunais entende que, diante da absoluta falta de recursos financeiros, devidamente comprovada, não restando aos administradores da empresa inadimplente qualquer opção a não ser deixar de pagar impostos para garantir o emprego e a subsistência de seus funcionários e a manutenção da existência da sua empresa, a sua conduta, mesmo prevista em lei como crime, seria impunível. Não obstante o entendimento final do STF a respeito do assunto, as circunstâncias determinarão a sua releitura.

Assim, há esperança. O Poder Judiciário é composto de mulheres e homens sensíveis aos fatos sociais, sujeitos às mesmas agruras dos jurisdicionados, aos mesmos “atos de Deus”, capazes de aplicar a lei, e sobretudo a sabedoria, aos fatos concretos. A pandemia que hoje nos separa fisicamente nos unirá na solidariedade, no senso de união e na necessidade da construção de uma sociedade mais justa.

Jair Jaloreto é advogado, sócio de Jaloreto e Associados, presidente da LexNet Law Firms Alliance, diretor do Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial (IBDEE) e especialista em Direito Penal das Empresas e Integridade Corporativa.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Associação defende manutenção de pagamento de precatórios

A justificativa é que Estados e municípios precisam dos recursos para atender a população doente e desempregada

Por Ana Paula Ragazzi — De São Paulo

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores do Poder Público (Madeca), Vitor Augusto Boari, questiona iniciativas recentes para suspender o pagamento de precatórios, por conta da pandemia da covid-19.

“Nesse momento em que a melhor medida é injetar recursos na economia, querem interromper os pagamentos para credores que são, em sua maioria, pensionistas e servidores, e estão na faixa etária mais idosa, que se busca proteger do coronavírus”, afirma Boari.

Está agendada para hoje no Senado a análise de um decreto legislativo, de autoria do senador Otto Alencar (PSD -BA), que quer sustar o pagamento de precatórios durante o estado de emergência de saúde pública por conta da pandemia. A justificativa é que Estados e municípios precisam dos recursos para atender a população doente e desempregada.

Ainda que seja aprovado, Boari diz que o decreto seria derrubado. Isso porque o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou o texto constitucional que trata da questão de precatórios judiciais. E um decreto legislativo não pode ser usado, segundo ele, para sustar efeitos de uma resolução do CNJ. No entanto, existem outras iniciativas dentro do governo, orquestradas por Estados e municípios, para

pagamentos. O pleito se estendeu após a Prefeitura do Rio de Janeiro obter liminar para interromper os pagamentos, em março.

Além disso, o DEM entrou com ação no Supremo Tribunal Federal pedindo ou a suspensão do pagamento ou que a União abrisse uma linha de crédito para que Estados e municípios quitassem os débitos, e os refinanciassem com a União, a prazos maiores e taxas menores do que a dívida atual. Boari avalia que a linha poderia ser uma opção. Mas ele ressalta que, apesar das solicitações, nunca ficou demonstrado que os recursos precisavam ser segurados por Estados e municípios porque faltava dinheiro para comprar algum item relacionado à covid-19. “Se isso for comprovado, não vamos exigir o pagamento. Mas não é esse o caso”, afirma.

O valor de precatórios no Brasil é de cerca de R\$ 108 bilhões - prefeitura e governo de São Paulo respondem por cerca de metade desse total. Segundo Boari, estão sendo pagos atualmente precatórios de 2003, que ganharam ações em 2002, quase 20 anos atrás. Daí a estimativa de que são pessoas mais velhas que precisam receber os recursos. A Madeca reúne 50 escritórios que defendem 500 mil credores de precatórios.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Vendas no varejo nos EUA caem 8,7% em março com impacto do coronavírus

Alguns economistas previam um recuo da ordem de 8% no período



Opep faz acordo fraco diante de recessão forte

O mais provável é que as cotações só reajam para valer quando a peste do coronavírus estiver sob controle, mesmo que precário, e as principais economias comecem a se mover novamente

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O acordo a que chegaram os membros do cartel de países produtores de petróleo, a Opep, mais a Rússia, apoiado depois pelos ministros de Energia do G-20, corrige um erro, tenta construir um piso para os preços, mas não deve ir muito além disso. Mesmo sendo o maior acerto para restrição da oferta feito até hoje, com a meta de retirar de circulação 9,7 milhões de barris por dia em maio e junho, o consumo reduziu-se bem mais, em 35% de um total de cerca de 100 milhões barris por dia. Só o declínio do mercado equivale a mais do que a produção total da Opep, de 27,5 milhões de barris diários em março, quando os efeitos da covid-19 não se faziam sentir com força.

Os preços do petróleo caíram abaixo dos US\$ 20 o barril, após uma guerra de preços insana executada pela Arábia Saudita contra a Rússia em plena derrocada da demanda mundial, em nova atitude infantil do impulsivo príncipe saudita Mohammed bin Salman. Nenhum dos produtores saiu ganhando com isso, nem sequer os consumidores, hoje às voltas com o confinamento nas maiores cidades dos Estados Unidos, Europa e América Latina. As cotações voltaram para a casa dos US\$ 30 o barril, metade das do início do ano. A uma média de US\$ 34 o barril durante o ano, a Arábia Saudita verá suas receitas petrolíferas se reduzirem em 50% em relação a 2019, uma perda de US\$ 105 bilhões (Financial Times). A essa cotação, os sauditas também não obtêm o preço de equilíbrio fiscal do petróleo, de mais de US\$ 50 o barril, insuficiente para evitar aumento do déficit em suas contas, entre as

O acordo, porém, trouxe para uma reunião multilateral quem não gosta delas, o presidente Donald Trump, em plena campanha eleitoral. Trump pousou de patrocinador do entendimento, após ter pressionado seus aliados sauditas e seu rival-amigo, Vladimir Putin, da mesma forma que encorajou o G-20 a apoiá-lo. Os EUA se tornaram os maiores produtores do mundo, com 13,5 milhões de barris por dia em 2019 e a derrocada das cotações tornou inviável a produção do shale, mais cara e apoiada por empréstimos muitas vezes alavancados. Boa parte dessa indústria está em apuros, e em risco os milhares de empregos que gera. Trump agiu para evitar prejuízos maiores à indústria.

As cotações, que inicialmente reagiram com altas moderadas à proximidade do acordo, perderam fôlego. O auge das restrições, de 9,7 milhões de barris, ocorrerá só a partir de maio, enquanto que o escoamento de petróleo até lá encontrará gargalos sérios na capacidade de armazenagem, que se aproxima do limite. Países como Índia e Japão se comprometeram a aumentar reservas estratégicas, o que dá algum alívio nos preços, mas não muito. Os EUA, impedidos de combinar quantidades ou preços por uma severa lei contra cartéis, disse que sua produção irá dançar segundo a música do mercado, que é fúnebre. Ou seja, não ofertará algo como 2 milhões de barris por dia este ano, segundo o Departamento de Energia.

Pelo plano traçado, de junho em diante a restrição de oferta se reduzirá a 7,7 milhões de barris diários até o fim do ano, e de 2021 até abril de 2022, a 5,8 milhões de barris. É possível que ele não saia do papel ou seja desprezado pela realidade. Um dos motivos é a falta de lealdade ao compromissos por parte da Rússia, que diz uma coisa em público e faz outra em privado, ou seja, desconfia-se que cortará menos que 2 milhões de barris por dia que prometeu.

Ainda que tudo siga de acordo com esse cronograma, resta o coronavírus. Não se sabe quando os grandes centros consumidores sairão do quase estado de sítio a que se submeteram livremente. A China garantiu sozinha 80% do aumento do consumo no ano passado e neste ano seu papel possivelmente será mais modesto. A retomada econômica começou, mas de maneira lenta e ao que tudo indica com potência contida pelo efeito da redução enorme da demanda externa e pelo risco não desprezível de surgimento de novos focos da infecção no país à medida que as restrições vão sendo relaxadas.

Que um acordo para reduzir a produção que corresponde, por exemplo, a eliminar toda a produção da Arábia Saudita por dois meses, não tenha produzido efeitos imediatos e significativos nas cotações demonstra a profundidade do mergulho da economia mundial. O mais provável é que as cotações só reajam para valer quando a peste do coronavírus estiver sob controle, mesmo que precário, e as principais economias comecem a se mover novamente.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Famosos falidos trabalhando em empregos comuns
FREE HUB

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Salvador
SUPER CÂMERA WIFI

LINK PATROCINADO

Lee Majors tem 79 anos e está irreconhecível
FINANCEBLVD

LINK PATROCINADO

11 Piores alimentos para artrite
HEALTH & HUMAN RESEARCH

LINK PATROCINADO

Custo de transplante de cabelo em Salvador pode surpreender você
TRANSPLANTE CAPILAR | LINKS PATROCINADOS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ceará adotará protocolo médico com uso de cloroquina para conter covid-19



Com novo ajuste, Petrobras já baixou preço da gasolina em 40% desde março

Estatual reduz valores cobrados nas refinarias em até 8% a partir desta quarta

Por André Ramalho — Do Rio

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Petrobras cortou em 6% o preço do litro do diesel e em 8% o da gasolina, nas refinarias. O ajuste, válido a partir de hoje, deve reforçar a tendência de queda dos preços dos combustíveis no mercado brasileiro, diante da desvalorização do petróleo nos últimos meses. Desde o início de março, quando o choque de preços da commodity se acentuou no mercado internacional, os preços dos dois derivados já caíram cerca de 8,5%, nas bombas.

O levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que os preços do litro do diesel e da gasolina, nas bombas, estão cedendo, ainda que a queda dos preços da Petrobras, nas refinarias, não esteja sendo repassada na íntegra aos consumidores finais.

O preço do litro do diesel S10 acumula uma queda de 8,6% desde o início de março, nas bombas, enquanto a petroleira estatal reduziu os seus preços nas refinarias em 21,1% desde então. Já a gasolina acumula uma baixa de 8,5% para o consumidor final. Para efeitos de comparação, a Petrobras reduziu o litro do combustível vendido para as distribuidoras em 40,8%.

Essa foi a 11ª mudança no preço da gasolina da Petrobras neste ano. O combustível acumula uma queda de 48,1% em 2020, nas refinarias. No caso do diesel, é o nono corte de preços da estatal no ano, com uma retração acumulada de 25,2%.

Os novos ajustes da petroleira ocorrem em meio ao cenário de baixa dos preços do petróleo. Mesmo após o acordo da semana passada entre as principais potências petrolíferas para cortar a produção mundial, a commodity segue num patamar baixo, cotada ontem a US\$ 29,6 o barril.

Diante da desvalorização do petróleo no mercado internacional, o preço da gasolina caiu, na bomba, 3,4% na semana passada (entre os dias 5 e 11 de abril), ante a semana anterior. O diesel S10, por sua vez, recuou 2,6%, de acordo com o levantamento da ANP.

Foi a 11ª queda consecutiva nos preços dos dois combustíveis, nas bombas. O litro da gasolina foi vendido na semana passada, em média, a R\$ 4,149, o patamar mais baixo, em valores nominais, desde a última semana de dezembro de 2017. Em 2020, o preço do combustível acumula uma baixa de R\$ 0,41 na bomba. Desde o início de março, quando o choque de preços do petróleo eclodiu, a queda acumulada é de R\$ 0,38 o litro.

O diesel foi vendido, na semana passada, em média, a R\$ 3,439 o litro, valor mais baixo desde a semana entre 19 a 25 de novembro de 2017, sem correção inflacionária. A queda do diesel, em 2020, é de R\$ 0,41 o litro. Desde março, esse recuo soma R\$ 0,31.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Famosos falidos trabalhando em empregos comuns
FREE HUB

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Salvador
SUPER CÂMERA WIFI

LINK PATROCINADO



ANP reduz em mais R\$ 3,7 bi previsão de arrecadação com royalties de petróleo

Na comparação com estimativa de antes da crise do petróleo, queda foi de 33%

Por André Ramalho — Do Rio

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com o agravamento do choque de preços do petróleo nas últimas semanas, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) voltou a cortar, dessa vez em R\$ 3,7 bilhões, as projeções de arrecadação de royalties e participações especiais no Brasil em 2020. A nova previsão do órgão regulador para as receitas petrolíferas de Estados, municípios e União para o ano agora é de R\$ 40,2 bilhões.

O montante representa uma queda de 8,4% em relação à previsão anterior, de março, que era de R\$ 43,9 bilhões, após a desvalorização abrupta da commodity. O valor representa uma queda de 33% em relação aos R\$ 60 bilhões estimados antes da crise do petróleo. Se confirmadas as projeções mais atuais, a queda da arrecadação de royalties e participações especiais sobre a produção de óleo e gás, em 2020, será de 28%, em valores nominais, na comparação com as receitas petrolíferas do ano passado.

A queda de expectativas é resultado do cenário de preços mais baixos para o petróleo no mercado internacional. Desde a revisão anterior, há cerca de três semanas, a cotação do barril do tipo Brent chegou a tocar os US\$ 25 no início deste mês. Mesmo após o acordo da semana passada entre as principais potências petrolíferas para cortar a produção mundial, a commodity segue num patamar baixo, cotada ontem a US\$ 20,6 o barril.

Os cálculos mais recentes da agência levam em consideração o petróleo a US\$ 33 o barril, ante a referência anterior de US\$ 43 e a previsão original de US\$ 60. Já o dólar foi revisado de uma média de R\$ 4,44 para R\$ 4,71.

A previsão é que o Estado do Rio de Janeiro, maior arrecadador do país, fique com R\$ 10,96 bilhões em royalties e PE em 2020 - uma queda de 9% em relação à estimativa anterior. O município com maiores receitas petrolíferas continuará sendo Maricá, na região metropolitana do Rio, com uma arrecadação prevista de R\$ 1,4 bilhão.

A ANP reduziu as projeções de arrecadação também para os próximos anos. A previsão, agora, é que, entre 2020 e 2023, municípios, Estados e a União, recolham, ao todo, R\$ 169,1 bilhões - um montante 12,8% menor que a projeção anterior e 27% abaixo da previsão original.

O órgão regulador considera, atualmente, o preço do Brent a US\$ 33 para 2020 e a US\$ 45 para os próximos anos, na média. Na projeção inicial, o petróleo era estimado em US\$ 60, mas no mês passado a agência já havia cortado a previsão do barril para US\$ 55. A ANP também elevou as referências de câmbio, na sua conta. O dólar mais alto, porém, não será suficiente para compensar os efeitos da queda de preço da commodity.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!

DENTENOL

LINK PATROCINADO

Famosos falidos trabalhando em empregos comuns

FREE HUB

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Salvador

SUPER CÂMERA WIFI

LINK PATROCINADO



Dívida bruta pode atingir 100% do PIB em 2030

Dívida do governo deve disparar com medidas necessárias para mitigar a crise provocada pelo coronavírus

Por Ana Conceição, Edna Simão e Mariana Ribeiro — De São Paulo e de Brasília

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Os gastos do governo com as medidas de combate à crise causada pelo coronavírus e a piora do quadro macroeconômico vão elevar a dívida bruta brasileira ao equivalente a 84,9% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, segundo estimativa da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de acompanhamento das contas públicas ligado ao Senado. A projeção anterior, de novembro passado, apontava para 79,3%. Em 2019, após anos em alta, a relação dívida/PIB cedeu a 75,8%. O cenário base da instituição prevê que a dívida vai crescer continuamente até atingir a marca histórica de 100,2% do PIB em 2030.

Ontem, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que a dívida bruta pode ultrapassar a marca de 85% do PIB neste ano e disse que o déficit primário está caminhando para R\$ 600 bilhões, algo entre 7% e 8% do PIB. Há uma semana, ele tinha estimado R\$ 500 bilhões.

Mansueto considerou exageradas as projeções que apontam a dívida em 100% do PIB. O essencial, disse, é o governo mostrar que conseguirá recolocar esse indicador em trajetória de queda. “Acho que, no pós-crise, se fizermos as reformas necessárias, rapidamente melhora a dinâmica da dívida”, afirmou.

O secretário apontou a dificuldade para fazer estimativas num momento em que o governo faz cálculos para, por exemplo, definir a meta de resultado primário para

as despesas estarão dentro do teto de gastos. Para cumprir o prazo legal, o governo vai encaminhar hoje ao Congresso Nacional a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano. “O número que vamos enviar é uma primeira tentativa. Só teremos um cenário mais claro quando sairmos desse período de ‘lockdown’ e ver como a economia vai reagir”, disse.

Ainda em relação a 2020, a IFI prevê que o déficit primário do governo central deve chegar a R\$ 514,6 bilhões, ou 7% do PIB, um pouco menos que a estimativa de Mansueto. As medidas tomadas para mitigar a crise explicam R\$ 282,2 bilhões do aumento de R\$ 390,5 bilhões esperado. Desses R\$ 282,2 bilhões, R\$ 69,7 bilhões referem-se à redução de receitas (diferimento e redução de impostos) e R\$ R\$ 212,5 bilhões representam aumento de gastos, como a transferência de R\$ 600 a trabalhadores informais, compensação de redução de salários, transferências a Estados e municípios, créditos extraordinários para a Saúde, entre outros.. O déficit primário também vai se alargar com a contração da economia, que vai reduzir a arrecadação. A instituição espera queda de 2,2% no PIB de 2020.

No conjunto de fatores que não afetam a projeção do resultado primário, mas têm impacto na dívida bruta, a IFI relaciona três principais: o programa de crédito a micro e pequenas empresas, com lastro no Tesouro Nacional, no valor de R\$ 34 bilhões, ou 0,5% do PIB; a interrupção dos fluxos de pagamentos de juros sobre as dívidas dos Estados, no valor inicial de R\$ 19,8 bilhões, ou 0,3% do PIB e a venda de reservas internacionais, no total de US\$ 49,8 bilhões, entre janeiro e dezembro de 2020, 3% do PIB.

Se antes a IFI esperava uma estabilização da dívida em 2024, agora isso deve acontecer após 2030, se houver uma melhora do resultado primário do governo por pelo menos mais três anos a partir daquele momento.

Na trajetória estimada em novembro passado pela instituição, a dívida bruta crescia até um pico de 80,7% do PIB em 2024, para então estabilizar-se e iniciar lenta trajetória de queda. Em 2030, chegaria a 75,5%. Agora, não há redução nesse horizonte de dez anos, embora a alta da dívida perca força ao longo do tempo, de 2,4 pontos do PIB entre 2020 e 2021, para 0,7 ponto entre 2029 e 2030.



Assim, uma eventual melhora nesse cenário base dependeria de um maior esforço fiscal e da esperada agenda de reformas. “Mesmo que se possa vislumbrar um horizonte de estabilização para o pós-2030, o quadro de alta ininterrupta da dívida bruta exigirá atenção redobrada”, diz a instituição em relatório.

A IFI ainda estima que o déficit nominal - resultado primário negativo mais o pagamento de juros - deve atingir 11,7% do PIB em 2020, de 5,91% em 2019, e diminuiria a 6,4% do PIB até 2030. Os riscos de curto prazo para esse cenário são de alta no déficit, diz a instituição. Isso porque ainda que o cenário-base contemple medidas adicionais de combate à crise no montante de R\$ 60 bilhões em gastos primários, incluindo possíveis transferências para Estados e municípios, outras ações podem ser necessárias para debelar a covid-19. O risco para o PIB também é de baixa.

A IFI também calculou um cenário otimista, em que a dívida bruta estabiliza-se em 82,7% do PIB em 2023 e encerraria em 71,7% em 2030. Aqui, o déficit nominal passaria de 10,3% do PIB, em 2020, para 2,1% até 2030.

Em um cenário pessimista, a dívida bruta atingiria um patamar de 138,5% do PIB, de 88,5% em 2020, numa trajetória considerada insustentável pela IFI. O déficit nominal saltaria a 12,6% do PIB em dez anos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

Problemas com as dores no corpo? Veja o que pesquisadores descobriram.
FLEXCAPS

LINK PATROCINADO



Em cenário de incerteza, meta fiscal de 2021 pode ter componente variável

Tamanho do tombo da economia de 2020 e velocidade de recuperação são algumas das dificuldades para o cálculo

Por **Fabio Graner** — De Brasília

15/04/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

A equipe econômica finaliza os termos da próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em meio a uma enorme dificuldade de traçar um cenário para a economia e as contas públicas para os próximos meses e para 2021. Essa dificuldade de se estabelecer um cenário fiscal levou o governo a pensar numa referência de meta fiscal que se adapte à instabilidade macroeconômica, ou seja, ela pode ter um componente variável.

Esse caminho seria uma inovação. Embora ainda possa mudar e voltar ao formato tradicional, a tendência caminhava para essa direção de ter algum fator de ajuste. Alguns integrantes do governo ainda defendem o modelo tradicional, com uma meta fixa de déficit alto o suficiente para acomodar os riscos fiscais à frente.

O grande problema para fechar a peça que referencia a elaboração do Orçamento do próximo ano é que ninguém sabe ao certo o tamanho do tombo que a economia terá em 2020 e, tampouco, a velocidade de recuperação após o fundo do poço.

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) é peça-chave para as contas públicas. Em uma conta simplificada, cada um ponto percentual a menos nessa variável neste ano implica uma perda, grosso modo, da ordem de R\$ 10 bilhões para 2021.



Hoje, o cenário básico oficial é de PIB zero, embora ninguém mais acredite nisso - nem o governo. Os cenários mais pessimistas já apontam queda maior que 5%. Ou seja, em um cenário desses, de largada, o próximo ano já pode começar devendo mais de R\$ 50 bilhões em arrecadação.

No cenário da LDO, não deverá haver mudança nessa estimativa de PIB zero, segundo uma fonte. A explicação é que, qualquer número agora é chute, dado o tamanho da incerteza. "Alguém sabe quando vai acabar a quarentena em São Paulo ou no Rio?", questionou a fonte, apontando que esses Estados têm enorme peso no PIB. "Vamos esperar ter mais dados e atualizar o cenário no relatório bimestral de maio."

A atual LDO, que referenciou o Orçamento de 2020, indicava para o ano que vem uma meta de déficit de R\$ 68,5 bilhões. Em entrevista ao **Valor** na semana passada, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, admitiu que esse objetivo seria modificado para pior, mas não entrou em detalhes sobre números ou sobre como seria o desenho da LDO.

Ele apenas reconheceu que o grande problema seria a previsão de receitas, em um cenário econômico tão incerto, dado que pelo lado das despesas, o teto de gastos já direciona o tamanho das despesas. Nesse lado da equação, contudo, também há um grau de incerteza, dado que o governo tem tido que lançar mão de créditos extraordinários para ampliar seus gastos no combate ao coronavírus e seus efeitos econômicos, o que tem risco de acontecer no ano que vem também, se a crise se alongar.

Legalmente, o governo tem que enviar o projeto de lei ao Congresso até o fim do dia de hoje (15 de abril). E em tese, cabe ao Parlamento votar essa proposta até meados de julho, marcando o início do recesso de deputados e senadores. Mas com frequência a discussão dessa matéria ultrapassa o prazo legal e o Orçamento é elaborado e apresentado com base no texto originalmente proposto pelo governo.



Gasto ligado a combate da pandemia pode ser excluído do cálculo da meta de 2021

Medida visaria impedir que elevado volume de restos a pagar contamine objetivo de resultado primário

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

A equipe econômica considera prever na Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano a possibilidade de deixar fora do cálculo da meta de resultado primário de 2021 os restos a pagar - como são chamados os gastos assumidos em um ano, mas que são pagos em exercícios seguintes - que estiverem relacionados à despesa contraída pelo governo para custear medidas para minimizar o efeito da pandemia do coronavírus na economia.

Segundo técnico ouvido pelo **Valor**, a medida visa impedir que um elevado volume de restos a pagar contamine a meta de resultado primário do governo central, que será bem maior do que o déficit de R\$ 68,5 bilhões estimado inicialmente para 2021. As despesas extraordinárias adotadas para conter os efeitos do coronavírus cujo pagamento for jogado para 2021 não são contabilizadas no teto de gastos, mas pioram o déficit primário. “No cenário normal, as despesas por crédito extraordinário só estão fora do teto, mas não da meta”, explicou um técnico.

Como as despesas primárias do governo devem disparar neste ano, a tendência é que os pagamentos de muitos gastos acabem sendo transferidos para o ano seguinte. Os restos a pagar inscritos para 2020 chegaram a R\$ 180,7 bilhões. Recentemente, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse ao **Valor** que, no cenário atual de gigantesco número da despesa primária, é preciso ter

maior atenção à essa rubrica do Orçamento. Por isso, segundo ele, seria previsto na PLDO um tratamento diferenciado para os restos a pagar de 2021.

Num cenário de bastante incerteza com relação à economia, a equipe econômica precisa encaminhar ao Congresso Nacional até amanhã, prazo legal de 15 de abril, a PLDO de 2021. Segundo técnicos ouvidos pelo **Valor**, há muita dificuldade para se fazer as estimativas de parâmetros econômicos e da arrecadação para os próximos anos. Até porque o país vai fechar este ano com um déficit primário muito elevado.

Além disso, o valor do déficit deste ano, e conseqüentemente para 2021, pode ser afetado se o período de isolamento social for superior a dois meses. Se isso acontecer, a tendência é que o governo tenha que prorrogar medidas com impacto fiscal como a compensação salarial de trabalhadores por redução de jornada, a suspensão de contrato de trabalho e o pagamento de benefício emergencial para os informais.

A perspectiva, segundo Waldery, é que a projeção de crescimento econômico seja revisada dos atuais 0,02% para um número negativo, que está sendo calculado. O Relatório Focus, feito semanalmente pelo Banco Central (BC) com base em projeções de economistas mercado, prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha uma retração de 1,96% em 2020. As estimativas da equipe econômica costumam se aproximar dos números de mercado.

Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que o déficit primário deste ano caminha para os R\$ 600 bilhões, algo entre 7% e 8% do PIB, e que para 2021 qualquer estimativa feita será, necessariamente, “frágil” “O número que vamos enviar para o Congresso neste primeiro momento na LDO é uma primeira tentativa. Número pode piorar ou melhorar”, disse para ressaltar eventuais mudanças durante o ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPOWER CAPS



Lei que altera desempate no Carf deve ser levada ao STF

Norma publicada ontem é questionada por auditores fiscais

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

15/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Kleber Cabral: mudança vai contra a administração tributária, o Estado e os contribuintes de boa-fé — Foto: Divulgação

Mesmo com a pressão de auditores fiscais e da Procuradoria-Geral da República (PGR), o presidente Jair Bolsonaro sancionou norma que altera o voto de desempate no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), beneficiando os contribuintes. A Lei nº 13.988 foi publicada ontem e já gerou reações dos integrantes da Receita Federal.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco Nacional) procuram partidos políticos para questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) a mudança, aprovada por meio da Medida Provisória nº 899 (MP do Contribuinte Legal).

Com a alteração, em caso de empate em julgamento no Carf, a vitória será automaticamente do contribuinte. Até então, valia o chamado voto de qualidade, proferido pelo presidente da turma julgadora - que é auditor fiscal.

Desde 2017, R\$ 114 bilhões foram decididos por meio do voto de qualidade - R\$ 110 bilhões a favor da Fazenda, segundo levantamento obtido pelo Sindifisco em requerimento feito ao Carf.

Depois da aprovação da mudança no Senado, a Procuradoria-Geral da República pediu o veto. Em ofício, o procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que a medida poderá embasar pedidos de restituição de tributos e multas que já foram recolhidos com base em decisões por voto de qualidade, em prejuízo ao erário. Ainda segundo o ofício, a alteração poderia gerar o trancamento de ações penais iniciadas com a autuação fiscal, impedindo o início ou o desenvolvimento de investigações.

Na segunda-feira, o Sindifisco enviou ofício à Casa Civil pedindo o veto ao fim do voto de qualidade. "O primeiro caso de personagem da Lava-Jato cujo auto de infração cair no Carf em empate será um escândalo e não serão os parlamentares os cobrados, mas o presidente que deixou de vetar", afirma Kleber Cabral, presidente do Sindifisco.

Para ele, a mudança vai contra a administração tributária, o Estado e os

poderoso de empresas. “Os auditores fiscais estão muito indignados, se sentindo com nariz de palhaço”, diz Cabral. O presidente estima que a medida poderá levar a uma renúncia coletiva de julgadores no Carf.

O sindicato não tem legitimidade para apresentar ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no STF. Por isso, a procura por partidos políticos. “Fora o mérito, tem a questão da forma, a emenda apareceu do além na Câmara.”

O presidente do Unafisco, Mauro Silva, já entrou em contato com o Cidadania, Partido dos Trabalhadores (PT) e Podemos para questionar a mudança no STF. Além da ADI, a Unafisco pretende propor ações populares para as derrotas por voto de qualidade caso a PGFN não recorra à Justiça.

“Hoje a União não recorre porque só existe decisão contra ela no Carf se um representante seu for convencido disso. Por isso, ela não tem legitimidade para ir ao Judiciário”, afirma. Silva considera que com o desempate favorável às empresas caberia o recurso judicial.

A ex-conselheira Cristiane Costa, sócia no escritório Thomazinho, Monteiro, Bellanger & Jorge, acredita que a Fazenda vai tentar recorrer ao Judiciário quando for derrotada no Carf. A tributarista lembra que a Justiça já decidiu que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não poderia recorrer de decisão de um órgão técnico ligado à Fazenda, o que não foi alterado com a Lei nº 13.988. “O Carf continua dentro da administração pública com pessoas nomeadas pelo ministro”, diz.

Alguns advogados já estudam a possibilidade de aplicação retroativa da mudança, como temido pelo PGR. Mas, para Cristiane, a lei tributária se aplica só a casos futuros, a partir da sua publicação.

A Lei nº 13.988 também permite a transação tributária para estimular a regularização de débitos fiscais e a resolução de conflitos entre contribuintes e União. O procedimento prevê descontos de até 50% e parcelamento em 84 meses. No caso de pessoas físicas e micro e pequenas empresas, o texto prevê desconto de 70%.

Esperada pelos contribuintes, a conversão da MP em lei esclareceu alguns pontos e melhorou o prazo para dívidas de micro e pequenas empresas, que terão até 145 meses para pagar, segundo Valdirene Lopes Franhani, sócia do Lopes Franhani Advogados. O texto também possibilita o uso de mais garantias como cessão de direitos creditórios e créditos da União decorrentes de decisão transitada em julgado.

Procurados pelo **Valor**, PGFN e Carf não retornaram até o fechamento da edição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Em Salvador drone de R\$ 369,90 vira febre
DRONE SPARC

LINK PATROCINADO

Famosos falidos trabalhando em empregos comuns
FREE HUB

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Salvador
SUPER CÂMERA WIFI

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Saiba como consultar seu saldo do FGTS liberado este ano.
KIEMPREGO.COM

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro intensifica campanha pela hidroxiquina e 'cultural' governo  

Estados fazem planos de contingência

Governadores pressionam União por recursos e cortam gasto para mostrar zelo com austeridade fiscal

Por Malu Delgado e André Guilherme Vieira — De São Paulo

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Doria: paulista anunciou medidas de contenção, como postergação do adiantamento do 13º salário, e pediu “ato humanitário” dos senadores para aprovar projeto — Foto: Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

Na pressão pela liberação de recursos do governo federal para combater o avanço da covid-19, os governadores têm anunciado programas de contingenciamento de gastos e controle fiscal. No momento em que está sob análise do Senado o pacote de socorro emergencial a Estados e municípios - ainda que com restrições da equipe

boa parte dos governadores é demonstrar que mesmo na pandemia e com perdas brutais de arrecadação não haverá descontrole orçamentário e irresponsabilidade fiscal.

Ao fazer sua coletiva diária ontem, para anunciar medidas de combate ao coronavírus, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mais uma vez aproveitou a ocasião para se contrapor a Bolsonaro. Doria agradeceu aos 431 deputados federais que votaram a favor do plano emergencial de socorro a Estados e municípios, apelidado de “novo Plano Mansueto”. Esse pacote terá impacto fiscal de R\$ 89,6 bilhões e lideranças do governo já sinalizaram que poderá haver veto se o texto não for modificado no Senado.

“Quatrocentos e trinta e um deputados que votaram favoravelmente ao projeto de lei que apoia Estados e municípios”, disse Doria, acrescentando que os 70 deputados que votaram contra o projeto “curiosamente são parlamentares vinculados ao governo do presidente Jair Bolsonaro”. Doria disse ter “convicção” de que o Senado “cumprirá esse mesmo papel”. “Os senadores terão ato humanitário para reconhecer a gravidade desta pandemia”, afirmou.

Também cotado para a disputa presidencial de 2022, o governador do Maranhão, Flavio Dino (PCdoB), comemorou a aprovação do projeto na Câmara. Segundo ele, a medida “permitirá o funcionamento dos serviços públicos essenciais mantidos por Estados e Municípios”. “O Senado agora tem um papel de enorme importância. Trabalhando juntos, vamos vencer essa terrível crise que ameaça o Brasil”, disse, em postagem no Twitter.

Doria detalhou o pacote de redução média de 20% das despesas de custeio na administração estadual, o que vai gerar uma reserva de caixa de R\$ 2,3 bilhões nos próximos três meses. O governo paulista não fará antecipação do pagamento de décimo-terceiro neste ano e suspendeu concursos e nomeações em todas as áreas, à exceção de saúde e segurança pública. São Paulo quer ainda interromper o pagamento de dívidas bancárias e de precatórios durante a crise, mas essas medidas estão em negociação.

São Paulo, de abril a junho, terá uma queda de arrecadação de receitas da ordem de

segurança pública neste momento.”

O vice-governador, Rodrigo Garcia, reiterou a necessidade de medidas de austeridade fiscal exatamente para ter maiores condições financeiras de investir no setor da saúde. Mensalmente, mostrou, São Paulo tem R\$ 12 bilhões em despesas. Se nenhuma medida de corte fosse implementada, salientou, o Estado chegaria com déficit de R\$ 4 bilhões em junho. Garcia esclareceu que reajustes salariais e concessão de bônus foram suspensos, mas esclareceu que cortes salariais de concursados só poderão ser feitos com anuência do governo federal. Doria, por enquanto, descarta a possibilidade de corte de salários de servidores.

“O corte de custeio está ocorrendo por efeito da própria paralisação de serviços públicos. Fora isso, cortar custeio neste momento equivaleria a cortar serviços públicos essenciais”, disse Dino ao **Valor**. O maranhense determinou a revisão de todo o planejamento orçamentário por conta da pandemia. Pelos cálculos preliminares, o Maranhão vai perder R\$ 696 milhões em receita, com aumento de despesa de R\$ 181 milhões.

Já no Piauí, o governador Wellington Dias (PT) divulgou ontem uma série de medidas “para garantir o equilíbrio fiscal no período de calamidade pública”. A estimativa é de redução em 2,2% das receitas correntes líquidas, com um “caixa” de R\$ 220 milhões com o corte de despesas.

A exceção, como em São Paulo, são os profissionais de saúde, segurança pública e assistência social. Todos os servidores estaduais tiveram corte de 50% das indenizações de transporte. O adicional de férias de servidores relativo este ano só será pago em dezembro. Promoções, reajustes e indenizações estão suspensos enquanto durar a pandemia.

Ex-aliado de Bolsonaro, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), também publicou no Diário Oficial, na segunda-feira, o seu “plano de contingenciamento de gastos para o enfrentamento da pandemia”. Caiado pretende, nos próximos dias, anunciar um acordo com todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) para redução de custos em 30%. Esse era o percentual proposto inicialmente, mas ainda não há acordo. Segundo o governador, em apenas nove dias o Estado de Goiás já perdeu mais de 32% de arrecadação de ICMS.

O decreto goiano veda novos contratos da administração pública direta e autarquias, e barra contratações de terceirizados. “Somente a Secretaria de Saúde está fora da proibição”, informou a assessoria do governador. Gastos com passagens aéreas, diárias, locação de imóveis foram proibidos. Todas as pastas terão que cortar 50% em gastos de almoxarifado e 30% em custeio.

Outro exemplo de contenção de gastos foi o Ceará. Com uma projeção de queda de 30% da arrecadação, o governador Camilo Santana (PT) fez um decreto estadual, no dia 8, com um pacote de redução de gastos. A projeção é economia de R\$ 100 milhões.

Na Bahia, o governador Rui Costa (PT) deve fazer hoje reunião com os Poderes no Estado para determinar medidas de contenção. Ele pede apoio do Congresso ao projeto aprovado pela Câmara e enfrentamento ao Planalto. “O Congresso deve derrubar o veto se isso acontecer. Os deputados e senadores, sensíveis às causas do povo, à causa dos municípios e dos Estados, com certeza, nós vamos trabalhar com cada senador e cada deputado para derrubar o veto.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Famosos falidos trabalhando em empregos comuns

FREE HUB

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!

DENTENOL

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Salvador

SUPER CÂMERA WIFI

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Saiba como consultar seu saldo do FGTS liberado este ano.

KIEMPREGO.COM



Reformas voltam após quarentena, diz Sachsida

Para secretário, funcionalismo também deverá dar sua cota de sacrifício, por uma “questão moral”

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Passado o choque da pandemia da covid-19, a agenda de reformas será retomada, disse ontem o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, em live da XP Investimentos. Ele comentou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que contém mecanismos para cortar despesas, deverá ser aprofundada. Além disso, a PEC do Pacto Federativo, que dá base a um ajuste estrutural das contas de União, Estados e municípios e redistribui recursos, também ganhará prioridade.

O secretário deixou claro também que o funcionalismo terá de dar sua cota de sacrifício pelo ajuste, por uma “questão moral”. As famílias que vivem na economia informal experimentam queda de 70% a 80% de sua renda, informou. O desemprego avança. Nesse quadro, avaliou, não parece justo que algumas pessoas tenham sua renda totalmente preservada.

Sachsida comentou que em algumas carreiras do funcionalismo o salário inicial supera R\$ 15 mil e parece razoável que essas pessoas fiquem um ou dois anos sem reajuste, em um quadro de inflação baixa. É a retomada da discussão sobre três grandes grupos de despesa do Brasil: Previdência, juros e funcionalismo.

A soma de medidas adotadas pelo governo nos campos fiscal e monetário chega perto de R\$ 1 trilhão, informou. Desse total, disse ele, perto de R\$ 28 bilhões têm

impacto primário. Ele não detalhou o cálculo, que está sendo refinado pela área técnica.

No campo fiscal, disse ele, a expansão de gastos tem duas balizas: as despesas ficarão restritas ao ano de 2021 e o teto de gastos está mantido. Ambas demarcam o caráter transitório das medidas.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Petrobras hiberna cerca de 50 plataformas no litoral do Sudeste e Nordeste

Iniciativa mira campos de custos mais elevados, em estratégia frente a cenário de preços baixos do petróleo; sindicatos veem risco de demissões



TOFFOLI PROÍBE BAHIA E MARANHÃO DE CRIAR BARREIRA SANITÁRIA EM AEROPORTO

Presidente do STF acolhe argumentação da Anvisa e diz que medida é “risco inverso à saúde”

Por **Luísa Martins e Isadora Peron** — De Brasília

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, proibiu os governos da Bahia e do Maranhão de implementarem, em áreas restritas de seus aeroportos, barreiras sanitárias para aferir a temperatura corporal de passageiros, como forma de controle da covid-19.

A decisão traduz a ocorrência de mais um embate entre os Estados e o presidente Jair Bolsonaro no que diz respeito ao combate à pandemia. Em relação às medidas de isolamento social, está valendo despacho do ministro Alexandre de Moraes, que confere essa prerrogativa também aos governadores.

Toffoli defendeu a “comunhão de esforços” por todos os entes federativos para lidar com o avanço do coronavírus, mas observou que a barreira é uma medida desaconselhada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em razão do potencial para formar filas e aglomerações nos aeroportos.

“A gravidade da situação por todos enfrentada exige a tomada de providências estatais, em todos as suas esferas de atuação, sempre através de ações coordenadas e devidamente planejadas pelos entes e órgãos competentes, e fundadas em informações e dado científicos comprovados.”

O caso chegou ao Supremo porque os Estados contestaram decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que haviam impedido os governos estaduais de adotarem a barreira sanitária. O recurso, contudo, foi negado por Toffoli.

Ao acolher a argumentação da Anvisa, o ministro apontou que a medida representa “risco inverso à saúde”, já que os passageiros febris eram encaminhados aos hospitais, submetendo-se a um maior risco de contaminação. Além disso, foi considerado o risco de sobrecarga do sistema de atendimento médico.

Ao STF a Procuradoria-Geral Federal disse que não há recomendação da Organização Mundial da Saúde ou do Ministério da Saúde para adotar as barreiras sanitárias. Além disso, insistiu na defesa de uma “política nacional uniforme”.

A Anvisa afirma que elaborou “ações de conscientização dos sintomas da covid-19 e das medidas de prevenção de contágio para usuários do transporte aéreo e profissionais que atuam nos aeroportos”. A Empresa Brasileira de Infraestrutura

Aeroportuária (Infraero) também diz que foram adotadas medidas de prevenção nas áreas que estão sob a sua administração.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

O mau hálito incomoda as pessoas. Resolva esse problema hoje!

DENTENOL

LINK PATROCINADO

Problemas com as dores no corpo? Veja o que pesquisadores descobriram.

FLEXCAPS

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

O queridinho dos artistas!

SHOWDEOCULOS.COM

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Salvador

SUPER CÂMERA WIFI

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro intensifica campanha pela hidroxicloroquina e 'cutuca' governo de SP

VALOR INVESTE

Bolsonaro terá primeiro encontro com Mandetta após reunião tensa



Governadores têm pressa em receber auxílio financeiro federal

Governos estaduais cobram a liberação de aportes da União ainda nos próximos meses

Por **Rodrigo Carro e Fabio Graner** — Do Rio e Brasília

15/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em meio ao debate sobre a ajuda de R\$ 89,6 bilhões aprovada anteontem pela Câmara dos Deputados para Estados e municípios, a ideia de recompor a receita de ICMS perdida devido à pandemia se consolida entre os secretários de Fazenda. Dependentes da arrecadação do tributo, os governos estaduais cobram a liberação de aportes financeiros da União ainda nos próximos meses.

O discurso, contudo, tem modulações. O secretário de Fazenda de São Paulo e ex-ministro, Henrique Meirelles, fez ao **Valor** uma enfática defesa do projeto. Mesmo assim, ele mostra-se favorável à revogação do dispositivo no Senado que permite desoneração e diferimento de tributos associados a políticas que visem preservar empregos, por ser muito genérico e não ter sido de iniciativa dos secretários de Fazenda. “O projeto está sendo criticado como se fosse uma farra fiscal. É um erro essa classificação. Ele faz compensação parcial das perdas. Ele compensa apenas a queda nominal do ICMS, não compensa os demais impostos, IPVA, ITCMS. E também não aumenta o endividamento”, disse.

O ex-ministro, que já foi chefe do atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, é contra a fixação de um valor fixo de repasse, como propõe novamente o governo. Para ele, qualquer número seria “arbitrário”. “Não dá para ser um valor fixo. Porque não sabemos qual é o valor certo. E se a crise durar mais tempo vai custar mais”.

Meirelles disse que está entrando em contato com secretários estaduais para defender que seja retirado do projeto a questão de desoneração e diferimento de ICMS para políticas de emprego. Ele afirmou que não faz qualquer sentido a crítica de que esse suporte de receitas levaria os governadores a estender suas quarentenas. “O risco é o contrário, os governadores sendo pressionados a abrir, rever a quarentena”, disse.

No Rio Grande do Sul, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços representou 68,8% da receita corrente líquida no ano passado. “O [nosso] limite é maio”, resumiu o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurelio Cardoso. O governo gaúcho vem pagando os salários do funcionalismo com atraso há 50 meses e, apesar de uma melhora na arrecadação no primeiro bimestre, não dispõe de fôlego para enfrentar a desaceleração econômica decorrente das restrições adotadas para conter a covid-19, frisou Cardoso.

“Os Estados e municípios precisam de um reforço de liquidez para enfrentar uma crise que é da economia real”, disse. No projeto de ajuda financeira aprovado na segunda-feira, a recomposição das perdas de ICMS e ISS seria feita tomando por base a arrecadação nominal do ano passado.

“Temos de achar o tom certo desse suporte [financeiro]”, defendeu Cardoso. “A recomposição não deve ser feita de maneira a desestimular o Estado a arrecadar”.

O secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, lembra que o projeto já aprovado veta - no seu artigo segundo - o diferimento (adiamento) na quitação de impostos, assim como alterações no prazo de recolhimento e a concessão de incentivos fiscais.

A Fazenda fluminense estima uma perda de R\$ 11,7 bilhões na receita de ICMS neste ano. Só em abril e maio, a arrecadação diminuiria em R\$ 2,7 bilhões, quando comparada ao mesmo período de 2019. “O Estado, por suas próprias forças, não conseguiria administrar essa crise a partir do início de junho”, afirma Carvalho.

Secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro conta que nos primeiros dez dias de abril houve queda de 33% no valor das notas fiscais emitidas para consumidores

nenhum Estado vai fiscalizar menos a arrecadação de tributos apenas por conta de uma ajuda que vai durar alguns meses.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

Substituto do fio dental chega para acabar com mau hálito!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Salvador
SUPER CÂMERA WIFI

LINK PATROCINADO

Saiba como consultar seu saldo do FGTS liberado este ano.
KIEMPREGO.COM

LINK PATROCINADO

Saiba como consultar o CPF agora de graça e pelo celular
CONSULTA BENEFICIO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ceará adotará protocolo médico com uso de cloroquina para conter covid-19

VALOR INVESTE

Bolsonaro intensifica campanha pela hidroxicloroquina e 'cutuca' governo de SP

VALOR INVESTE



mercado **coronavírus**

Plano de retomada quer destravar R\$ 100 bi em crédito para empresas

Pós-coronavírus divide equipe de Guedes e militares, que demandam mais Estado na economia

Júlio Wiziack, Fábio Pupo e Gustavo Uribe

BRASÍLIA Após menosprezar os efeitos do coronavírus, o ministro Paulo Guedes (Economia) colocou sua equipe para estudar medidas que possam impedir o país de mergulhar em uma depressão econômica.

Para a ala militar do governo, a retomada da produção de uma ampliação do peso do Estado na economia, inclusive com investimento público, o que destrói o modelo liberal do ministro e que ajudou o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a ser eleito com o apoio do empresário.

Uma das saídas para evitar esse caminho, segundo pessoas que participam das discussões, será a ampliação do crédito para destravar ao menos R\$ 100 bilhões em empréstimos de curto prazo para micro, pequenas e médias empresas. Elas são responsáveis por empregar mais da metade dos trabalhadores com carteira assinada no país.

Também se avalia uma redução de custos de captação de recursos do FGTS, fundo com recursos do trabalhador usa-

do para lastrear financiamentos imobiliários, para um corte de, no mínimo, um ponto percentual nos juros de contratos pela compra da casa própria.

Seria uma forma de tentar restabelecer a confiança do consumidor e, assim, fazer o motor da economia voltar a girar após meses de isolamento.

Os bancos públicos — Caixa, Banco do Brasil e BNDES — serão o carro-chefe da política.

Pessoas próximas a Guedes confirmam essa intenção e afirmam que, diferentemente dos governos dos ex-presidentes Lula Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do PT), não se trata de ampliar o endividamento público para capitalizar os bancos públicos.

Para pequenas e médias empresas, a ideia é que um fundo do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) seja turbinado com recursos do Sistema, cujas contribuições acabaram de sofrer um corte de 5% via medida provisória.

A execução foi o Sebrae, que teve recursos destinados ao Famp (Fundo de Aval para Micros e Pequenas Empresas) para que sejam dadas garanti-

as em empréstimos. O crédito será direcionado a pequenos negócios (como bares, restaurantes, salões de beleza e academias), que respondem pela maior parte do emprego no país e, sem movimento, não têm como gerar receita.

Desde a edição da MP, as demais confederações se articularam e negociaram com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que, na conversão do texto em lei definitiva, as contribuições cortadas das demais entidades também sejam direcionadas ao Famp.

O acordo permitia destravar mais de R\$ 100 bilhões em novos empréstimos e, segundo integrantes da equipe econômica, passaria a valer, pelo menos, até o arrefecimento da crise.

Nos bastidores, integrantes da equipe econômica consideram que, se essas medidas não forem apressadas, o desemprego vai explodir.

Só no setor de bares e restaurantes, a perspectiva é de milhões de postos cortados. No varejo, seriam mais 600 mil. Segundo esses técnicos, a si-

tuação atual já forçaria o Estado a manter o programa de ajuda até o fim deste ano. Mas não há recursos disponíveis.

Por isso, a meta é, assim que as empresas puderem reabrir suas portas, retomar a agenda de reformas no Congresso e as privatizações. A dívida é quando a normalidade voltará.

O rearranjo do pacto federativo, que reorganiza a relação entre a União e os estados na distribuição e manejo dos recursos, ganhou prioridade. Isso porque, neste momento, a PEC do chamado Orçamento de guerra pode acabar ampliando ainda mais o endividamento dos estados.

Guedes quer garantir ao menos que os congressistas preservem cláusulas mínimas de responsabilidade, como a proibição de reajustes ao funcionalismo por dois anos.

Uma visão de um Estado mínimo pós-coronavírus, no entanto, não é consenso no governo. No Planalto, a avaliação neste momento é que só será possível fazer um diagnóstico confiável sobre os rumos da economia a partir de julho, quando se espera um arrefecimento da crise de saúde.

A equipe do presidente já admite, no entanto, que a política econômica deverá passar por alguns ajustes em 2021.

O diagnóstico é que, diante da previsão de recuperação lenta, será necessário flexibilizar o ajuste fiscal e aumentar o investimento público de forma temporária para reaquecer a atividade econômica.

A melhor saída, na avaliação de assessores presidenciais, é a utilização dos bancos públicos tanto para socorrer setores da economia em dificuldades como para evitar o endividamento de famílias.

Para eles, num cenário de crise, cabe ao BNDES elevar sua carteira de investimentos, e a Caixa, criar linhas de crédito.

A avaliação é que um aumento do investimento público em infraestrutura também será importante na tentativa de diminuir o aumento do desemprego.

Um afrouxamento do teto de gastos, no entanto, é visto como improvável no Planalto.

Apesar do cenário de crise, a mudança é considerada negociável pelo potencial de gerar uma nova crise entre Bolsonaro e Guedes, colocando

em risco novamente a permanência do ministro no cargo.

A visão dos militares também foi expressa em estudo do Ceex (Centro de Estudos Estratégicos do Exército), a alta cúpula da Inteligência do Estado-Maior do Exército.

"No contexto de fragilidade econômica ora emergente, é possível identificar a relevância do papel do Estado na mitigação dos efeitos negativos da crise, bem como a centralidade da sua atuação como indutor e protagonista do grande processo de recuperação, que, inevitavelmente, terá que ocorrer", diz o documento.

Uma das propostas discutidas é voltada a pequenas e médias construtoras. A ideia dos militares é conceder todas as obras públicas a esse grupo, por exemplo.

A equipe econômica resiste e considera que não há espaço nas contas para uma aceleração de obras públicas. Até o momento, o programa de socorro a pessoas e empresas já gera impacto fiscal de R\$ 224,6 bilhões neste ano, e o déficit de 2021 também começou a crescer.

Enquanto isso, ministros do governo também vêm falando sobre a necessidade de investimentos após o pico de contágio. O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, quer maior fluxo de recursos públicos para obras e política habitacional.

"O diagnóstico é que a gente precisa trabalhar muito para sair da crise em que se encontra e que foi colocada pelo coronavírus."



NOS EUA, MANIFESTANTES PEDEM FIM DE CONFINAMENTO
Faixa em que se lê 'Mais pessoas vão morrer da quarentena do que do vírus' durante protesto em Raleigh, na Carolina do Norte, contra o lockdown; demanda é por reabrir a economia do estado até o dia 29. Logan Cyrus/AFIP

Fundos socorrem microempreendedores negros e mulheres

Rosane Queiroz

SÃO PAULO Fundos emergenciais e editais voltados para microempreendedores negros e mulheres tentam levar socorro econômico a negócios em favelas e periferias impactadas pelo coronavírus.

"Os micro e nanoempreendedores negros e mulheres estão na base da pirâmide social. É a parte da população que já estava mal financeiramente antes da pandemia. Portanto, os mais vulneráveis neste momento", diz Rosenildo Ferreira, cofundador da aceleradora Vale do Dendê, que desde 2017 atua na periferia de Salvador.

A aceleradora é uma das integrantes da coalizão Editados, que reúne vários atores do ecossistema de empreendedorismo negro no Brasil.

Para fazer frente a esse momento, a Editados criou o Fundo Emergências Econômicas para arrecadar R\$ 1 milhão com empresas privadas, para fornecer apoio financeiro a esses nanoempreendedores. Itaú Unibanco, Assaf Atlacatista, Instituto C&A e Fun-

dação Arymax são as primeiras empresas e instituições a aderir ao fundo emergencial. "Captamos cerca de 50% e não queremos parar por aqui", afirma Ferreira.

A emergência também econômica deve afetar milhões de empreendedores em comunidades de todo o Brasil. "É um contingente que não tem acesso à rede bancária e vive do dia a dia de seu negócio."

A meta é apoiar com até R\$ 2.000 cerca de 500 empreendedores ligados ao Vale do Dendê, em Salvador; à Agência Solano Trindade, ao Afrobusiness e à Feira Preta, em São Paulo; à FAVELA, em Belo Horizonte; e ao Instituto Afrolatinas, no Distrito Federal.

É a quituteira que tem um núcleo de marmitas, o micromercado familiar cuidado por pai e filho, a pizzaria caseira, que faz frente.

Pequenos negócios que geram emprego e renda nas comunidades. De acordo com o levantamento do Fundo Emergências Econômicas, 82% dos empreendedores negros não têm CNPJ.

"Esses micro e nanoempre-

sários são ricos demais para o Bolsa Família e pobres demais para o Sebrae. A maior parte deles é 'desbancarizada'.

O valor de R\$ 2.000 vai ajudar a criar um fluxo mínimo de caixa, pagar aluguel e segurar a sustentabilidade do negócio na crise. O socorro para contas emergenciais será distribuído a partir de critérios definidos por uma comissão.

"O recurso será destinado para os mais vulneráveis da rede das organizações que somam quase mil empreendedores. A ideia é apoiar emergencialmente aqueles com mais dificuldade neste momento por meio dessa seleção interna", diz Adriana Barbosa, presidente-executiva da Feira Preta/Preta Hub e uma das líderes da Editados.

Integrante da Rede Folha de Empreendedores Sociais, Adriana crê que, por mais que as cestas básicas sejam essenciais neste momento, é importante não perder de vista o apoio financeiro, para manter a dignidade das pessoas.

"Muitas vezes a desmoralização deixa efeitos residuais que precisam ser mitigados.

Reduto roqueiro em SP, bar Mandíbula fecha as portas

O bar Mandíbula anunciou, nesta terça (14), o encerramento definitivo das atividades dentro da galeria Metrópole, na região central. A casa é mais uma a fechar as portas na capital paulista em meio à pandemia do novo coronavírus — nos últimos dias, endereços como La Fronteira e Pasv também se despediram do público. O local, que completaria seis anos nesta quarta (15), ficou conhecido principalmente por renovar o movimento da galeria Metrópole. Sair do prédio, contudo, já estava nos planos dos sócios, que enfrentavam problemas com os horários impostos pela administração local. Segundo Bruno Bocchese, a ideia era deixar a galeria e partir para outro endereço, "na Liberdade ou Barra Funda", conta. Mas, com as portas fechadas, eles se viram obrigados a tocar só a primeira metade do plano.

Tudo o que essas pessoas não precisam é ter mais uma dívida para pagar", diz.

A ajuda também gera renda dentro das comunidades. "Se a pizzaria local está aberta, o cara que recebeu os R\$ 600 do governo vai gastar ali mesmo", diz Ferreira.

Numa segunda etapa, também está prevista uma série de ações educacionais e de orientação pelas organizações que fazem parte da coalizão, por meio de lives, ebooks e WhatsApp, com informações e dicas para melhorar a sustentabilidade desses negócios.

"Vamos levar a caixa de ferramentas da classe média alta para as periferias."

Os recursos para o Editados estão sendo captados por meio do Fundo Baobá, que mobiliza pessoas e financiamentos para o apoio a projetos de promoção da equidade racial para a população negra.

O Fundo Baobá acaba de lançar também um edital voltado para comunidades no combate ao coronavírus. A ideia é captar até R\$ 2 milhões, dos quais R\$ 600 mil já estão disponíveis. Cada projeto sele-

cionado receberá até R\$ 2.500.

"Um edital que vai além da filantropia tradicional, pois não se trata só de doações, mas de contribuir para a resiliência das comunidades e de fortalecer suas lideranças", diz Selma Moreira, diretora do Fundo Baobá.

Em meio à pandemia, ela reforça que a população negra precisa de atenção especial. "É uma crise que poderá agravar ainda mais a desigualdade racial no Brasil, em suas vertentes individual, socio-cultural, ambiental e econômica."

Em outra iniciativa, focada no empreendedorismo feminino, a Visa e Instituto Rede Mulher Empreendedora anunciarão um projeto de eventos digitais Elas Prosperam.

O objetivo é fomentar a criação de redes empreendedoras locais e capacitar gratuitamente mulheres de todo o país, levando o conhecimento de empreendedorismo e educação financeira.

Elas Prosperam faz parte do programa Cidades do Futuro, da Visa, que desenvolve atividades para gerar impactos econômicos positivos em meio à crise gerada pela Covid-19.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Recalculando a rota

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo decidiu suspender a liberação do aumento de 3,89% nos salários de seus servidores após a coluna Painel S.A. revelar o reajuste nesta terça-feira (14). Embora tenha sido aprovado na Assembleia Legislativa de SP no dia 10 de março, um dia antes de a OMS declarar a pandemia, a promulgação da lei chegou no momento em que o estado tenta cortar custos para lidar com a queda na arrecadação provocada pela crise do coronavírus.

BATATA QUENTE A revelação do aumento aos servidores do TCE em um momento de crise aguda provocou constrangimento entre membros do governo e da Alesp, que iniciaram um jogo de empurra para evitar assumir a responsabilidade pela medida.

QUEM CALA CONSENTE O projeto de lei complementar para o reajuste do TCE foi enviado no dia 13 de março a João Doria, dias antes das primeiras indicativas de restrição às atividades econômicas para conter o contágio. O governador não sancionou nem vetou até o fim do prazo, em 3 de abril.

PATERNIDADE Procurada, a assessora de imprensa da Alesp disse que "a promulgação por parte do Legislativo se dá por imposição legal", ou seja, na ausência de sanção ou veto do governador, acontece a sanção tácita, que obriga a Casa a promulgar a lei.

OUTRO LADO Na videoconferência com chefes de órgãos do governo de SP nesta terça, estavam presentes três dos envolvidos no aumento de salário: Doria, Edgard Rodrigues, presidente do TCE, e Cauê Macris, o presidente da Alesp, que promulgou a lei complementar. Nenhum respondeu aos pedidos de posicionamento e entrevista.

TIRADO DO CONTEXTO Na nota divulgada na noite desta terça anunciando a suspensão do reajuste por prazo indeterminado, Rodrigues diz que a decisão foi tomada em razão do "momento de crise vivenciada pelo coronavírus".

PISTA A empresa de aviação executiva Icon Aviação diz que a demanda por voos internacionais aumentou no último mês. Levou 40 passageiros em seis voos. Segundo a companhia, a alta veio de brasileiros no exterior que quiseram voltar ao país e também de estrangeiros saindo do Brasil.

TURBULÊNCIA A Icon Aviação afirma que expandiu seus serviços para o transporte de equipamentos médicos e cargas biológicas depois que uma portaria da Anac permitiu a medida nas companhias de aviação para ajudar no combate ao coronavírus.

GUSTTAVO LIMA No entorno de Rodrigo Maia, a brincadeira é que ele é o campeão das lives. O presidente da Câmara ainda mais requisitado do que cantores sertanejos. Desde o dia 23 até esta terça (14), ele teve 23 videoconferências. Há dias em que aparecem até três reuniões online na agenda.

JORGE MATEUS Depois de fazer lives com Febraban, Itaú e outras, Maia vai falar sobre o cenário da pandemia nesta quarta (15) com representantes do grupo Brasil 200, João Apollinário (Polishop), Cris Arcangeli (Beauty'n) e Gabriel Kanner, diretor da entidade.

FÓLEGO A IBG (Indústria Brasileira de Gases) diz que acionou uma unidade de produção temporariamente parada em Jundiaí (SP) para atender o setor de saúde. Segundo a empresa, o consumo industrial caiu após a paralisação de fábricas, mas o de gases como oxigênio subiu com os novos hospitais de campanha.

UTI A importação de produtos químicos para o Brasil aumentou quase 11% em março ante fevereiro, atingindo US\$ 3,2 bilhões, o maior valor para o mês desde 2014, segundo a Abiquim (associação do setor). Entre os maiores altos estão os produtos usados no enfrentamento da pandemia, como ativos farmacêuticos (27,3%) e cloro (53,9%).

MÁSCARA Já as exportações caíram mais de 7% em valor no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2019. O déficit na balança comercial dos produtos atingiu US\$ 6,8 bilhões no período.

LUPA O Ministério Público Federal no Tocantins abriu inquérito para apurar possíveis irregularidades na nomeação feita pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em outubro a superintendência do Inra (Instituto de colonização e reforma agrária) no estado.

FICHA A procuradoria diz ver indícios de que a escolha de Milton Gomes foi política e que seu currículo não possui atuação relacionada à função. Procurado, o instituto diz que o critério foi o perfil profissional e que cumpriu o procedimento para ocupar o cargo.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Mês em R\$ ao mês



Fonte: Procon-SP.

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 10% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 10% R\$ 1.220,21

ME (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo para a empresa inscrever na 20abr e, para pessoas físicas, até 15.abr

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Alíquota, em % Deduções em R\$

Até 1.903,98 Isento

De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80

De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80

De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13

Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande-SP

Alíquota Mínimo Máximo em R\$ em R\$

Empregado De 7,5% 97,84 713,09 a 14%

Empregador 20% 350,59 1.236,21

*O prazo para o patrão da doméstica vender no dia 7.abr e o prazo de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS da empregadora e da doméstica, e FGTS, a multa para a doméstica e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

Oferta de vagas em setores demandados durante a pandemia chega a subir 700%

Profissionais de saúde e de tecnologia estão entre os mais requisitados, além dos empregos abertos em supermercados e comércio eletrônico

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A crise sanitária da pandemia do coronavírus resultou na paralisação de diversos setores da economia, levando o governo a liberar a realização de acordos para a suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada de trabalho e salário na tentativa de conter demissões.

No meio de toda essa crise, porém, há quem consiga ir na direção contrária, abrindo vagas e ampliando o quadro de funcionários efetivos e temporários. A maioria desses postos de trabalho está em atividades mais requisitadas justamente devido à crise, como é o caso dos empregos em hospitais, farmacêuticas e drogarias. Funções ligadas à tecnologia também estão mais em alta do que nunca — de desenvolvedores a pessoal para trabalhar com marketing digital —, além de mão de obra para atender à alta demanda de compras principalmente em supermercados.

No grupo Pão de Açúcar, 5.000 temporários já foram contratados para atender as lojas físicas e online de Pão de Açúcar e Extra e das startups James e ChefTime.

Outros 200 estão sendo selecionados para analisar repertório, operar caixas e supervisionar lojas das operações Minuto e Mini Extra. O Carrefour está com quase mil vagas abertas para operador de caixa, fiscal, repositores e gerentes comerciais. O BIG (antigo Walmart) está selecionando para 6.000 postos em diversos locais do Brasil. A PepsiCo está com 500 vagas temporárias para promotor, vendedor, auxiliar de logística e de produção e motorista carreteiro.

As gigantes da tecnologia IBM e Amazon estão com seleções em andamento. Na primeira, o site para inscrições tem cinco páginas — são 139 funções como desenvolvedor

Android, analista de suporte e especialista em testes aguardando candidaturas.

No Brasil, a Amazon — que está reforçando o time em todo o mundo — tem 174 postos de trabalho. O maior número de vagas é para a função de arquiteto de soluções.

Empresas de inovação como a Zuji e a Escala também estão com seleções abertas por meio do site Revelo. A diretora de operações do site de vagas Catho, Regina Botter, diz que o crescimento de vagas em alguns setores extrapola o que se consideraria normal.

Ela afirma que, em outros momentos, o aumento motivado por alguma situação específica fica em torno de 15%. Com a crise do coronavírus, algumas vagas tiveram crescimento de 700% na oferta.

Foi o caso da procura por enfermeiros de UTI — foram 718% mais vagas anunciadas ante o mês de março do ano passado. Em apenas uma semana, a Catho chegou a registrar 3.700 anúncios para o setor de saúde.

No segmento farmacêutico, o laboratório Eurofarma tem 19 vagas efetivas para início imediato e outras 16 para cadastro de reserva.

Na Luandre, empresa de RH, 2.519 vagas na área de saúde estão abertas e outras 1.600 para atender o varejo em funções como repositores de supermercados e atendentes de farmácia.

Francine Amadeu, superintendente da Luandre, diz que, tradicionalmente, o mês de março é um período de alta demanda por mão de obra temporária para atender as campanhas de Páscoa.

Com a crise da pandemia, essas contratações foram substituídas por pedidos de seleções nas áreas de saúde e logística, além de teleatendimento.

"Toda a cadeia varejista de supermercados está muito aquecida, com muita gente

+ ACORDO PARA REDUZIR JORNADA ATINGE 150 MIL COMÉRCIÁRIOS EM SP

O Sindicato dos Comerciantes de São Paulo anunciou que firmou um acordo com

empresas do setor de supermercados e revenda de veículos para a redução do salário e da jornada de trabalho em até 50% por 60 dias. "Nosso cálculo estima que, com a compensação do governo, a perda será de no máximo 8,5% no salário médio do

setor que é de R\$ 2.000", diz Ricardo Patah, presidente do sindicato. A medida afeta cerca de 250 mil funcionários e garante a manutenção dos empregos por 120 dias, a contar de 1º de abril. Apesar da redução de salário e jornada, os empregadores terão que manter todos os benefícios. Após o prazo de 60 dias, a remuneração e carga horária voltam ao patamar anterior.

Amazon vai contratar mais 75 mil no mundo

Depois de contratar 100 mil trabalhadores adicionais em menos de um mês para lidar com a demanda gerada pelo coronavírus, a Amazon anunciou que contratará mais 75 mil pessoas. Com isso, a força de trabalho da gigante do comércio eletrônico de aproximadamente 1 milhão de pessoas, com uma alta de mais de 20% em apenas um trimestre.

+ GOVERNO PREVÊ 73% DE CONTRATOS REDUZIDOS OU SUSPENSOS E LANÇARÁ 'EMPREGO-GÔMETRO'

O governo vai lançar uma página na internet, batizada de "emprego-gômetro", para mostrar o número de trabalhadores afetados por acordos de suspensão de contratos ou corte de salários e jornadas. A expectativa é que essas reduções atinjam 24,5 milhões de pessoas, 73% de todos os formais do país.

comprando online e presencialmente" afirma.

A demanda por mais profissionais da área de saúde chegou também à central de vagas ligada à Prefeitura de São Paulo. No CATE (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo), seleção iniciada nesta semana tem 320 vagas para profissionais de enfermagem trabalharem em UTIs de hospitais.

Os cadastros de currículos terminam nesta quarta (15). Outros mil enfermeiros foram selecionados para trabalhar no hospital provisório montado no Anhembi, na capital paulista.

Ainda no setor de tecnologia, a fintech Stone está contratando para o setor comercial em Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, todas cidades do ABC paulista. Para a área de tecnologia, a fintech está contratando para trabalho remoto e, por isso, os candidatos podem ser moradores de qualquer cidade no Brasil.

Quem for selecionado vai trabalhar na área de inovação — há chances para desenvolvedores de software e designers.

Também no segmento de serviços digitais de pagamento, a Wirecard contratou dez pessoas desde o início da quarentena e mais 30 posições para atuar com tecnologia e infraestrutura estão abertas.

No Boticário, duas seleções estão em andamento. Uma delas, com 30 colocações, busca trabalhadores com deficiência para postos de trabalho em São Paulo, Rio de Salvador, nas áreas de finanças, planejamento de demanda e comercial, recursos humanos e comunicação. A outra tem 76 colocações para o desenvolvimento de produtos digitais do grupo em Curitiba e São Paulo.

Para atender o programa Jovem Aprendiz, os Correios estão com inscrições abertas para 4.464 vagas.

O novo momento mexeu também com os métodos de seleção, que agora estão sendo conduzidas a distância e com entrevistas não presenciais.

Câmara aprova texto-base do Verde e Amarelo, que reduz encargo para jovens e maiores de 55

Danielle Brant e Thiago Resende

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (14) o texto-base da medida provisória do trabalho Verde e Amarelo, que reduz encargo para patões que contratarem jovens no primeiro emprego e pessoas acima de 55 anos que estavam fora do mercado laboral.

O texto-base foi aprovado por 322 votos a 153, com duas abstenções. Os deputados ainda analisarão propostas de alterações ao projeto, o que ainda não havia sido concluído até a conclusão deste texto.

A seguir, a MP segue ao Senado. Caso o texto seja mantido, vai à sanção ou a veto presidencial. Se for alterado, volta à Câmara, e só depois será enviado para sanção ou veto do presidente Jair Bolsonaro.

O conjunto de ações para combater o desemprego e a informalidade precisa do aval das duas Casas até o dia 20 para não perder a validade.

O texto contou com resistência da oposição. O líder do PSB, Alessandro Molon (RJ), tentou barrar a votação, afirmando que as sessões remotas deveriam priorizar matérias relativas ao combate ao novo coronavírus.

"A inclusão da 905 no ordem do dia não me parece adequada ao PSB, meu partido, para o momento em que vivemos".

Chamado de trabalho Verde e Amarelo, o programa reduz obrigações patronais da folha de pagamento para contratação de jovens de 18 a 29 anos, que consigam o primeiro emprego formal e com remuneração de até um salário mínimo e meio (R\$ 1.567,50).

O relator do texto, deputado Christino Aureo (PP-RJ), ampliou o programa, permitindo que patões também tenham redução de tributos ao contratar pessoas acima de 55 anos de idade e que estejam fora do mercado de trabalho formal há mais de 12 meses.

De acordo com o texto, a parcela de empregados que

podem ser contratados na modalidade Verde e Amarelo é de 25%.

A jornada de trabalho nos contratos Verde e Amarelo só poderá ser negociada por acordos ou convenções coletivas.

Os funcionários poderão ser contratados duas vezes na nova modalidade, desde que o primeiro vínculo empregatício tenha durado menos de 180 dias.

As empresas que optarem por esse tipo de contrato ficam temporariamente isentas da contribuição patronal para o INSS e de contribuições para o Sistema S.

O repasse ao FGTS será de 8%, mesmo percentual dos contratos de trabalho por tempo indeterminado.

Para os trabalhadores da Verde e Amarelo, a multa do FGTS em caso de demissão sem justa causa será de 30%, e não os 40% dos outros funcionários que seguem o regime atual. Essa mudança será efetivada mediante acordo.

Senado deve frustrar Guedes em pacote a estados

Governadores pressionam Casa a aprovar projeto de auxílio, já votado na Câmara e que é alvo de crítica do ministro

BRASÍLIA Defendida pela equipe econômica, a estratégia de insistir em um pacote mais enxuto de socorro aos estados na crise do novo coronavírus deve esbarrar na articulação de governadores no Senado. A Casa no Congresso representa os estados.

Chefes de Executivos estaduais recorrem a aliados pela liberação de dinheiro para cobrir até despesas obrigatórias, como salários. O recuo da economia neste ano já afeta as contas de governadores e prefeitos.

Líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que a votação expressiva da Câmara, que aprovou um plano de ajuda mais amplo nesta segunda-feira (13), não pode ser desprezada.

Sob críticas do governo e de economistas, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), conseguiu aprovar, por 431 votos a 70, o projeto de auxílio mais vantajoso a governadores e prefeitos. O plano não exige medidas de ajuste nas contas públicas, como controle das despesas com servidores.

Nesta terça (14), um dia após a derrota, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) se reaproximou do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para tentar costurar na Casa uma solução.

"Conversei com ele [Alcolumbre] esta manhã [terça]. Vai votar, mas não deve ser nesta semana", afirmou.

Vetar um projeto de socorro ao enfrentamento da pandemia teria um desgaste político muito alto. O veto foi sugerido pelo ministro Paulo Guedes (Economia) caso o governo não consiga deslizar a proposta encampada por Maia.

O ministro insiste em uma versão que prevê uma transferência de recursos menor que a definida pela Câmara e, em troca, a suspensão de pagamento de dívidas com a União e com bancos federais.

O pacote defendido pelo governo soma R\$ 77,4 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões de repasses diretos aos estados e municípios, ou seja, dinheiro na caixa de governadores e prefeitos para o enfrentamento da crise.

A proposta da Câmara teria um impacto de R\$ 89,6 bilhões, sendo que R\$ 80 bilhões seriam de compensação da União pelas perdas de ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal) diante da crise econômica, segundo cálculos de líderes.

Alcolumbre passou a negociar com o governo o envio de um projeto para substituir o texto aprovado pelos deputados. A ideia é manter alguns dispositivos da proposta da Câmara, como a suspensão das dívidas com bancos públicos.

O presidente do Senado também sinalizou que espera um aceno de Maia no sentido de votar medidas já

aprovadas pelos senadores, como a ampliação do auxílio emergencial (R\$ 600) e de crédito para micro e pequenas empresas.

"Não vamos pautar o projeto que eles [deputados] votaram ontem [segunda]. Agora é princípio da reciprocidade", disse Alcolumbre.

Se o Senado não apresentar um novo projeto e fizer alterações na proposta encaminhada pela Câmara, a palavra final é dos deputados, que tendem a manter um pacote aos estados mais amplo do que deseja o Ministério da Economia.

Maia travou embate com Guedes e ministros que cuidam da articulação política desde a semana passada. O governo chegou a abrir canal de negociação direta com líderes da Câmara, escanteando o presidente da Casa, que assumia a linha de frente do plano de socorro.

As críticas a Maia não cessaram mesmo após ele recuar na ideia de ampliar a margem de endividamento dos governadores (inclusive os que já estão com baixa capacidade de pagamento) e abrir mão de um dispositivo que poderia beneficiar o estado do Rio de Janeiro, em recuperação judicial.

A proposta do presidente da Câmara privilegia os estados do Sul e Sudeste na distribuição do dinheiro.

Segundo estimativas da equipe econômica, 60% da transferência direta da União para recompor ICMS iria

para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, além de Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesses dois últimos estados, os governadores Wilson Witzel (PSC-RJ) e João Doria (PSDB-SP) tentaram se capitalizar politicamente com a pandemia ao assumir posicionamento público contra a posição de Bolsonaro no combate ao coronavírus.

Maia se alinhava a ambos, sustentando ainda um modelo de divisão de recursos menos vantajoso ao Norte e Nordeste. Para o governo, o amplo repasse a governadores desestimularia o fim de medidas restritivas por causa da Covid-19 e que, na avaliação de Bolsonaro, estendem

crise econômica. Nesta terça, Maia contestou a contraproposta do governo e acusou a equipe econômica de usar dados distorcidos para atacar o projeto aprovado pelos deputados.

"O que o governo quer fazer, do meu ponto de vista, é criar um conflito político federativo que deveria ser deixado para outro momento. As eleições nacionais acontecerão em 2022."

Para o presidente da Câmara, a conta do governo de receber R\$ 40 bilhões de repasses diretos a estados e municípios está inflada, pois contabiliza recursos destinados à saúde.

Segundo ele, a ideia tem que ser manter o funcionamento da máquina pública em tempos de forte retração na receita.

A equipe econômica questiona o período da ajuda a governadores e prefeitos.

O projeto da Câmara prevê repasses por seis meses. O governo defende três meses, mesmo intervalo previsto para socorro a trabalhadores informais e empresas paralisadas. Guedes estima que R\$ 40 bilhões sejam necessários para suprir a demanda na crise. Porém, esse valor poderia ser elevado após avaliação a ser feita em meio à pandemia.

O modelo de repasse aprovado pela Câmara é baseado na compensação de ICMS e ISS. Ou seja, dependerá da queda em cada mês registra-

da pelos estados e municípios. Assim, o governo federal transferiria o valor para que a arrecadação permaneça no mesmo patamar de 2019.

Para a equipe econômica, isso não dá previsibilidade de gastos. Segundo o Ministério da Economia, em caso de queda de 10% da receita, o gasto seria de R\$ 30 bilhões (por seis meses).

O desembolso subiria para R\$ 85,5 bilhões em seis meses de receita 10% menor. Se a arrecadação cair pela metade, o gasto seria de R\$ 142,5 bilhões, nos termos do projeto aprovado pela Câmara. **Thiago Resende, Danielle Brant, Iara Lemos, Daniel Carvalho, Ricardo Della Coletta, Gustavo Uribe**

✚ Tesouro revisa estimativa de rombo nas contas públicas para R\$ 600 bi

A previsão revisada foi feita pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, e inclui o impacto do projeto de lei de ajuda aos estados aprovado na segunda-feira (13) na Câmara. "Estamos caminhando para um déficit primário entre 7% e 8% do PIB. Pode ser um pouquinho abaixo de 8% a depender do projeto da Câmara e outras medidas do governo", disse Mansueto nesta terça-feira (14).

✚ Governo pede aval para contornar regra de ouro em mais de R\$ 340 bi

O governo pediu ao Congresso autorização para quitar, por meio de endividamento, despesas correntes de R\$ 343,6 bilhões previstas no Orçamento da União deste ano. Na prática, o projeto encaminhado pelo Executivo permite que o governo contorne a chamada regra de ouro, prevista na Constituição, que proíbe operações de crédito que excedam as despesas de capital do ano corrente.

Projeto mostra que o 'caronavírus' é endêmico no Brasil

OPINIÃO

Marcos Mendes

Mendes é doutor em economia pela USP, consultor legislativo do Senado e ex-chefe da assessoria econômica do ministro da Fazenda (2016-2018).

A Câmara aprovou na segunda (13) um projeto de socorro aos estados. O custo estimado caiu pela metade, em relação à proposta da semana passada: de aproximados R\$ 200 bilhões para R\$ 100 bilhões. Isso é bom? Não.

Primeiro, porque o desenho da ajuda contém incentivos errados e complexidade excessiva. Segundo, porque o custo continua alto. O proibitivo pacote inicial parece ter sido o bode na sala, que tornou palpável o pacote ora aprovado.

O mais lógico seria fixar um valor em reais, a ser distribuído aos estados e municípios por critério per capita, durante três meses. Ao final desse

período, se avaliaria a extensão por mais três meses e se recalibraria o valor. Método simples e claro.

Optou-se por um seguro-receita: a União pagará a cada estado a diferença entre a arrecadação mensal em 2020 e o mesmo mês de 2019, durante seis meses.

Aí começam as complicações: e se os dados de 2020 não estiverem prontos a tempo? Paga um percentual da receita e depois desconta se tiver pago a mais. E se em 2019 tiver havido receitas extraordinárias: desconta ou não desconta?

As complicações e as nuances de conceitos vão gerar conflito, intermináveis reuniões consumirão o tempo de trabalho dos gestores, e vão acabar na Justiça. O seguro-receita criado pela Lei Kandir deveria ter acabado em 2007, mas até hoje assombra as con-

tas públicas, com demandas bilionárias dos estados no STF, que exploram lacunas conceituais no texto da lei.

O projeto tentou antecipar alguns problemas e soluções. Mas, quanto mais se escreve, mais se abre brecha para entendimentos diversos.

Equanto aos incentivos? Se a União vai cobrir toda a perda de receita, o governador e o prefeito ficarão tentados e serão pressionados a dar perdão e benefícios fiscais.

O projeto tenta proibir, mais uma vez, deixando brechas. Por exemplo: há exceção para pequenas e microempresas e para ações de garantia do emprego. O suficiente para os secretários de Fazenda serem privados de pressões. Afinal, está escrito na lei que pode dar o benefício!

Mas a questão principal é a total ausência de medidas para limitar despesas. Repetiu-se o roteiro de sempre: começa com um pacote de ajuda com contrapartida de ajuste. Os ajustes somem, e a ajuda fica

que sempre são repelidas pelas corporações. Já que se está aprovando uma "PEC de Orçamento de guerra", esta deve distribuir os custos e fazer os que são protegidos pela estabilidade no emprego e têm salários elevados a dar sua cota de sacrifício. Nada mais normal quando empregados do setor privado estão perdendo até 70% dos seus salários, para garantir o emprego.

A crise atual é forte o suficiente para que as grandes lideranças no plano federal e estadual tenham respaldo para tomar medidas justas,

que sempre são repelidas pelas corporações. Já que se está aprovando uma "PEC de Orçamento de guerra", esta deve distribuir os custos e fazer os que são protegidos pela estabilidade no emprego e têm salários elevados a dar sua cota de sacrifício. Nada mais normal quando empregados do setor privado estão perdendo até 70% dos seus salários, para garantir o emprego.

A lista de medidas está pronta e já consta de outras PECs, hoje em banho-maria.

Vale repetir: redução de jornada de servidores com redução de remuneração; contingenciamento do orçamento dos demais Poderes; transferência do saldo dos fundos desses poderes para o Executivo; repasse do pagamento de aposentadorias e pensões para os poderes onde os servidores se aposentaram; inclusão dos inativos nas despesas mínimas

de educação e saúde; unificação do gasto mínimo em saúde e educação; limitação das diversas formas de expansão de despesa de pessoal.

Se medidas como essa permitissem uma pequena redução de 5% na folha de pagamento dos estados e municípios, durante um ano, isso produziria uma economia de R\$ 45 bilhões. Ou seja, quase meta de do pacote de ajuda poderia ser financiada pelos próprios estados, sem necessidade de jogar a conta nas costas do contribuinte.

A aprovação de medidas duras, porém justas e garantidoras dos interesses da maioria, requer cooperação e despendimento das lideranças políticas. Agindo na base do cada um por si, de olho nas próximas eleições, e movidos pelo bate-boca cotidiano, os nossos líderes não serão capazes de aprová-las.

Repetiu-se o roteiro de sempre: começa com um pacote de ajuda com contrapartida de ajuste. Os ajustes somem, e a ajuda fica

Compartilhe o LINK DE PAGAMENTO com seus clientes.

Venda sem sair de casa por WhatsApp e redes sociais!

- Venda muito sem precisar de maquininha
- Garanta praticidade e segurança
- Crie seu link em apenas 5 cliques
- Mantenha o seu faturamento em dia

Crie seu link!












Abra sua conta e ganhe um banco completo e grátis. Baixe o super app.  

Link de pagamento: consulte condições em <https://pagseguro.uol.com.br/conteudo/link-de-pagamento/>

mercado coronavírus

'Grande Paralisação' levará mundo à pior recessão desde 1929, diz FMI

Expectativa é que economia global se retraia em 3% neste ano, e a brasileira, em 5,3%

Marina Dias

WASHINGTON O avanço vertiginoso da pandemia do coronavírus fez o FMI (Fundo Monetário Internacional) projetar um cenário econômico sombrio para este ano em todo o mundo.

Segundo relatório divulgado nesta terça-feira (14), a economia global vai sofrer retração de 3% em 2020, a maior desde a crise de 1929, e a recuperação deve aparecer somente no ano que vem, ainda de forma parcial e bastante incerta. No fim de 2019, a projeção do Fundo para o crescimento da economia global em 2020 era de 3,4%, ou seja, o tombo de mais de 6% é muito maior que o registrado na crise de 2008, por exemplo.

"É muito provável que neste ano a economia global experimente sua pior recessão desde a Grande Depressão, superando a vista durante a crise financeira de dez anos atrás", diz o documento assinado por Gita Gopinath, economista-chefe do FMI.

"A Grande Paralisação [Great Lockdown], podemos chamá-la, é projetada para encerrar dramaticamente o crescimento global", completa o texto que equipara a magnitude da crise deste ano só à vida na depressão que assolou o mundo na década de 1930.

O FMI explica que, entre 1929 e 1931, a contração em termos de produção mundial ficou em torno de 10%, apesar de os dados estarem mais dispersos à época, e que hoje esse número está em 3%. Em termos de economias avançadas, a queda foi de 16%, diante de 6% hoje.

Em seu Panorama da Economia Mundial, o Fundo traça um paralelo entre a pandemia e uma guerra ou crise política e diz que ainda existe uma "severa incerteza" sobre a duração e a intensidade do choque que esse surto vai provocar.

Com as ponderações à mesa, o FMI afirma que é possível esperar a retomada no crescimento do PIB mundial na casa dos 5,8% no ano que vem, mas que isso vai depender da implementação de medidas e políticas públicas em cada país.

Durante entrevista coletiva online, na manhã desta terça, a economista-chefe do FMI

mostrou gráficos que ilustravam os números alarmantes da perda cumulativa do PIB global, que deve chegar a US\$9 trilhões (R\$ 45 trilhões) entre 2020 e 2021.

Gopinath falou em "desastre raro", que custou milhares de vidas ao redor do mundo, ao se referir à pandemia e reforçou a ideia de que a recuperação esperada para o ano que vem é "apenas parcial".

Os danos econômicos vão atingir de economias ricas a países emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil, mas estes serão os mais prejudicados.

Segundo o FMI, a economia brasileira deve ter queda de 5,3% em 2020, com crescimento previsto em 2,9% no ano que vem. No domingo (12), o Banco Mundial já havia divulgado projeções para uma baixa brusca do PIB do Brasil, na casa de 5%.

No relatório mais recente do FMI — em outubro de 2019, ainda antes da pandemia —, a previsão era que a economia brasileira crescesse 2% em 2020. Se comparada a essa última expectativa, a diferença é de 7,3%.

A queda do Brasil será maior até que a do restante da América Latina e Caribe, e a retomada do país também será em ritmo mais baixo na comparação regional.

Os países latino-americanos terão queda de 5,2% no PIB neste ano e recuperação em 3,4% — enquanto o Brasil deve retrair 5,3% e voltar em 2021 com 2,9% de crescimento.

A economista-chefe do Fundo afirma que a discrepância se dá porque o Brasil "foi atingido por vários choques", com problemas de baixo crescimento que vêm desde antes da pandemia e "outras crises domésticas", mas não deu detalhes sobre as projeções do país.

As reformas estruturais, antes vistas pelo Fundo como fundamentais para o crescimento, agora não estão em primeiro plano, diz. "A prioridade é lidar com a pandemia".

Se confirmadas as projeções do FMI, a recessão no Brasil será a maior em quase 60 anos.

O ministro Paulo Guedes (Economia) já fala em retração de 4%, caso a pandemia dure até o meio do ano, mas ainda é um cenário otimista

se comparado à expectativa do Fundo e do Banco Mundial. Já a previsão para as economias desenvolvidas deve ser de queda de 6,1%, com recuperação prevista em torno de 4,5% no ano que vem.

Entre as duas maiores economias do mundo, EUA e China, o tamanho da queda será de grandes proporções e também seguem as dívidas quanto à eficiência na recuperação de cada país. Nas projeções do fim de 2019, o FMI esperava que os EUA crescessem 2,1% em 2020, enquanto a China chegasse a 5,8%.

Analisadas em casos confirmados e mortes por Covid-19, os EUA devem ter retração de 5,9% do PIB e voltarem a crescer no ano que vem na casa dos 4,7%. Na origem da pandemia, os chineses ainda devem experimentar um crescimento positivo, de 1,2%, após terem alcançado cerca de 6% em 2019. A recuperação deve ser de 9,2% em 2020, segundo o FMI.

Uma das apostas do Fundo para a retomada da economia global após a crise de 2018, a zona do euro deve cair 7,5% e voltar com 4,7% em 2021.

A avaliação é que as características desta crise não são iguais às de nenhuma outra e que, portanto, a reação também não deve ser a habitual, de incentivo a atividades de estímulo, por exemplo.

Dessa vez, diz o Fundo, esse tipo de política é até indesejável em alguns setores por causa das restrições e regras de distanciamento social impostas em diversos países.

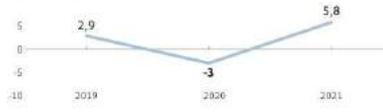
Diante do debate que tem oposto regras de isolamento e retomada econômica, o FMI lança um roteiro objetivo de enfrentamento à crise, com uma fase de contenção e estabilização e outra, de recuperação.

Nas duas etapas, saúde pública e economia têm papéis cruciais a desempenhar, e as medidas de distanciamento "são fundamentais para preparar o terreno para a recuperação econômica", diz o órgão.

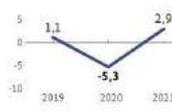
As projeções do FMI apontam à recuperação parcial no ano que vem considerando que a pandemia arrefeça no segundo semestre de 2020 e que os países consigam normalizar suas economias juntamente com o suporte dessas políticas em diversas frentes.

FMI prevê tombo de 3% na economia global

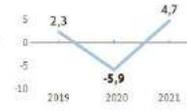
PIB Global



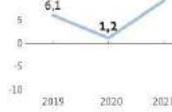
Brasil



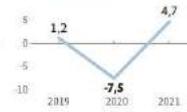
EUA



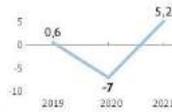
China



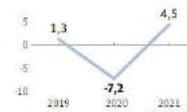
Zona do euro



Alemanha



França



Fonte: FMI



Gita Gopinath, economista-chefe do FMI, em teleconferência sobre as projeções para a atividade global. Liu Jie/Xinhua

Reabertura econômica será lenta e algo distópica

THE WALL STREET JOURNAL A Walt Disney Co. atingiu uma espécie de marco do coronavírus no mês passado, quando reabriu parte do Disney Resort em Xangai, porque a pandemia começou a recuar no país. Mas uma viagem à Terra do Amanhã talvez nunca mais seja a mesma.

Os hóspedes do resort devem usar máscaras e tempo todo, removendo-as apenas para comer. Horários e capacidade são limitados. E, para entrar, visitantes devem se submeter a verificação de temperatura e apresentar um QR code controlado pelo governo, indicando que não têm o vírus.

Executivos em todo o mundo que reformularam rapidamente suas operações quando o coronavírus atacou, e políticos que os levaram a fazer isso, agora estão focados em reiniciar a economia. O renascimento, segundo líderes de diversos setores, sugere que a volta ao normal será muito diferente.

O ressurgimento será instável, frágil e parcial — um pouco distópico, com, potencialmente, exames de sangue pa-

ra determinar se trabalhadores têm imunidade ao vírus.

Autoridades preveem que as operações não retornarão totalmente ao normal até que uma vacina eficaz chegue ao mercado, prazo estimado em pelo menos um ano.

Empresas poderão trazer de volta os funcionários em grupos alternados. Redes de restaurantes poderão operar com meia capacidade e escudos de acrílico entre as mesas, enquanto as lojas poderão higienizar itens depois que os clientes os experimentarem.

As principais companhias aéreas estão discutindo a viabilidade de fazer que passageiros se submetam a verificações de temperatura antes de embarcar. Há duas semanas, a American Airlines começou a perguntar a passageiros frequentes como deixá-los em segurança para voar novamente. A resposta? Avões limpos.

A empresa também analisa como limitar o contato entre viajantes durante o embarque e o voo. A tradição de comissárias de bordo servindo nozes em bandejas na primeira classe poderá ser tomar uma

reliquia de épocas passadas.

Indústrias reorganizaram espaços e implementaram processos como pedir que funcionários se revezem para almoçar no carro — práticas que poderão se tornar padrão.

A Tyson, maior empresa de carnes dos EUA em vendas, está instalando rastreadores de temperatura em suas fábricas e mandando para casa trabalhadores com possíveis sintomas da Covid-19; os termômetros poderão permanecer no local depois da pandemia.

Quando as linhas de montagem americanas da Toyota forem reiniciadas, rodarão em velocidade mais lenta, devido à queda acentuada na demanda — que ajudará a manter o distanciamento social.

Alguns planos parecem de ficção científica. A Liga Principal de Beisebol dos EUA explora a ideia de organizar uma temporada sem torcida, com uma espécie de sistema ecológico fechado em Phoenix, isolando os jogadores. Em comunicado, a liga informou que não decidiu por essa opção.

Multinationais estão pro-

curando um manual nas unidades chinesas. A atração da Disney em Xangai pode oferecer lições para outros parques — a Disneyland e o Walt Disney World estão fechados há mais dias do que todos os fechamentos da história somados.

A empresa de serviços imobiliários Cushman & Wakefield criou um manual de 300 páginas sobre a reabertura de escritórios com segurança.

A filial de Amsterdã está testando uma configuração de local de trabalho projetada para o distanciamento social. No local, escudos transparentes separam as mesas, marcadores direcionam o tráfego de pedestres e forros para mesas que são descartados quando o trabalhador vai embora.

"A segurança mudou para sempre após o 11 de Setembro, e agora isso vai acontecer no local de trabalho", diz Anil Sarva, da empresa de escritórios flexíveis Knotel.

Fora do trabalho, rituais como jantar e ver um filme serão retomados de forma alterada: assentos escalonados, divisórias de madeira entre as mesas, menus descartáveis, garçons de luvas, lotação limitada. Indústrias de lazer também

estão adotando essas práticas.

Indústrias reorganizaram espaços e implementaram processos como pedir que funcionários se revezem para almoçar no carro — práticas que poderão se tornar padrão.

A Tyson, maior empresa de carnes dos EUA em vendas, está instalando rastreadores de temperatura em suas fábricas e mandando para casa trabalhadores com possíveis sintomas da Covid-19; os termômetros poderão permanecer no local depois da pandemia.

Quando as linhas de montagem americanas da Toyota forem reiniciadas, rodarão em velocidade mais lenta, devido à queda acentuada na demanda — que ajudará a manter o distanciamento social.

Alguns planos parecem de ficção científica. A Liga Principal de Beisebol dos EUA explora a ideia de organizar uma temporada sem torcida, com uma espécie de sistema ecológico fechado em Phoenix, isolando os jogadores. Em comunicado, a liga informou que não decidiu por essa opção.

Multinationais estão pro-

Marcelo Odebrecht diz não conseguir pagar suas contas

Rogério Gentile

SÃO PAULO O empresário Marcelo Odebrecht afirmou à Justiça não ter condições de pagar suas despesas pessoais e que tem recorrido a empréstimos de amigos para poder honrar seus compromissos. "Contas e mais contas estão se acumulando", afirmou.

Segundo ele, para agravar a situação, em razão do coronavírus, não tem como "buscar outras fontes de renda para manter seu próprio sustento".

As declarações foram feitas em um documento no qual o acionista e herdeiro pede que a Justiça obrigue a Odebrecht a voltar a lhe pagar uma remuneração mensal de R\$ 115,8 mil, que, segundo ele, está prevista em acordo assinado com a empresa.

De acordo com o empresário, a remuneração tem de ser paga até o fim do cumprimento de sua pena restritiva de liberdade no âmbito da Lava Jato.

Os valores deixaram de ser transferidos depois que a empresa, dias antes do Natal, demitiu Marcelo por justa causa e contratou um escritório de advocacia para investigar as circunstâncias em que a antiga diretoria negociou o acordo.

A demissão foi feita após reportagem da Folha revelar mensagens por meio das quais Marcelo criticava a condução do conglomerado. O empresário colocava na conta do pai, Emílio, muitos dos erros que teria levado a organização à recuperação judicial.

A Justiça a Odebrecht afirmou que o contrato assinado é ilegal.

Criador da Azul vende ações para pagar empréstimo

SÃO PAULO O controlador da Azul, David Neeleman, reduziu sua participação acionária na companhia aérea ao longo do mês de março, anunciou nesta terça-feira (14) a empresa. A operação se deu porque o investidor não teria conseguido quitar um empréstimo pessoal de US\$ 30 milhões (R\$ 154,8 milhões no câmbio atual) que tinha como garantia ações da empresa. A informação foi revelada na noite de segunda (13) pelo site Brazil Journal.

O empresário se desfez de parte de suas ações preferenciais (sem direito a voto), mas mantém o controle da Azul, já que segue como detentor de 67% das ações ordinárias (com direito a voto) da companhia.

No total, ele se desfez de 47% de sua posição na aérea e reduziu sua participação no capital da companhia de 5,8% para 3,06%. Neeleman é fundador da Azul e acionista também da TAP (com quem a empresa brasileira tem uma joint venture) e da Breeze.

Em nota enviada à Folha, a Azul diz que a operação foi resultado de um empréstimo pessoal de US\$ 30 milhões que Neeleman fez no ano passado e que tinha como garantia parte de suas ações da empresa.

A crise ocasionada pela pandemia no mercado de ações, segundo a Azul, "ocasionou uma chamada de margem no empréstimo, e, devido à velocidade do movimento e ao fato de ele ter outros investimentos no setor sem liquidez como TAP e Breeze, não houve tempo para levantar a liquidez adequada. Assim, os bancos custodiantes executaram a garantia". IMV

mercado coronavírus

#ficaemcasabancocentral

A motivação de elevar o poder do BC parece ser um socorro a bancos e gestores de fundos

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

O Senado deve avaliar nesta quarta-feira (15) a PEC 10/2020, do Orçamento de guerra, que, entre muitos outros dispositivos, prevê a possibilidade de o BC sair às ruas para adquirir créditos privados como CDBs, LCIs, LGAs e letras financeiras emitidas por bancos e debêntures, entre outros. A medida é desnecessária e perigosa.

A economia moderna se sustenta em um dinâmico sistema interconectado de crédito, formado por poupadores e tomadores de poupança, em geral intermediado pelos bancos. Quase toda empresa depende

dos bancos para seu capital de giro e financiamento geral. Por sua vez, os bancos se ancoram nos bancos centrais, de cuja solidez depende o sistema.

O crédito tem crescido continuamente ao longo das décadas devido a uma crescente alavancagem de bancos e assim passou a se equilibrar, como uma pirâmide invertida, sobre uma quantidade muito pequena de reservas de caixa e de capital. Crises como a do coronavírus geram uma súbita demanda adicional de caixa por todos, que, por sua vez, tende a causar pânico.

A raiz do problema é a enorme alavancagem perante a pequena quantidade de liquidez de curto prazo e de capital. Há conflito de interesses: os brasileiros preferem que haja bastante capital e liquidez nos bancos, mas estes discordam e têm interesse em aplicar os recursos e aumentar os lucros.

No regime atual, essa questão fundamental deveria ser endereçada pelos reguladores em épocas de normalidade, mas nunca é. Não chega a ser surpresa, pois os BCs são formados por banqueiros, em uma carreira de pingue-pon-

gue prevista pela teoria da captura regulatória: os regulados capturam o regulador e depois voltam aos bancos com remuneração mais gorda.

No auge da crise de liquidez, tornam-se inevitáveis medidas de exceção envolvendo injeção de liquidez. Walter Bagehot, economista e autor do clássico livro sobre o mercado de crédito "Lombard Street" (1873), é o autor mais citado em crises. Bagehot (pronuncia-se "badjet") defendia que o banco central deve fornecer liquidez abundante, mas apenas a bancos solventes, e não por meios co-

mo compra de crédito privado. A liquidez adicional deve preferencialmente advir de liberações de reservas preexistentes, não criadas "ex nihilo". Nesse sentido, o BC acertou ao liberar parte dos compulsórios sobre depósito a prazo, uma jabuticaba brasileira. Há espaço de sobra para liberação adicional de liquidez em compulsórios e por relaxamento de exigências de capital e liquidez, o que torna desnecessária a compra de crédito privado sob o argumento de incremento de liquidez.

A motivação parece ser um socorro a bancos e gestores de fundos que emitem ou carregam esses papéis privados. Não é socorro ao brasileiro, que tipicamente não tem ativo financeiro; e, quando detém, em geral é uma aplicação em caderneta de poupança ou em títulos pós-fixados que não sofrem perdas. Dada a baixíssima liquidez desse mercado, há enorme espaço para abusos por meio de com-

pras a preço distinto do "justo", utilizando, por exemplo, como referência preços pré-crise.

A compra de créditos privados não configura um QE, ou afrouxamento monetário tupiniquim, pois o QE ocorre apenas após os juros nominais serem reduzidos a zero e pode ser executado exclusivamente com títulos públicos.

Adicionalmente, ao comprar os títulos privados, a qualidade dos ativos do BC piora, e a moeda nacional tenderá a se desvalorizar mais perante as fortes. O BC tampouco conseguiria reverter a injeção monetária executando a operação contrária, como na política monetária tradicional.

Finalmente, operações de apoio ao setor privado executadas pelo BC fogem ao escrutínio do Congresso e invadem a jurisdição do Tesouro Nacional.

E, por falar nisso, BC, como estão os índices de capital e liquidez dos bancos?

| DOM, Samuel Passôa | SEG, Marcia Dessen | TER, Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeldán

Guilherme Benchimol

Sem intervenção do governo, economia não volta como poderia

Presidente da XP, corretora que teve 40 casos de Covid-19, defende isolamento social para que hospitais tenham tempo de se preparar

ENTREVISTA

Alexa Salomão

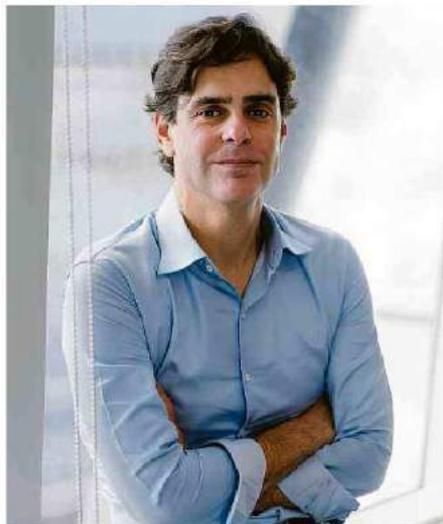
SÃO PAULO — Era Carnaval quando Guilherme Benchimol, presidente da XP, a maior corretora independente do Brasil, se deu conta do potencial de estrago que o coronavírus poderia causar na economia. Em viagem a Portugal, viu as Bolsas europeias despencarem enquanto o Brasil caía na folia.

Logo após voltar ao país, deparou-se com o imponderável: o segundo brasileiro caso de Covid-19 era de um executivo da XP que havia retornado de Milão, um dos focos da doença na Itália. "Tudo isso parece um filme — e aí você se vê dentro do filme", diz Benchimol, na tentativa de definir a sensação.

Depois de colocar, em apenas três semanas, 98% dos 3.000 funcionários em home office, ele está entre os empresários que apoiam o isolamento.

Apesar de se declarar admirador da visão liberal na economia, diz que percebe claramente o papel do Estado em momentos de crise como de agora. "Se não houver uma intervenção do governo na economia, e muita gente ficar pelo caminho, empresários quebrarem, a economia não voltará na velocidade que poderia."

Quando foi que os percebeu o tamanho do impacto que o coronavírus poderia ter sobre a economia no Brasil? A ficha só caiu mesmo no meio do Carnaval. Até ali, parecia algo concentrado na China. Segunda e Terça-Feira de Carnaval são feriados no Brasil, mas não no mundo. Na segunda, as Bolsas europeias caíram 5%. Começaram a ter muitos casos em Milão, e vi que realmente não havia controle sobre a epidemia. Eu estava em Portugal, cheguei aqui na quinta-feira. Logo depois, a segunda pes-



O presidente e fundador da XP, Guilherme Benchimol. Divulgação

Guilherme Benchimol, 43

Formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é fundador e presidente da XP, maior corretora independente do Brasil. Em 2018, foi eleito pela Bloomberg uma das 50 pessoas mais influentes do mundo, destacado por ter democratizado o acesso a investimentos.

“O Brasil é pobre. Por mais que o governo ofereça vouchers e adote outras medidas, é difícil. Muita gente não tem nem conta em banco. Em algum momento, teremos a discussão de como sair dessa. Mas não sei se já está na hora. Eu não sou médico

soa que teve coronavírus no Brasil foi um executivo da XP.

Como foi lidar com a doença dentro de casa? Tudo isso parece um filme — e aí você se vê dentro do filme. Você sempre acha que aquilo não vai ser contigo e, quando acontece, você vê o impacto direto. Vê o quanto apavorados as pessoas podem ficar.

A gente já tinha soltado um comunicado determinando que quem tivesse estado em local de risco não deveria trabalhar. Mas essa pessoa não viu o comunicado. Chegou na Quarta-feira de Cinzas e foi trabalhar. Ficou no escritório duas horas e sentiu um pouquinho de febre. Um colega disse:

“Olha, você não deveria estar aqui, você estava em Milão, é importante que vá para casa”. Ele foi, fez o teste e estava contaminado. A gente teve de pedir para quem teve contato com ele ficar de quarentena.

Ficou claro, então, que haveria um impacto muito grande no Brasil. Se a empresa não criasse um plano de contingência robusto e houvesse muita gente contaminada, como iríamos manter as áreas funcionando? Em uma semana, tínhamos 90% dos funcionários em casa, em duas semanas, 95%, e em três semanas, 98%.

Compramos entre 5.000 e 10 mil testes para os funcionários e suas famílias. Tive-

mos uns 40 casos, algo como 1,3% da empresa. Em três casos, as pessoas tinham mais de 50 anos de idade. Apenas uma ficou hospitalizada, mas não precisou de respirador. Graças a Deus, não tivemos nenhum caso mais grave.

Hoje a XP opera remotamente? Sim. No escritório só estão cerca de 60 pessoas, porque há tarefas muito específicas e alguns sistemas só funcionam lá dentro. Mas criamos uma blindagem. As pessoas não se encontram, ficam afastadas.

Pela experiência em sua própria empresa, qual a sua visão sobre o fechamento do comércio e o isolamento social? Virou uma polêmica, mas precisava fazer isso no começo. O sistema de saúde não está pronto para algo assim. Não tínhamos leito, respiradores. Precisa controlar a epidemia dessa forma para dar tempo de ajustar os hospitais. Isso é o mais adequado. Mas, naturalmente, temos outro desafio. O Brasil é pobre. Temos 40 milhões de pessoas informais e autônomas. Por mais que o governo ofereça vouchers e adote outras medidas, é difícil. Muita gente não tem nem conta em banco.

Em algum momento, teremos a discussão de como sair dessa. Mas não sei se já está na hora. Eu não sou médico.

Logo no começo, a XP passou a fazer lives com empresários e, em uma delas, o sr. defendeu que o Brasil precisava de Plano Marshall, que é uma ação do Estado na economia. Qual era a sua ideia quando fez aquela comparação? As empresas de serviços representam cerca de 65% do PIB, uma grande quantidade pertence a pequenos e médios empreendedores, pessoas sem capital de giro. Quando a gente faz uma interrupção na economia como essa, o caminho para elas, se não conseguirem vender, é demitir. Muitas não sobrevivem. E temos informais e autônomos.

Meu pedido foi mais para que o governo viesse com medidas relevantes. Sei que o governo é liberal, e acho importante essa visão. Mas, se não houver uma intervenção do governo na economia, se muita gente ficar pelo caminho, empresários quebrarem, a economia não voltará na velocidade que poderia. As medidas que o governo lançou depois foram bastante fortes, tanto monetárias quanto fiscais.

Qual é o cenário econômico da XP para os próximos meses? Vamos ter um segundo trimestre muito difícil. E as mortes pioram tudo, geram mais pessimismo. Mas eu tenho esperança de que essa crise, em termos econômicos, vai ser mais rápida do que estão pre-

viendo. Ninguém quer ficar na crise — nem governos, nem empresários, nem população. Essa convergência ocorre no momento em que nunca vimos tantos estímulos monetários e fiscais.

Temos 3.000 funcionários CLTs e já deixamos claro que ninguém vai ser demitido. E vamos continuar contratando. A gente consegue funcionar sem presença física, via Skype, WhatsApp, Zoom, atendendo os clientes.

Qual foi o comportamento do cliente na crise? Todo o mundo teve dúvidas sobre o que ia acontecer na economia e com seus investimentos. E foi por isso que a gente lançou uma porção de lives, uma forma de se aproximar dos clientes.

Era um momento de florescimento e até de descoberta da Bolsa. A Bolsa divulgou que de janeiro a março 500 mil novas contas foram abertas na Bolsa. O Brasil sempre foi um país de juros elevados. O brasileiro nunca soube investir de verdade. Mundo afóra, se você quer investir, precisa aprender o que é longo prazo, volatilidade, comprar um pouquinho de ações, de diferentes fundos.

A lição foi a da queda e da volatilidade [grandes oscilações nas cotações de ações]? Da queda, sim. Mas, no final, se você quer retorno a longo prazo, não tem como não ter mais volatilidade a curto prazo — lembrando que a volatilidade atual é extremamente incomum. Mas são esses momentos que surgem oportunidades. Tem ações baratas. Eu não descarto a possibilidade de o juros cair a 2% ao ano no final do ano. Se alguém quiser ganhar dinheiro com seu próprio dinheiro vai ter de aprender assumir risco.

Um ensinamento que o coronavírus trouxe é no trabalho. Eu estou aqui num sítio, no interior, fazendo mil lives. Teremos mais qualidade de vida, as pessoas vão poder trabalhar em casa, com menos custo de vida, menos tempo no trânsito. A gente vai ter economia de espaço físico, e isso talvez isso consiga deixar as cidades menos tumultuadas. Você vai poder morar no interior e trabalhar numa empresa na capital.

A coisa mais importante é que vamos ter um Brasil mais solidário. O Brasil é um país muito carinhoso, mas não é solidário. A gente doa mais ou menos 0,2% do PIB, enquanto os EUA doam 1,1% do PIB, cinco vezes em cima. Neste momento, não só o governo, mas a sociedade de como um todo precisa adotar um espírito — seja um informal, um autônomo, um microempresário, um fornecedor — mais rápida será a retomada.

Governo vai adotar meta fiscal flexível em 2021 diante de incertezas por coronavírus

Proposta vai constar em projeto que será enviado na próxima quarta ao Congresso; ideia é evitar que gestão fiscal fique amarrada a cenários macroeconômicos incertos

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

14 de abril de 2020 | 21h30

BRASÍLIA - Com as incertezas provocadas pela pandemia do **novo coronavírus**, o governo vai adotar em 2021 uma meta fiscal de resultado das contas públicas flexível. O desenho foi feito com uma espécie de “amortecedor” das variáveis econômicas, principalmente do **Produto Interno Bruto (PIB)**.

A proposta vai constar no projeto de **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** de 2021, que será enviado na próxima quarta-feira, 15, ao **Congresso Nacional**. Essa lei lança os principais parâmetros para a elaboração do **Orçamento** do ano que vem.

Uma fonte da equipe econômica explicou ao **Estado** que o governo não pode perder a sua principal referência para a política fiscal, a meta de resultado primário, calculada a partir da projeção de receitas e de despesas.

No entanto, num momento em que não há consenso sobre o ritmo de recuperação da economia após o choque da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica teve que desenhar um modelo que não deixe a gestão fiscal amarrada a cenários macroeconômicos que nem os maiores especialistas conseguem estabelecer com um mínimo de segurança.

Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, haverá um número de referência para o resultado primário, que deve ser de um déficit de R\$ 150 bilhões aproximadamente. Porém, esse número não será relevante como meta. Ele será incluído para que seja possível lançar as bases para a fixação de receitas e despesas.

A intenção do governo, porém, é apresentar atenuantes no texto e no discurso de apresentação da LDO, além de diferentes cenários que indiquem desde já os impactos nas contas em caso de resultados distintos nas variáveis macroeconômicas, sobretudo o PIB.

Nesse mesmo cenário de “referência”, segundo apurou a reportagem, **a expectativa para o crescimento do PIB em 2021 deve ser superior a 3%.**

A avaliação é de que a base mais fraca em 2020 deve proporcionar um resultado

melhor no ano que vem. Para este ano, o governo ainda espera oficialmente alta de 0,02%, **mas as expectativas do Boletim Focus já apontam retração de 1,96%.**

Nos últimos dias, o **Banco Mundial** divulgou **projeção de queda de 5% para o PIB brasileiro este ano**, e o **Fundo Monetário Internacional (FMI)**, baixa de **5,3%** - resultados que, se confirmados, seriam os piores para o País em 120 anos.

Com tantas incertezas, explicou a fonte da equipe econômica, fixar um número é algo agora muito complicado. Estabelecer uma “banda” de flutuação para a meta também é difícil nesse cenário. “Imagina a largura desta banda para comportar todas estas estimativas”, afirmou a fonte. A avaliação é de que os resultados de 2021 vão depender da arrecadação e também da reação do País e dos brasileiros – se a necessidade de isolamento for maior, ou se a crise de saúde for embora mais rápido.

Segundo outra fonte da área econômica é que escolher uma meta agora seria “muito arriscado”, mas o importante é “não perder a âncora fiscal”. O teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, será mantido e seguirá cumprindo seu papel.

Rombo nas contas públicas este ano deve ser de R\$ 600 bi, estima Mansueto

O secretário do Tesouro disse que os Poderes precisam atuar de forma harmônica para combater a crise; alerta vem em meio às negociações do plano de socorro a Estados e municípios

Lorena Rodrigues e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

14 de abril de 2020 | 20h32

BRASÍLIA - As medidas já anunciadas pelo governo para conter os impactos econômicos do **novo coronavírus** no **País** são suficientes para levar as contas públicas a um rombo de R\$ 600 bilhões, segundo projeções do secretário do **Tesouro, Mansueto Almeida**.

Em videoconferência promovida pelo site **Jota**, Mansueto disse que o tamanho do buraco é equivalente a 8% do **Produto Interno Bruto (PIB)**, a soma de riquezas produzidas por um país durante um período.

A projeção é maior do que as anteriores feitas por integrantes do **Ministério da Economia**, que considerava um déficit de R\$ 500 bilhões. “Toda despesa adicional será paga por aumento de dívida, não podemos exagerar”, afirmou.

Harmonia

Mansueto defendeu hoje que os Poderes precisam atuar de forma harmônica para combater a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus “sem custo excessivo”. **O alerta vem em meio às negociações por um plano de socorro a Estados e municípios que tem sido classificada de “cheque em branco”** pelo governo.

“Precisamos atuar da forma mais harmônica possível. Essa harmonia é necessária para combater a crise sem custo excessivo”, disse.

Ele advertiu que o projeto que ajuda Estados e municípios “tem esse problema” de ser um cheque em branco. Como a **União** precisará compensar perdas de **ICMS** e **ISS**, se a queda for maior de 30%, o custo passará de R\$ 85 bilhões, afirmou o secretário. Além disso, segundo ele, a possibilidade de os Estados e municípios concederem novos benefícios tributários tornou a conta incerta.

O secretário disse, porém, que há no debate um problema de comunicação. “Não existe um número certo nem errado (de ajuda a governos regionais). O que existe

é o bom debate político”, afirmou. “Temos que respeitar o bom debate político, sem culpar um ou outro.”

Mansueto alertou que a crise é tão séria que mudou a direção da política econômica este ano. Mas reconheceu que não necessariamente **Câmara** e **Senado** precisam “concordar com tudo” que a equipe econômica propõe. Ele defendeu, porém, um debate transparente sobre a proposta.

O secretário lembrou ainda que a União já transferiu R\$ 2 bilhões para gastos em assistência social de Estados e municípios. Os gastos com saúde, porém, ainda foram muito pequenos até agora. Ele notou também que Estados e municípios terão pressão diferente sobre sistema de saúde, por isso a ajuda deveria ser calibrada de acordo com esse fator.

Teto de gastos

Mansueto reafirmou que o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, **é a “única âncora fiscal” que o Brasil tem hoje para impedir uma escalada no custo de financiamento do País.** Segundo ele, isso é essencial num momento em que o Brasil precisa elevar sua dívida para bancar as despesas de combate à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Segundo Mansueto, a despesa total no próximo ano precisa obedecer ao teto. “O que é incerto em 2021 é a receita, pois não sabemos a velocidade da (recuperação da) economia”, disse o secretário. Ele citou que alguns países fortemente afetados pela doença estão começando a discutir a saída do isolamento, mas isso ainda é incerto em muitos lugares.

“O teto de gastos é única âncora fiscal que Brasil tem hoje. A dívida está crescendo, mas taxa de juros é baixa e isso é por conta do teto. O mercado olha o teto e acredita que faremos agenda de ajuste. É importantíssimo o compromisso do governo e da sociedade com o teto”, afirmou.

Mansueto reafirmou ainda que o Tesouro tem um colchão de liquidez grande e não precisa “correr para pedir emprestado” no mercado. “Temos tempo para usufruir desse colchão de liquidez para pagar conta”, afirmou.

Em algum momento, estima o secretário, o governo precisará voltar ao mercado “de maneira mais agressiva”, mas isso não será agora. Ele salientou que os atores que compram títulos de longo prazo (estrangeiros e fundos de pensão) estão hoje fora do mercado. “O financiamento agora é voltado mais para curto prazo”, disse.

Secretário defende congelar salário de servidores por dois anos: 'o exemplo tem de vir de cima'

Adolfo Sacshida também reforça que governo não concorda com o teor do projeto de ajuda a Estados e municípios aprovado na Câmara; texto destina R\$ 89,6 bilhões a governadores e prefeitos

Francisco Carlos de Assis e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

14 de abril de 2020 | 10h56

BRASÍLIA - O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, **Adolfo Sacshida**, ao se referir à contribuição que todos devem dar para a economia neste momento de crise, disse que o exemplo tem que vir de cima. Neste contexto, segundo ele, tem que se olhar com muita atenção para a questão do funcionalismo público, onde algumas categorias iniciam na carreira com salários iguais ou superiores a R\$ 30 mil por mês.

A Esplanada dos Ministérios, em Brasília, que abriga órgãos do Executivo federal Foto: Dida Sampaio/Estadão

“O desemprego está subindo a passos largos. Será que está correto algumas pessoas manterem seus empregos e não perderem salário?”, questionou o secretário durante uma transmissão ao vivo que a **XP Investimentos** realizou nesta terça-feira, 14.

O questionamento de Sacshida coincide com o momento em que se discute redução de jornada e salários na iniciativa privada como uma das medidas que poderá ser adotada para que as empresas mantenha fôlego para atravessar esse momento de crise, acentuado pela pandemia do novo coronavírus.

“O exemplo tem que vir de cima, temos que ter ajustes além dos econômicos”, criticou o secretário de Acompanhamento Econômico. Para ele, não se trata de cortar salários dos servidores, mas que não é complicado um funcionário que inicia na carreira ganhando R\$ 30 mil por mês ficar dois anos sem reajuste salarial.

“Não é cortar salários dos servidores, mas não é complicado passar dois anos sem reajuste. E a inflação está baixa”, disse.

No início do mês, o O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, defendeu o congelamento dos salários dos servidores por dois anos, em videoconferência com parlamentares da bancada do **DEM** no Congresso. Antes, no Fórum Econômico de Davos, em janeiro, disse que a iniciativa, que consta da proposta de Emenda à

Constituição (PEC) Emergencial, que tramita no Congresso, seria importante para controlar a situação fiscal do País.

Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), disse que o Congresso aceita discutir a proposta desde que seja de iniciativa do Executivo. “Não tem problema nenhum, eles podem mandar o projeto de lei, eu me comprometi a votar”, disse Maia ao ser questionado sobre o tema.

“Precisamos ter clareza de que o presidente da República vai assinar a proposta. Qualquer tema que trate de salário precisa ser algo compactuado, não pode ter barriga de aluguel. Eu disse ao ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) que se o governo encaminhar a proposta, seja para os municipais e estaduais, inclusive para os federais, estamos dispostos a enfrentar esse tema que faz muito sentido”, afirmou.

O secretário reforçou que o governo não concorda com o teor do **projeto de ajuda a Estados e municípios que foi aprovado ontem, 13, na Câmara**. O texto destina R\$ 89,6 bilhões a governadores e prefeitos, por meio de recomposição de tributos e suspensão de pagamentos de dívidas com bancos oficiais.

“É fundamental mandar recursos a Estados e municípios, mas de forma correta”, afirmou. Sacshida emendou que o governo está com dificuldades de chegar nos parlamentares para fazer articulações. Ele diz discordar, por exemplo, com a

garantia do mesmo nível de ICMS de 2019 porque assim a transferência para um Estado rico como São Paulo será maior do que a transferência para um Estado pobre como o Piauí. E isso, de acordo com o secretário da SPE, precisa ser discutido com o Parlamento.

“Queremos mesmo mandar mais dinheiro para Estado mais rico? Transferência per capita ou focada em saúde não seria melhor”, indagou o secretário. “Espero que Senado debata melhor a transferência para os Estados e municípios”, afirmou Sacshida, para quem “transferência a Estados não pode preservar a desigualdade já existente”.

Contribuinte ganha peso em tribunal da Receita

Secretaria de Fazenda perde voto de desempate nas decisões do conselho que julga recursos a multas aplicadas pelo Fisco. Em caso de empate, julga-se a favor de quem contesta as penalidades

O Globo · 15 abril 2020 · ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo sancionou ontem a Medida Provisória 899, chamada de MP do Contribuinte Legal, que dá descontos para regularização fiscal. O texto manteve condições de julgamento de recursos mais favoráveis a contribuintes que recorrem de multas do Fisco. A Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia perdeu o voto de desempate no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Assim, quando houver empate, prevalece o entendimento do contribuinte no julgamento no Carf.

CORREÇÃO DE EXAGEROS

O órgão funciona como um tribunal da Receita Federal, e é aquele que as empresas recorrem das multas que recebem por terem sido autuadas por irregularidades tributárias. Antes da Lei 13.988, como se passou a chamar a MP do Contribuinte Legal após a sanção, em caso de empate no julgamento de processo administrativo no Carf, o presidente da Turma julgadora — normalmente um representante da Fazenda — desempatava. Em 2019, esse voto esteve presente na decisão de 5,3% dos casos, sendo a maioria a favor da União.

— A nova lei privilegia a legalidade, um princípio do direito de que, na dúvida, julga-se favoravelmente ao contribuinte. É uma questão de justiça fiscal — disse Rafael Korff Wagner, sócio da Lippert Advogados e presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul.

Segundo o tributarista, a lei busca corrigir exageros da fiscalização: algumas autuações fiscais, às vezes de valores bilionários, eram mantidas pelo Carf pelo chamado voto de qualidade da Fazenda.

— O voto de qualidade acabava por cancelar absurdos fiscalizatórios. O empate beneficiará o contribuinte, conforme já previsto no Código Tributário Nacional — afirmou Wagner.

Durante o processo de votação do projeto no Senado, o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) defendeu a inclusão do artigo relativo ao fim do voto de qualidade, que não constava da proposta original, enviada pelo Executivo:

— O meu voto é pela permanência desse artigo, para acabar de vez com esse desmando que existe em relação a essas votações, nas quais só o governo leva a melhor.

A MP 899 foi editada pelo governo em novembro passado para estimular a regularização de débitos fiscais. O texto foi aprovado em março pelo Congresso, que acabou acolhendo a emenda prevendo que, em caso de empate, o contribuinte vença a disputa tributária.

As regras preveem descontos de até 70% e parcelamento em 145 meses. Os maiores benefícios são previstos para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, Santas Casas, instituições de

ensino e organizações não governamentais. Os descontos incidem sobre multas, juros de mora e encargos legais. O governo esperava arrecadar R\$ 1,4 bilhão com a medida.

Governo deve pagar auxílio a 70 milhões de informais

Número supera estimativas iniciais, de 54 milhões. Técnicos admitem que gastos devem superar os R\$ 98 bilhões previstos

O Globo · 15 abril 2020 · GERALDA DOCA E ANDRÉ DE SOUZA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Onúmero de trabalhadores informais a serem beneficiados com o auxílio emergencial de R\$ 600 deverá ser bem maior que os 54 milhões previstos inicialmente pelo governo, podendo chegar a 70 milhões de pessoas, segundoss fontes do Ministério da Cidadania. Esse universo de trabalhadores informais, que se encontravam invisíveis nos cadastros do governo, começou a se tornar mais concreto com a informação da Dataprev, estatal responsável por identificar quem são os trabalhadores que têm direito ao benefício, de que 51,4 milhões de pessoas que estão dentro dos cadastros oficiais são passíveis de receber os R\$ 600. A esses trabalhadores se somam outros 35 milhões de informais que se cadastraram no aplicativo da Caixa Econômica Federal.



Em razão do aumento do número de pessoas que passaram a ser “visíveis” nas estatísticas do governo, os técnicos admitem que os R\$ 98 bilhões previstos pelo Ministério da Economia para bancar esse programa emergencial podem não ser suficientes. O volume adicional necessário, porém, só será conhecido depois que for fechado o número exato de trabalhadores que, efetivamente, receberão o auxílio.

‘TRABALHAR NOITE ADENTRO’

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, informou ontem que, das cerca de 23 milhões de pessoas que se cadastraram entre os dias 7 e 10 de abril, 16,4 milhões são consideradas aptas a receber os recursos por três meses. Deste grupo, 11,2 milhões são chefes de família e estão em processo de homologação no Ministério a Cidadania. A previsão é de que a lista seja repassada à Caixa Econômica Federal ainda hoje, pela manhã, para que os pagamentos sejam efetuados até o fim desta semana. Os beneficiados devem ter acesso ao dinheiro a partir da próxima sexta-feira.

— Vamos trabalhar noite adentro para permitir que, no máximo até amanhã de manhã (hoje), possamos transmitir para a Caixa, para que, a partir de sexta-feira, esse grupo de 11,252 milhões de brasileiros possa receber e venha se somar aos 11,700 milhões que nós já estamos garantindo que vão receber até sexta-feira —disse

o ministro, que espera ter ainda hoje o número preciso de quantos irão receber.

Outros 12 milhões de trabalhadores, que fizeram o cadastro na Caixa entre sábado e ontem, estão em processo de análise na Dataprev. A expectativa é de que esse grupo possa receber o benefício na semana que vem, afirmou Onyx. De acordo com o último balanço da Caixa, até as 18h de ontem, 35,5 milhões de cadastros foram concluídos.

A Dataprev comunicou na segunda-feira que foram identificadas 51,4 milhões de pessoas elegíveis a receber o auxílio, considerando os inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Desse total, 9,6 milhões são trabalhadores informais e 41,8 milhões, beneficiários do Bolsa Família. Estes receberão a partir de amanhã, dia 16, seguindo o cronograma normal de pagamento.

PAGAMENTO ÀS MULHERES

Segundo Onyx, até ontem 5,9 milhões de trabalhadores informais já haviam recebido o auxílio. Até o final da semana, ele espera que 20 milhões de pessoas recebam os recursos, considerando a soma dos 11,2 milhões de trabalhadores “invisíveis” já cadastrados, dos 2,5 milhões que receberam na semana passada e dos previstos para pagamento até sexta-feira. Ele também informou que 3,019 milhões de mulheres chefes de família começaram a receber o dinheiro ontem, em um processo que terminará hoje. Elas têm direito a R\$ 1.200. O ministro disse que outras 3,371 milhões receberam o benefício ontem por meio da poupança digital. O governo já distribuiu R\$ 3,582 bilhões até o momento.

— Eles estão bancarizados, porque eles não tinham conta bancárias. Eles estão com poupanças digitais na Caixa Econômica Federal. Tudo sinaliza que vamos superar a casa dos 20 milhões de brasileiros —disse Onyx.

Os pagamentos continuarão ao longo dos próximos dias. Hoje serão atendidos 1,6 milhão de trabalhadores, com aniversários em fevereiro, março e abril; amanhã serão outros 2,2 milhões, nascidos em maio, junho, julho e agosto; e na sexta-feira, mais uma rodada para 1,9 milhão de informais, nascidos em setembro, outubro, novembro e dezembro. No total, o auxílio emergencial será pago a 6,706 milhões de trabalhadores esta semana.

Nos últimos dias, 35,5 milhões de pessoas se cadastraram no aplicativo da Caixa. Mas muitos não conseguiram devido a pendências no CPF. O número do documento é exigido para se cadastrar, inclusive no caso de filhos menores. A Receita Federal tem pedido que os trabalhadores busquem resolver as pendências pelos canais digitais a fim de evitar aglomerações, que contrariam as orientações das autoridades de saúde em meio à pandemia do novo coronavírus.

Para evitar esse problema, a Receita anunciou na segunda-feira que está permitindo a inscrição no CPF por e-mail, sem custo e para qualquer idade.

Difícil previsão no meio do nevoeiro

O Globo · 15 abril 2020 · MÍRIAM LEITÃO oglobo.com.br/economia/miriamleitao miriamleitao@oglobo.com.br Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

O que é uma recessão global de 3%? Ninguém sabe ao certo, porque não há precedente recente. Por isso o FMI foi buscar paralelo em 1929. Da mesma forma que desde que há estatísticas do PIB do Brasil não há o registro de uma queda de 5,3% em um ano, número previsto pelo Fundo para a economia brasileira para 2020. Hoje há muitos números pessimistas e é difícil saber qual é o mais realista. Faltam certezas mínimas para se fazer qualquer projeção. Mas não há dúvida de que estão mais certos os que projetam uma queda forte.



“Há uma extrema incerteza sobre a previsão de crescimento global”, diz o FMI. Para fazer qualquer cálculo é preciso saber antes quantos dias trabalhados deixarão de acontecer, quanto tempo durará a paralisação de atividades ou as medidas de distanciamento social. O mundo está diante de um enorme desconhecido. Não conhece o inimigo, não sabe como vencê-lo e pode apenas supor seus efeitos na economia.

Há pelo menos uma vertente de projeções que considera a recuperação em V, ou seja, a economia cai agora fortemente, mas se recupera de maneira vigorosa em 2021. O FMI acha isso. No cenário básico, que assume a hipótese de que a pandemia vai arrefecer no segundo semestre e as medidas de contenção vão sendo gradualmente reduzidas, a economia global crescerá então 5,8% no ano que vem. Outros economistas e centros de estudos acham que o mais provável é uma volta mais lenta. Até porque há riscos de ressurgência, até que se encontre vacina que neutralize o vírus. Nesse nevoeiro, em que há tantos fatores desconhecidos, é difícil qualquer projeção.

A queda prevista pelo FMI para as economias avançadas é de 6,1%, enquanto os países emergentes, puxados pela China e Índia, terão retração mais branda, de 1%. “É uma recessão profunda. Uma recessão que envolve questões de solvência e desemprego subindo e isso deixará cicatrizes”, diz a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath. No Brasil, pode significar, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas, uma volta de dez anos. O país, que teve recessão em 2015 e 2016, e nos anos seguintes se recuperou muito lentamente, voltará ao PIB de 2010.

A mudança de cenário é brusca como nunca foi. O relatório do FMI de janeiro previa crescimento de 3% na economia do mundo e agora haverá uma queda de 3,3%, tirando 6,3 pontos do que poderia ter sido. Para se ter uma ideia da dimensão das perdas, o resultado negativo do PIB global em 2009, em decorrência da crise financeira que estourou em 2008, foi de 0,1%. Os Estados Unidos, que estavam com pleno emprego antes do coronavírus - uma taxa de desemprego de apenas 3,7% - deve ir para 10,4%, mesmo percentual da Europa.

Nem o relatório nem a economista-chefe do FMI concluem, diante desse desastroso cenário, que se deve retomar a atividade econômica a qualquer custo. Disse que não existe esse “trade-off”, como se diz no jargão econômico, entre salvar vidas e salvar a economia.

O governo brasileiro ainda mantém uma estimativa deslocada da realidade. Crescimento zero. Já está muito distante da mediana do mercado financeiro de -1,96%, e que está em queda há nove semanas consecutivas, desde antes do coronavírus no país. A projeção mais pessimista do Boletim Focus aponta retração de 6%. Quando o governo brasileiro revisar o seu número, terá que mudar as estimativas de receita, déficit e endividamento público.

Dos Estados Unidos, onde mora e dá aulas na Universidade Johns Hopkins, a economista Monica de Bolle foi uma das primeiras a alertar para o tamanho da crise que chegaria ao Brasil. Desde o início de março Monica já projetava recessão no país. No dia 10, criticada por vários analistas, ela escreveu “lembrem do dia de hoje quando o pessoal do mercado começar a temer a recessão”. No dia 20, refez o cálculo para -6%. Por isso, foi enfática em defender que o governo fosse rápido na adoção de medidas de estímulo e de proteção social, quando o mantra na equipe e no mercado ainda era de que a melhor resposta seria a aprovação das reformas. Essa demora em entender a mudança radical de ambiente econômico explica como até hoje o governo erra. A burocracia atrapalha a ajuda aos pobres, a luta política retarda as transferências para os estados.

FMI muda radicalmente o cenário econômico e projeta forte recessão, mas alerta que o mais importante é salvar vidas

Governo faz nova proposta de ajuda de R\$ 77 bi a estados

Valor engloba suspensão de dívidas com União e bancos públicos

O Globo · 15 abril 2020 · 1

Após a Câmara ter aprovado “pacote-bomba” de ajuda a estados e municípios, o governo reagiu e negocia com o Senado auxílio de R \$77,4 bilhões, dos quais R \$40 bilhões em transferências diretas do Tesouro, e o restante de suspensão da dívida com a União e bancos públicos. O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, congelar salários de servidores por dois anos, medida que a equipe do ministro Paulo Guedes defende, “é questão moral”. Para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, estados não vivem três meses com a proposta.

> O governo pediu, ontem, ao Congresso Nacional, autorização para emitir dívida e conseguir dinheiro extra para pagar aposentadorias, salários de servidores ativos e inativos e o Bolsa Família, assim como teve que fazer neste ano. O Orçamento de 2020 só tem recursos para arcar com cerca de dois terços dessas despesas. No total, o Ministério > Sem esse aval do Congresso ou sem interromper o pagamento dos benefícios, o presidente descumprirá um dos pilares do equilíbrio das contas públicas: a chamada regra de ouro, que diz que a União não pode se endividar para pagar as contas do dia a dia. (Manoel Ventura)

Incluir servidor é ‘questão moral’, diz secretário

Adolfo Sachsida estima que renda de trabalhadores do setor informal caiu até 80% e argumenta que funcionários públicos também devem dar ‘contribuição’ na solução da crise. Equipe econômica defende congelar salários por dois anos

O Globo · 15 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA marcello.correa@oglobo.com.br BRASÍLIA

Acrise do novo coronavírus fez a renda nas famílias mantidas por trabalhadores informais cair até 80%, afirmou ontem o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida. Ele usou o número para defender que, diante da crise gerada pelo coronavírus, funcionários públicos também deem sua cota de contribuição, o que disse considerar uma “questão moral”.



— Nos lares brasileiros em que mais da metade da renda vem do setor informal, a renda caiu entre 70% e 80%. O desemprego está subindo a passos largos. Será que está correto algumas pessoas não perderem emprego e manterem o salário? É um convite que eu faço à reflexão — afirmou o secretário, durante transmissão ao vivo promovida por uma instituição financeira. Segundo Sachsida, que é servidor de carreira do Ipea, “o exemplo tem que vir de cima”. A ideia da equipe econômica é que os salários do funcionalismo fiquem congelados por até dois anos —ou seja, não sejam reajustados nesse período. Essa proposta chegou a ser discutida durante as conversas em torno do pacote de ajuda a estados, aprovado na segunda-feira na Câmara. Deputados, no entanto, rejeitaram a sugestão da equipe econômica e não incluíram a proposta no texto.

Essa ideia enfrenta a resistência do próprio presidente Jair Bolsonaro, preocupado com o custo político da medida. O próprio governo, porém, calcula que 24 milhões de trabalhadores com carteira assinada devem aderir a negociações de suspensão de contrato ou redução de jornada e salário com contrapartida da União. Isso equivale a 63% dos empregados formais.

—Vamos ter que olhar com muita atenção a questão do funcionalismo público. Acho que está na hora de todos darem a sua contribuição. Quantos estão com medo de perder o emprego? O exemplo tem que vir de cima. Eu sou funcionário público, me orgulho disso, mas é o momento em que temos de ser transparentes — afirmou Sachsida.

O secretário, que integra o

Ministério da Economia, voltou a defender agenda de reformas fiscais para depois que a epidemia passar. No entanto, não quis responder a uma pergunta sobre os planos do governo para a retomada gradual da atividade econômica após o período do isolamento dos que podem ficar em casa:

— Existe vida após a crise. Essa crise vai passar. Temos que nos preparar para ela. É fundamental darmos os sinais corretos para o mercado, para ele ter toda a segurança do mundo de que a agenda de consolidação fiscal e combate à má alocação de recursos está no nosso radar.

‘NÃO SOMOS OS EUA’

Sachsida aproveitou para defender a estratégia da equipe econômica de anunciar as medidas para mitigar os efeitos da pandemia aos poucos, e não de uma só vez. O governo foi criticado pela lentidão em concretizar as ações, que começaram a ser anunciadas em meados de março.

— Nós tomamos uma série de medidas aqui, mas às vezes as pessoas não entendem. As pessoas olham para o governo brasileiro e comparam com a Alemanha, com os EUA. Olha, nós não somos a Alemanha, não somos os EUA. Nós não temos o espaço fiscal que aqueles países têm — argumentou.

Segundo ele, se todas as medidas fossem anunciadas de uma só vez, haveria o risco de algo ser deixado para trás:

— Não temos tanto espaço assim para ficar gastando, apesar de estarmos gastando bastante. Imagina se você faz um grande anúncio e depois verifica que ficou algo de fora? E aí, como faz? Suponha a crise, em vez de durar três meses, dure quatro? Então, nós temos que pensar nessas questões.

O vírus e a economia

A crise pode levar ao aumento da dívida pública. Não há soluções fáceis. Mas o importante é preservar vidas

O Globo · 15 abril 2020 · EDMAR BACHA economia@oglobo.com.br

Algo que sabemos sobre a Covid-19 é que o distanciamento social diminui o ritmo de propagação do vírus. Esse distanciamento dá tempo para que o sistema de saúde cuide dos doentes, reduzindo o número de mortes. Segundo o Imperial College de Londres, uma restrição intensa da movimentação das pessoas pode salvar um milhão de vidas no Brasil.

A eficácia do distanciamento social requer que se fechem as atividades não essenciais. Algumas pessoas conseguem trabalhar à distância, mas a maior parte não. Forçosamente desempregadas, elas deixam de produzir bens e serviços para o resto da população e renda para si mesmas. Sem renda, diminuem sua demanda por bens e serviços, ampliando o desemprego. Ao cerrarem suas portas, as empresas reduzem não só os empregos que oferecem mas também aqueles das empresas que fornecem bens e serviços para elas. Também assim se amplia o desemprego.

A queda da produção é grande. Quando os números estiverem disponíveis, possivelmente revelarão uma queda do PIB como nunca antes na história moderna, no Brasil e no resto do mundo.

Aquedado PIB é fruto todo distanciamento social, necessário para salvar vidas. Por penosa que seja a atual fase, lembremos: a crise é passageira e, para a maior parte da população, alguma normalidade deverá estar de volta no segundo semestre.

Há dois desafios econômicos fundamentais para atravessar a atual fase crítica. O primeiro é manter a renda das pessoas. O segundo é não deixar as empresas quebrarem, para que as pessoas tenham para onde voltar quando a crise amenizar.

O Tesouro Nacional e o Banco Central, juntos, dispõem dos instrumentos (ou estão deles sendo dotados pelo Congresso Nacional) para vencer esses desafios.

Não se trata de expandir gastos para aumentar a demanda de bens e serviços, como nas grandes recessões de 1930-33 e de 2008-09. Na origem da atual contração não está a falta de demanda como nesses dois casos, embora a aquedada produção possa ser ainda maior. Não adianta querer aumentar a demanda, se a oferta não pode reagir. É preciso manter pessoas e empresas vivas e saudáveis para voltarem a trabalhar quando o vírus estiver sob controle.

O custo de manter a economia em pé vai ser enorme. O aumento das transferências de recursos para as pessoas e empresas terá que compensar uma queda inaudita de renda nesses meses críticos. A expansão das despesas do governo ocorrerá ao mesmo tempo em que a arrecadação de impostos estará caindo. Em consequência, a dívida pública — os títulos que o governo emite para financiar o excesso de gastos sobre as receitas — dará um salto em relação aos seus valores no início do ano.

Assustados com esse salto, alguns têm proposto que, em vez de aumentar a dívida emitindo novos títulos, o governo deve imprimir dinheiro para pagar a conta. Como isso funcionaria? O

Tesouro Nacional detém uma conta de depósitos no Banco Central, a qual tem um saldo positivo muito significativo. Se o Tesouro decidir não aumentar sua dívida pode simplesmente sacar recursos dessa conta para pagar suas despesas. Dessa forma, o governo estará imprimindo dinheiro em vez de emitir dívida.

Ocorre, entretanto, que, quando o dinheiro adicional passa a circular no mercado financeiro, a taxa de juros dos títulos preexistentes se reduz, pois o excesso de dinheiro em circulação aumenta a demanda por esses títulos. Por exemplo, suponha um título de R\$ 100 que promete pagar R\$ 4 ao ano de juros. A taxa de juros é 4%. Quando há mais dinheiro querendo comprar o título, o preço dele sobe para, digamos, R\$ 110, mas os juros continuam em R\$ 4 ao ano, ou seja, a taxa de juros cai para $4/110 = 3,6\%$.

Ora, na atual política de metas de inflação o Banco Central fixa a taxa de juros que julga adequada para manter a inflação sob controle — a chamada Taxa Selic, atualmente em 3,75% ao ano. Então, ao ver a taxa de juros cair abaixo desse valor, o Banco Central intervém, vendendo novos títulos públicos para o mercado — conhecidos como “compromissadas”. Dessa forma, absorve de volta o dinheiro extra que o Tesouro colocou em circulação. O Banco Central faz essa venda até que a taxa de juros volte para 3,75% ao ano. Ou seja, até que o aumento da oferta de “compromissadas” corresponda integralmente à emissão de dinheiro anteriormente feita pelo Tesouro.

No final das contas, a dívida do Tesouro em mercado diminui, mas o Banco Central aumenta. O custo para o governo como um todo é o mesmo, só que o devedor é o Banco Central, e não o Tesouro. No atual regime de política monetária, tanto faz que o Tesouro emita títulos ou dinheiro para financiar os gastos adicionais.

Pessoas que entendem essa lógica defendem, entretanto, que o Banco Central deixe a taxa de juros cair, não vendendo as “compromissadas”. Nesse caso, a quantidade de dinheiro de fato aumentaria, assim como cairia a taxa de juros.

Cabe indicar os riscos que essa proposta comporta.

Um deles é que o dinheiro sobrando no mercado financeiro se destine à compra de bens e serviços. Como a disponibilidade desses bens e serviços está restrita pela política de distanciamento social, os preços podem subir, causando inflação. Talvez seja um custo suportável, se não durar muito tempo. Mas esse é o principal problema.

O risco mais importante é que os detentores do dinheiro excedente queiram tirá-lo do país, em busca de investimentos mais seguros no exterior. Pois os juros agora mais baixos não compensariam deixar o dinheiro no Brasil. Haveria um aumento da demanda por dólares, que teria como consequência uma desvalorização do Real em relação ao dólar.

O Banco Central poderia evitar essa desvalorização, vendendo reservas internacionais que tem em sua carteira. Mas por que gastar reservas para dar saída para os endinheirados que querem deixar o país? Melhor permitir que o Real se desvalorize. É possível que esse movimento não vá longe, pois um Real desvalorizado favorece as exportações e encarece as importações e, portanto, aumenta a quantidade de dólares que entra no país pela via do comércio. Porém, se for muito pronunciada, a desvalorização do Real pode aumentar os preços internos de forma importante, arriscando gerar uma espiral de preços e salários descontrolada. Já vimos essa história antes de 1994, para que repeti-la?

Por um lado, um aumento da dívida pública pode sufocar as contas do governo. Por outro, a emissão de dinheiro pode fazer o câmbio e a inflação saírem de controle. Não há saídas fáceis. Mas já enfrentamos problemas econômicos graves como este no passado e sabemos lidar com eles. Confiemos que agora também vamos ter essa sapiência. Não saia de casa. É importante preservar vidas.

Enfrentamos problemas econômicos graves como este no passado e sabemos lidar com eles

Governo deve enviar pacote ao Senado. Maia critica valor de repasse a estados

ALTERNATIVA DE R\$ 77 BI

O Globo · 15 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA, AMANDA ALMEIDA E BRUNO GÓES economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Depois de sofrer derrota com a aprovação de um “pacote bomba” de auxílio a estados e municípios na Câmara, o governo recorreu ontem ao Senado para tentar avançar com uma proposta alternativa para atender os entes federados. O texto prevê um pacote de R\$ 77,4 bilhões para os governos locais. Desse montante, R\$ 40 bilhões são repasses diretos do Tesouro Nacional. Há também R\$ 37,4 bilhões em suspensão de pagamento de dívidas com a União e com bancos públicos. O presidente Jair Bolsonaro chegou a se reunir com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para discutir o assunto.



A estratégia foi adotada depois de o Executivo encontrar as portas fechadas entre os deputados. A proposta, apresentada ontem por integrantes da equipe econômica no Palácio do Planalto, é exatamente a mesma sugerida a líderes da Câmara na segunda-feira e rejeitada no mesmo dia.

No lugar da proposta do governo, os deputados aprovaram um projeto com custo de R\$ 89,6 bilhões. Mais do que o valor, superior ao do plano desenhado pela equipe econômica, o texto preocupa o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao prever que a União compense estados e municípios por perdas na arrecadação de ICMS e ISS. Essa espécie de seguro responde pela maior parte do impacto: R\$ 80 bilhões, caso as perdas de receita sejam de 30%.

O governo é contra esse ponto da proposta porque considera que seria um “cheque em branco” para governadores e prefeitos. Também preocupa a equipe econômica a falta de previsão sobre o custo com a medida. Se a perda for de 50%, essa conta pode saltar para R\$ 142,5 bilhões.

— Essa incerteza em relação ao tamanho do cheque a ser dado pela União cria muita dificuldade. Vou fazer um cheque de R\$ 80 bilhões, vou fazer um cheque de R\$ 150 bilhões? Estamos dispostos a fazer a ajuda que for necessária em valores fixos — disse o chefe da Assessoria Especial do Ministério da Economia, Esteves Colnago.

Inicialmente, a proposta da equipe de Guedes exigia que governadores se comprometessem a reajustar salários do funcionalismo por dois anos. A avaliação é que era necessário ter contrapartidas para repasse de recursos. A ideia enfrentou resistência dos parlamentares e foi deixada de lado tanto no projeto da Câmara quanto na proposta alternativa do próprio governo.

— Não é o comparsa dos estados e municípios de toda a perda da atividade econômica. Nosso objetivo é garantir recursos para a saúde. Garantir os recursos para o combate e ajuda à população para o combate aos males da saúde com relação ao coronavírus. Todos vamos perder arrecadação. O governo federal, estados e municípios, e agente não vai conseguir fazer com que o povo pague por tudo isso — disse o secretário-executivo do Ministério da Economia,

Marcelo Guarany.

Para vencer resistências, a equipe econômica admite fazer até novas transferências no futuro. Os técnicos ainda não sabem, porém, se o valor poderia superar os mais de R\$ 80 bilhões da Câmara. A condição é que os valores sejam fixos e distribuídos de acordo com a população de cada estado.

— Seda quia 15 dias (os valores) se mostrarem insuficientes, agente pode e reunir e propor uma nova medida com novos recursos e para outras finalidades — disse Colnago.

No Senado, a ideia rejeitada pela Câmara foi bem recebida. Ontem, Alcolumbre sugeriu a Bolsonaro que o governo edite uma medida provisória (MP) com as transferências de recursos. Alcolumbre disse que não pretende votar o projeto que veio da Câmara. A decisão tem como pano de fundo a disputa entre as duas Casas do Congresso a respeito do protagonismo nas ações contra a pandemia. Ao ouvir de Jorginho Mello (PL-SC) cobrança para que falasse com o presidente

da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para votar um texto de sua autoria, Alcolumbre foi direto sobre o mal-estar:

— Por isso que não vamos pautar o projeto (de ajuda a estados) que eles votaram ontem (segunda-feira).

PARA MAIA, R\$ 22 BI É POUCO

Diante da negociação com o Senado, Maia fez duras críticas à proposta do governo. O parlamentar criticou a transferência de R\$ 40 bilhões proposta pela equipe econômica, porque, desses recursos, só R\$ 22,5 bilhões são livres para gestores locais gastarem como quiserem. O restante é carimbado para gastos em saúde, assistência Social e merenda escolar.

— A maioria dos estados e municípios não sobrevive por três meses (com essa ajuda)— disse Maia.—Estamos analisando(anova proposta). O governo, no fundo, trabalha numa tentativa de divisão da federação.

O presidente da Câmara destacou ainda que o as medidas que estão sendo tomadas precisarão ser prorrogadas. Segundo ele, “alguns setores da economia” já começam a pressionar neste sentido:

— Essa crise ainda está começando, e não apenas estados e municípios vão precisar do apoio do governo por um período maior do que aquele proposto (...) Na medida do emprego, o prazo será aquém daquele que as empresas precisarão. E também em relação ao auxílio da renda mínima. Depois desse período, haverá um apressão correta e necessária por ampliação desse apoio por parte do governo federal.

Maia afirmou que é legítimo modificara proposta. Mas criticou as atitudes do governo:

— O problema é que você entra por uma porta e, quando sai, leva um coice. Essaéa relação que o governo tem tido com os políticos do Congresso desde que assumiu o poder.

Responsável por costurar o texto criticado pelo governo, o deputado Pedro Paulo (DEM/RJ) disse que defende a compensação de receitas por um entendimento de queéa melhor solução técnica:

— Essa previsibilidade é fundamental.

Especialistas defendem a ajuda aos estados, mas com critérios bem estabelecidos. A economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman, pondera que, sem garantias, os recursos podem acabar servindo para outras finalidades:

— O risco é de os recursos irem para despesas correntes, para o crescimento vegetativo da folha de pagamento, que cresce acada ano. Os trabalhadores do Brasil inteiro estão empobrecendo por causa da crise. O serviço público precisa paga raconta. P orisso, o caráter temporário desse apoio agora precisa ficar bem claro, bem como as contrapartidas de estados e municípios.

‘USAR RECURSO PARA DESPESA COM FUNCIONALISMO É IMORAL’

O Globo · 15 abril 2020 · LEO BRANCO leo.branco@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO CARLOS KAWALL, ECONOMISTA

Para Carlos Kawall, diretor do Asa Bank e ex-secretário do Tesouro Nacional, o pacote de ajuda aos estados aprovado pela Câmara anteontem é “muito falho”. O motivo: faltam contrapartidas à ajuda da União. Em compensação, vê vantagens na proposta alternativa apresentada pela equipe econômica, que prevê R\$ 77 bilhões entre repasse de recursos aos estados e suspensão de dívida.

A intenção do Ministério da Economia de aportar R\$ 77 bilhões vai na direção correta?

O pacote do governo me parece muito mais bem desenhado que o aprovado na Câmara. Evita o cheque em branco quase ilimitado. Além disso, é um valor muito expressivo mesmo assim, mas com responsabilidade fiscal.

Como foi aprovada na Câmara, a ajuda federal compromete as contas públicas?

Sim. Antes da pandemia, o Congresso discutia uma ajuda pelo Plano Mansueto, que flexibiliza coisas como o acesso a crédito externo e as regras para a ajuda do Tesouro. Com a pandemia, ficou acordado entre governo e deputados que questões estruturais seriam deixadas de lado, e seria discutida uma ajuda focada no esforço contra o vírus. O projeto aprovado foi uma reviravolta. A ajuda vai muito além do Plano Mansueto. Acende o alerta máximo em relação às finanças públicas.

Por quê?

Pelo projeto aprovado, estados terão liberdade para, por exemplo, conceder benefícios fiscais ou postergar a cobrança de impostos das empresas a título de preservar empregos. Em seguida, poderão pedir compensação da União pela perda dessas receitas. O Tesouro terá pouca ingerência sobre o tamanho dessa conta. Além disso, o projeto como está usa arrecadação como critério para ajuda. Isso privilegiará estados maiores e mais ricos, como São Paulo e Rio.

Como resolver essas falhas?

Falta um teto para a ajuda da União. Do jeito que está, a compensação pela queda de arrecadação pode superar os R\$ 80 bilhões por semestre. A depender da duração da crise, a conta vai ficar muito cara. Faltam critérios para garantir recursos suficientes ao interior e à região amazônica. E, acima de tudo, ter contrapartidas claras para garantir destinação correta dos recursos.

O Brasil gasta o suficiente para combater o coronavírus?

A União já desembolsou perto de 2,5% do PIB. É um valor próximo à média desembolsada pelos países emergentes, de 3%. Com a medida aprovada anteontem, a ajuda vai superar em muito este patamar. É extremamente importante ter foco no uso dos recursos. Se deixar como está, abre-se o caminho para o inchaço da máquina pública, que nos levou à crise de 2014.

Usar os recursos para despesas com funcionalismo é imoral nos tempos atuais.

Governo recorre de decisão do STF sobre regras de estados

Segundo AGU, diretriz nacional sobre medidas deve ser do Executivo federal

O Globo · 15 abril 2020 · CAROLINA BRÍGIDO carolina@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual estados e municípios têm poderes para decretar medidas restritivas durante a pandemia — entre elas, o isolamento social de quem pode ficar em casa, a quarentena, a suspensão de atividades de ensino, as restrições de comércio, atividades culturais e a circulação de pessoas —, mesmo que o governo federal tome depois medida em sentido contrário.

A AGU afirma que estados, municípios e a União têm poderes para tratar de saúde pública. Mas alega que o governo federal deveria definir uma política nacional de isolamento, a ser seguida pelos outros entes da federação.

No recurso, o advogado-geral da União, André Mendonça, afirma que os dados científicos mudam constantemente. A AGU ressalta, ainda, que ministro Alexandre de Moraes não poderia ter tomado uma decisão que alcança atos futuros do presidente Jair Bolsonaro, já que a liminar afirma que as decisões de estados e municípios têm validade independentemente de medidas supervenientes do governo federal.

“Não é possível sustar efeitos de decisões que sequer chegaram a ser formalizadas, da mesma maneira como não se pode salvaguardar, aprioristicamente, a validade de todos os decretos estaduais, distritais e municipais editados com fundamento na proteção da saúde pública”, diz o texto da AGU.

AÇÃO PROPOSTA PELA OAB

A decisão de Alexandre de Moraes foi tomada em uma ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com a entidade, “o governo nem sempre tem feito uso adequado das prerrogativas que detém para enfrentar a emergência de saúde pública, atuando constantemente de forma insuficiente e precária”.

A ordem também alega que o governo tem praticado “ações irresponsáveis e contrárias aos protocolos de saúde aprovados pela comunidade científica e aplicados pelos chefes de Estado em todo mundo”. Ainda de acordo com a ação, o presidente Jair Bolsonaro se tornou um “agente agravador da crise”.

Na liminar, o ministro Alexandre de Moraes esclareceu que o governo federal não deve afastar unilateralmente decisões de governadores e prefeitos.

“Não compete ao Poder Executivo federal afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais, adotaram ou venham a adotar, no âmbito de seus respectivos territórios, importantes medidas restritivas como a imposição de distanciamento/ isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas,

entre outros mecanismos reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos, como demonstram a recomendação da OMS (Organização Mundial de Saúde) e vários estudos técnicos científicos”, explica o texto.

“Não é possível sustar efeitos de decisões que sequer chegaram a ser formalizadas, da mesma maneira como não se pode salvaguardar, aprioristicamente, a validade de todos os decretos estaduais, distritais e municipais editados com fundamento na proteção da saúde pública” _ AGU, em resposta à decisão do STF sobre isolamento social

FMI vê economia global na pior crise desde a Grande Depressão

PIB mundial deve ter retração de 3% este ano. Brasil sofrerá queda de 5,3%, com desemprego ultrapassando os 14%

O Globo · 15 abril 2020 · PAOLA DE ORTE* E PEDRO CAPETTI economia@oglobo.com.br WASHINGTON, RIO E SÃO PAULO per capita, a commodities

A economia global deve sofrer este ano sua pior recessão desde a Grande Depressão, nos anos 1930. Essa é a avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que divulgou ontem o Panorama Econômico Mundial. O relatório, que tem por título O Grande Isolamento, prevê uma retração de 3% na economia global este ano, contra crescimento de 3,3% na projeção anterior, de janeiro, como consequência da pandemia do novo coronavírus. Para o Brasil, a estimativa é de retração de 5,3%.

— É muito provável que, neste ano, a economia global experimente a sua pior recessão desde a Grande Depressão, ultrapassando aquela observada durante a crise financeira de uma década atrás— afirmou a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, na apresentação do relatório. A queda na atividade econômica atingirá tanto os países em desenvolvimento quanto as nações ricas, ressaltou o Fundo. O bloco das economias avançadas deve sofrer uma retração de 6,1%, e o das emergentes, de 1%. A Itália, fortemente atingida pela pandemia, deve ter queda de 9,1%.

Entre os emergentes, China e Índia devem manter seu crescimento, ainda que bem inferior ao previsto em janeiro, com 1,2% e 1,9%, respectivamente. As projeções anteriores giravam em torno de 6%. Já a economia da África do Sul deve encolher 5,8%.

Para Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o cenário traçado pelo FMI é inédito ao prever retração tanto nas economias emergentes como nas mais avançadas:

— Tínhamos uma assimetria nas crises, as avançadas caíam, as emergentes suportavam a queda. Agora não. Entre os emergentes, o que segura o PIB são China e Índia, mas 1% de crescimento para a China é recessão profunda.

A América Latina terá retração de 5,2%. A maior queda será da Venezuela, com 15%, enquanto o México verá sua economia encolher 6,6%.

‘CHOQUES MÚLTIPLOS’

A contração de 5,3% prevista para o Brasil está no patamar estimado pelo Banco Mundial no último domingo, de 5%. Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na semana passada que já trabalha com queda de 4% do PIB se a pandemia se prolongar após julho.

Para 2021, o Fundo vê o Brasil crescendo 2,9% — abaixo dos 3,4% da América Latina.

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) estimativa é de queda de 5,9% em 2020, com crescimento de 2,2% no ano que vem.

— O Brasil foi atingido por choques múltiplos. Ele foi atingido pelo colapso nos preços das ações. Foi atingido por um crescimento global mais lento. E claro, a epidemia — disse Gita, ressaltando a necessidade de não abandonar agenda de reformas. — Elas são importantes em uma perspectiva de médio prazo, mas, neste momento, claro, a prioridade, como em todos os países, é lidar com a pandemia.

O FMI também fez projeções para o desemprego. A previsão é que, no Brasil, a taxa fique em 14,7% este ano, recuando a 13,5% em 2021. O indicador encerrou o ano passado em 11,9%. Cosme Donato, economista da LCA Consultores, projeta um desemprego de 13% em dezembro, voltando ao patamar anterior à pandemia somente em meados de 2021. Para ele, o maior problema é a queda na renda do trabalho:

— Não sabemos por quanto tempo a demanda vai ficar baixa. Você não contrata, espera um horizonte bem delineado. É uma tempestade perfeita no mercado de trabalho.

Para o professor do Instituto de Economia da UFRJ Luiz Carlos Prado, as projeções do Fundo para o desempenho da economia global no ano que vem são otimistas:

— Eles (FMI) estão projetando uma recuperação em “V”, mas isso não está claro. Não está claro se as pessoas vão voltar a consumir da mesma forma, depende de uma série de fatores. É possível que a projeção seja moderadamente otimista.

O FMI tomou por base um cenário em que a pandemia acaba no segundo semestre. Mas também fez projeções para a hipótese de se levar mais tempo para controlar a doença, com uma segunda onda em

2021. O PIB global, então, cairia até 8% no ano que vem.

Na apresentação do relatório, Gita afirmou que medidas como quarentena e distanciamento social são cruciais para diminuir a propagação do vírus e evitar uma queda ainda maior da atividade econômica. E defendeu que os governos adotem ações fiscais, monetárias e financeiras para dar apoio a famílias e empresas.

Segundo Prado, o Brasil tem gastado pouco para mitigar os efeitos da crise. Levantamento do pesquisador Manoel Pires, do Ibre/FGV, aponta que as medidas já anunciadas equivalem a 7,8% do PIB.

— Nessas horas não faz sentido estar preocupado com equilíbrio orçamentário, o necessário é diminuir o tamanho do buraco. Dependendo da política econômica que fizer, o Brasil pagará mais caro para recuperar (a economia) — disse Prado.

O FMI disse ainda que o comércio global vai encolher 11% este ano devido à pandemia. Ontem a China informou que suas exportações caíram 6,6% em março, abaixo dos 14% esperados por analistas. Com isso, o Ibovespa teve alta de 1,37%.

Já o dólar comercial encerrou com valorização de 0,16%, a R\$ 5,188, refletindo as projeções do FMI. (Colaboraram Gabriel Martins e João Sorima Neto) *Especial para O GLOBO